

Volume **Único**



PALMEIRA/PR

DIAGNÓSTICO SOCIAL DE PALMEIRA/PR COM FOCO NA IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL



Fotos: Assessoria de Comunicação de Palmeira/PR



**Indicadores Sociais e Pesquisas de Percepção
com Crianças e Adolescentes sobre Trabalho
Infantil**



PALMEIRA/PR

DIAGNÓSTICO SOCIAL DE PALMEIRA/PR
COM FOCO NA IDENTIFICAÇÃO DO
TRABALHO INFANTIL



Indicadores Sociais e Pesquisas de Percepção
com Crianças e Adolescentes sobre Trabalho
Infantil



PALMEIRA/PR

Diagnóstico Social com Foco na
Identificação do Trabalho infantil

PALMEIRA/PR

DIAGNÓSTICO SOCIAL DE PALMEIRA/PR COM FOCO NA IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Indicadores Sociais e Pesquisas de Percepção
com Crianças e Adolescentes sobre Trabalho
Infantil

Idealização:



Realização:



Apoio:



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Palmeira/PR : diagnóstico social de Palmeira/PR
com foco na identificação do trabalho
infantil : indicadores sociais e pesquisas
de percepção com crianças e adolescentes
sobre trabalho infantil / [Painel Pesquisas e
Consultoria]. -- 1.ed. -- Joinville, SC :
Painel Pesquisas e Consultoria, 2022.

Vários colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 978-85-93177-32-3

1. Direito da criança e do adolescente
2. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)
3. Gestão pública 4. Indicadores sociais
5. Trabalho infantil I. Painel Pesquisas e
Consultoria.

22-125912

CDU-34:331-053.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Trabalho infantil : Combate : Direito do trabalho
34:331-053.2

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

*Este material de Pesquisa e Educativo tem como objetivo a Prevenção do Trabalho Infantil, e foi adquirido
com recursos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI*

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CPI)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Painel Pesquisas e Consultoria

Ficha Técnica

Coordenação Geral do Diagnóstico

Ermelinda Maria Uber Januário – Economista (CORECON nº 2.556-9)

Maria Helena Provenzano – Assistente Social (CRESS/SC nº 8886)

Rodolfo Uber Januário – Administrador (CRA/SC nº 32.547)

Coordenação da Coleta dos Dados

Deise Fatima B. de Souza Barros – Assistente de Pesquisa

William Spiess – Analista de Dados

Análise Estatística

Alan Patrick Xavier dos Santos – graduando de matemática

Emanuel Alves – Analista de Dados

Felipe de Avila – Engenheiro de Software

William Spiess – Analista de Dados

Apoio Técnico

Alan Patrick Xavier dos Santos – Assistente de Pesquisas

Deise Fátima B. de Souza Barros – Assistente de Pesquisas

Lohane Renata de Castro Pereira – Assistente de pesquisas

Luciano de Oliveira Junior – Assistente de Pesquisas

Pesquisadores de Campo

Ana Karoline Batista

Eliandra da Silva

Isabela Viante Dutra

Nemias Assunção

Revisão Estatística e Análise

Ermelinda Maria Uber Januário – Economista (CORECON nº 2.556-9)

Maria Helena Provenzano – Assistente Social (CRESS/SC nº 8886)

Gestão Administrativa e Logística

Diana Maria Garbin

Identidade Visual e Diagramação

Isabela Bortoletto Bozzola – Designer Gráfico

Rafael Uber – Diretor de Arte e Diretor Cinematográfico (DRT n. 11048/48) 8886 12ª Região

Município de Palmeira/PR

Gestores Municipais

Sérgio Luis Belich

Prefeito Municipal

Edmar Passoni

Chefia de Gabinete do Prefeito

Keitry Kellen Swiech Gabardo

Controladora Geral do Município

Carlos Eduardo Rocha Mezzadri

Procurador-Geral

Marcos Antônio Bordinhão

Secretário Municipal de Gestão Pública e Finanças

Diego José Lopes

Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Antônio Elves Cocheva (interino)

Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural

Mario Antônio Wieczorek

Secretário Municipal de Assistência Social

Rodrigo Haniskievicz

**Secretário Municipal de Meio Ambiente, Cultura,
Turismo e Comunicação**

Márcia Regina Pereira Ristow

Secretária Municipal de Educação Esporte e Lazer

Ana Paula Ferreira Marques

Secretária Municipal de Saúde

Comissão do Diagnóstico Social

Carla Daiane de Souza Kavalkevski

Gestão

Michele Aparecida Batista

Gestão

Gracieli Aparecida Riffert

Gestão/Secretaria Executiva Conselhos

Ana Paula Santos

CRAS

Paola Emanuelle Santos

CREAS

Kelen dos Santos

Educação Regional

Tabita Sanson

Educação Municipal

PREFÁCIO

A Secretaria de Assistência Social apresenta o DIAGNÓSTICO DO TRABALHO INFANTIL no município de Palmeira/PR.

O diagnóstico do trabalho infantil é uma pesquisa realizada a partir da coleta e análise de dados das bases sistematizadas da rede de atendimento governamental e não governamental, da pesquisa realizada com crianças e adolescentes residentes no município para identificação das situações de trabalho infantil, bem como dos aspectos relacionados à promoção do direito, como acesso a atividades culturais, esportivas, educacionais e profissionalizantes.

Assim, teremos esses dados organizados de tal forma que nos permitam olhar para nossa realidade e compreendê-la. Desta forma, o diagnóstico irá retratar o panorama situacional por território das crianças e adolescentes residentes em Palmeira, por meio da apresentação de indicadores sociais construídos com o objetivo de identificar o número e o perfil daqueles que estão sujeitos às diversas situações de trabalho infantil no município, bem como os principais tipos de trabalho.

Para as Políticas Públicas que tratam do trabalho infantil, a atenção com as informações levantadas é de suma importância, precisamos evidenciar as especificidades dessa política através do destaque para esse tema prioritário em nosso município.

A partir dos dados obtidos e analisados teremos o “RETRATO” do nosso município, o que nos viabilizará conhecer o perfil e as necessidades destas crianças e adolescentes em cada território, possibilitando planejar transformações e mudanças com vista à emancipação e proteção de cada cidadão envolvido.

Mario Antonio Wieczorek
Secretário de Assistência Social

O Direito das Crianças

*Toda criança no mundo, deve ser bem protegida
Contra os rigores do tempo, contra os rigores da vida.*

*Criança tem que ter nome, criança tem que ter lar
Ter saúde e não ter fome, ter segurança e estudar.*

*Não é questão de querer, nem questão de concordar
Os direitos das crianças, todos têm de respeitar.*

*Tem direito à atenção, direito de não ter medos
Direito a livros e a pão, direito de ter brinquedos.*

*Mas criança também tem, o direito de sorrir.
Correr na beira do mar, ter lápis de colorir...*

*Ver uma estrela cadente, filme que tenha robô,
Ganhar um lindo presente, ouvir histórias do avô.*

*Descer do escorregador, fazer bolha de sabão,
Sorvete, se faz calor, brincar de adivinhação.*

*Morango com chantilly, ver mágico de cartola,
O canto do bem-te-vi, bola, bola, bola, bola!*

*Lamber fundo da panela, ser tratada com afeição
Ser alegre e tagarela, poder também dizer não!*

*Carrinho, jogos, bonecas, montar um jogo de armar,
Amarelinha, petecas, e uma corda de pular.*

Ruth Rocha

SIGLATÓRIO

AEPETI	Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMDM	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CONAETI	Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRFB/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CT	Conselho Tutelar
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MC	Ministério da Cidadania
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MP	Ministério Público
MPT	Ministério Público do Trabalho
MS	Ministério da Saúde
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PAEFI	Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RDJ	Razão de Dependência Jovem
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SGDCA	Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente
SSP	Secretaria de Estado da Segurança Pública
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TJ-PR	Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	12
2. NOTAS METODOLÓGICAS.....	13
2.1. DIVISÃO TERRITORIAL.....	13
2.2. IDENTIFICAÇÃO DA REDE DE ATENDIMENTO	15
2.3. COLETA E TRATAMENTO DE DADOS	15
2.4. TÉCNICAS ESTATÍSTICAS DE ANÁLISE DE DADOS	17
3. DADOS GERAIS DO MUNICÍPIO.....	18
4. PERFIL DEMOGRÁFICO E SOCIOECONÔMICO	20
5. CONTEXTUALIZAÇÃO DOS DIREITOS PRECONIZADOS PELO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COM FOCO NO DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO.....	33
5.1. O CONCEITO DE TRABALHO INFANTIL	36
5.2. PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI).....	38
5.3. DADOS GERAIS SOBRE O TRABALHO INFANTIL	40
6. MAPEAMENTO DO SISTEMA DE GARANTIAS DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	42
6.1. EIXO ESTRATÉGICO DE DEFESA	43
6.2. EIXO ESTRATÉGICO DE PROMOÇÃO.....	44
6.3. EIXO ESTRATÉGICO DE CONTROLE.....	45
7. DEMANDAS SOCIAIS DA REDE DE ATENDIMENTO NO COMBATE E ENFRENTAMENTO AO TRABALHO INFANTIL	46
7.1. REGISTROS DE VIOLAÇÕES DE DIREITO.....	46
7.2. PROMOÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS	48
8. RESULTADOS DA PESQUISA QUANTITATIVA CENSITÁRIA COM AS CRIANÇAS E OS ADOLESCENTES.....	52
8.1. PERFIL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ENTREVISTADOS	52
8.2. ENTREVISTADOS QUE PARTICIPAM DO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ.....	55
8.3. DEMANDAS POR ATIVIDADES E OFICINAS DE CONTRATURNO ESCOLAR	56
9. SITUAÇÕES DE TRABALHO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ENTREVISTADOS	59
9.1. ENTREVISTADOS QUE NÃO REALIZAM ATIVIDADES DE TRABALHO.....	62
9.2. ENTREVISTADOS EM SITUAÇÃO DE TRABALHO REGULAR.....	64

9.3. ENTREVISTADOS QUE REALIZAM ATIVIDADE SOCIALIZADORA	66
9.4. ENTREVISTADOS EM SITUAÇÃO DE TRABALHO IRREGULAR	68
9.5. ENTREVISTADOS EM SITUAÇÃO IRREGULAR DE TRABALHO EM CIRCUNSTÂNCIAS NÃO PASSÍVEIS DE REGULARIZAÇÃO	71
9.6. ENTREVISTADOS EM SITUAÇÃO DE TRABALHO IRREGULAR, POR ATIVIDADE	73
9.7. MAPA SOCIAL DAS ATIVIDADES DE TRABALHO IRREGULAR, POR REGIÃO GEOGRÁFICA	98
10. RESULTADOS DA PESQUISA QUALITATIVA DE FORMA LÚDICA COM CRIANÇAS	100
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
12. RECOMENDAÇÕES.....	116
13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	118

1. APRESENTAÇÃO

O Diagnóstico do Trabalho Infantil de Palmeira representa um marco na efetivação dos direitos da criança e do adolescente no município. Fruto de iniciativa da Secretaria Municipal de Assistência Social, tem como principal objetivo subsidiar as instâncias governamentais e não governamentais na formulação e execução assertivas das políticas públicas direcionadas para a infância e adolescência, como forma de aproximar o poder público e a sociedade civil da realidade social na qual elas estão inseridas.

Portanto, este projeto foi idealizado de modo que possa retratar o panorama situacional por território das crianças e adolescentes residentes em Palmeira, por meio da apresentação de indicadores sociais construídos com o objetivo de identificar o número e o perfil daqueles que estão sujeitos às situações de trabalho infantil no município, bem como os principais tipos de trabalho.

Seu conteúdo foi elaborado a partir da coleta e análise de dados das bases sistematizadas da rede de atendimento governamental e não governamental, da pesquisa realizada com crianças e adolescentes residentes no município para identificação das situações de trabalho infantil, bem como dos aspectos relacionados à promoção do direito, como acesso a atividades culturais, esportivas, educacionais e profissionalizantes.

Utilizou-se como norte construtivo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e demais instrumentos normativos vinculados ao tema, com destaque às Orientações Técnicas para o aperfeiçoamento da gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI (MDS, 2018), assim como foram precisamente seguidas as orientações contidas no Edital de Tomada de Preços Nº003/2019-SEMAS.

Ademais, durante o projeto foram realizadas reuniões de planejamento e articulação, das quais participaram membros da Comissão de Acompanhamento do município conjuntamente com a Painel Pesquisas e Consultoria, conferindo à sua elaboração um caráter construtivo e integrativo na concepção e estruturação das diretrizes para sua execução e finalização.

2. NOTAS METODOLÓGICAS

Adiante serão apresentadas e detalhadas as notas metodológicas referentes às etapas que embasaram a elaboração do Diagnóstico, como a divisão territorial, a identificação e mapeamento da rede de atendimento, a coleta, o tratamento e a padronização dos dados coletados, as técnicas estatísticas utilizadas na análise, e a forma de apresentação dos resultados.

2.1. DIVISÃO TERRITORIAL

A definição do território para fins do Diagnóstico é a primeira etapa do projeto, e sua organização é de suma importância, já que os dados coletados serão compilados e posteriormente apresentados na forma de indicadores e análises complementares a partir de um comparativo das regiões geográficas definidas pela territorialização.

Ressalta-se que um diagnóstico sério, conciso e capaz de produzir resultados transformativos para o subsídio e direcionamento assertivo de políticas públicas, requer uma metodologia de execução que contemple a territorialização pautada na realidade social do município, já que os dados obtidos apenas pela média municipal mascaram as diferenças sociais e econômicas existentes entre os bairros e áreas rurais, limitando e engessando as ações do poder público.

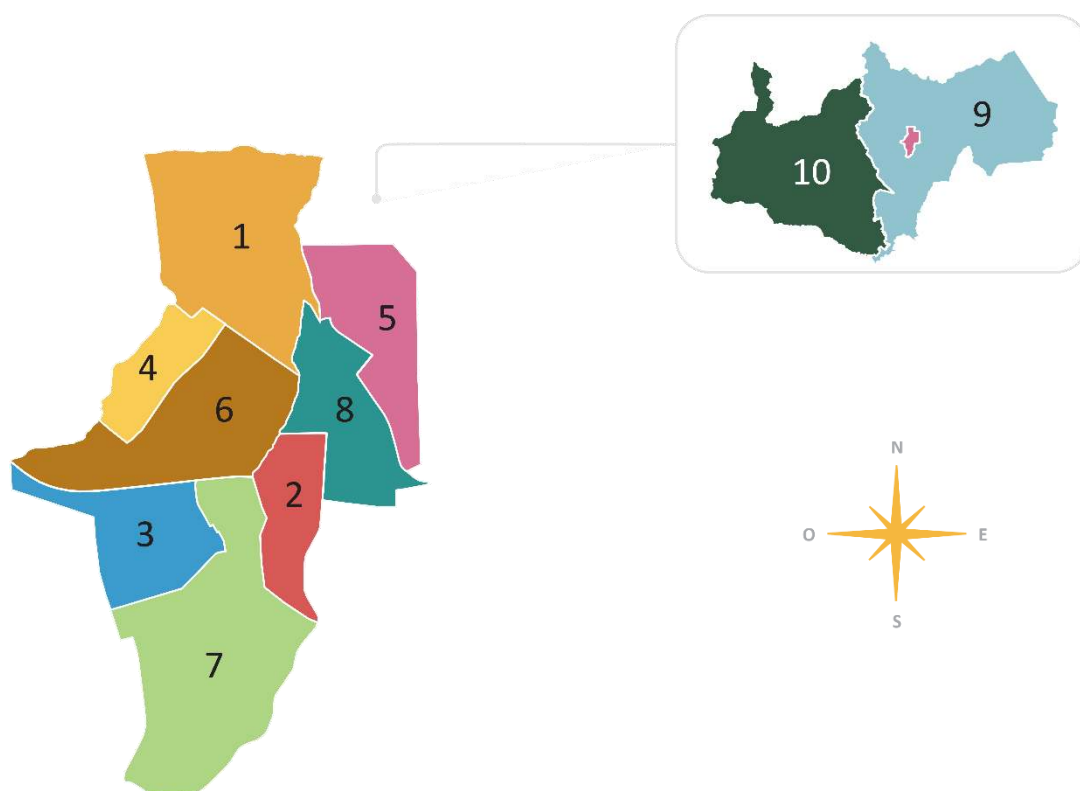
Considerando que a principal fonte para estudos e pesquisas do Brasil é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão público responsável pela gestão de geociências, estatísticas sociais, demográficas e econômicas do país - cuja sistematização e divulgação de seus dados oficiais é organizada por setor censitário¹ - a divisão territorial de Palmeira foi estruturada a partir dos bairros e localidades, respeitando a delimitação geográfica dos setores censitários do IBGE.

Com o auxílio da Comissão de Acompanhamento do Diagnóstico, e técnicos da Secretaria de Assistência Social, a divisão territorial para fins do Diagnóstico, resultou em 10 divisões denominadas de Regiões Geográficas, com características socioeconômicas semelhantes.

¹ Setor Censitário é unidade territorial de coleta das operações censitárias, definido pelo IBGE, com limites físicos identificados, em áreas contínuas e respeitando a divisão político-administrativa do Brasil (IBGE, 2019).

Quadro 1: Classificação das unidades geográficas do Município

Região	Principais Bairros ou Localidades
1 – Centro	Vila Militar; Vila Mayer; DER (Departamento de Estrada de Rodagem); Sebastiana Agnes; Vila Bugai; Beco do Fontana, Vila Maria
2 - Distrito Industrial	Distrito Industrial
3 - Colônia Francesa	Condomínio Parque dos Franceses; Vila Vicentina; Beco do Passoni; Colônia Francesa
4 - Jardim Christine	Vila Boles; Jardim Santa Helena; Wolla Brudgiska
5 – Vila Rosa	Gralha Azul I e II; Arco Iris; Bela Vista; Vila Palmeirinha; Loteamento Santana ou Municipal, Vila Rural; Sol Nascente; Jardim Santa Rosa I e Santa Rosa II; Jardim Itália; Lily Bacila; Vila Monjolo.
6 - Rocío I	Núcleo João Paulo II; Núcleo Nossa Senhora da Conceição; Loteamento Santa Felicidade.
7 - Rocío II	Nossa Senhora do Rocío; Loteamento Rocío II; Loteamento Ana Flor
8 - São José e Regina Vitória	Farajala Bacila; Papiros; Vila Vida
9 - Zona Rural I	Alto Cascavel, Benfica, Lago, Colônia Witmarsum; Cercado; Quero-Quero; Pugas de Cima; Pugas de Baixo; Colônia Primavera; Cajuru; Usina do Salto; Pinheral de Baixo; Pinheral de Cima; Mandaçaia; Faxinal dos Quartins, Faxinal do Silva; Poço Grande; Sítio Vitória; São Marcos; Ranchinho; Passo do Tio Paulo; Lageado Liso; Santa Bárbara de Baixo; Santa Bárbara de Cima; Santa Galo; Água Clara; Boqueirão; Faxinal Grande; Santa Quitéria; Monte Alegre, Colônia Gregório, Rio das Pedras, Rio da Areia, Três Morros, Catanduvas, Volta Grande,
10 - Zona Rural II	Papagaios Novos (Vilinha); Colônia Papagaios; Campo do Meio; Campo Novo; Rincão do Coxo; Faxinal Rincão; Queimadas; Encruzilhada; Campestrinho; Vieiras; Limeira; São Pedro; Colônia Maciel; Paiol do Fundo; Moinho Várzea; Vieiras; Campestre; Faxinal dos Mineiros; Boa Vista; Serraria Castelli; Guarauninha; Volta Grande; Faxina; Guaraúna de Tocas; Guaraúna Borges; Turvo; Forquilha

Mapa 1: Divisão territorial das regiões do Município – Visão Geral

2.2. IDENTIFICAÇÃO DA REDE DE ATENDIMENTO

Nesta etapa foi realizado o mapeamento de toda a rede que presta atendimento à criança e ao adolescente no município, incluindo os serviços, programas e projetos existentes nas secretarias municipais, e demais instituições governamentais ou não governamentais. É por meio do mapeamento da rede que a coleta de dados primários é dirigida.

2.3. COLETA E TRATAMENTO DE DADOS

O diagnóstico foi iniciado no ano de 2019 e os dados coletados, primários e secundários, correspondem ao período de 2019, 2021 e 2022. Ressalta-se que o ano de informação, assim como a fonte de dados, estarão sempre referenciados ao final de cada tabela.

Quadro 2: Catalogação dos dados utilizados

Pesquisa documental de dados primários	<i>Fichas de atendimentos realizados pelo Conselho Tutelar;</i>
	<i>Registros de Atendimento do PAIF, prestados pelo CRAS;</i>
	<i>Registros de Atendimento do PAEFI, prestados pelo CREAS;</i>
	<i>Registros de Atendimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;</i>
	<i>Informações dos projetos e programas da Secretaria Municipal de Cultura e Esportes;</i>
	<i>Informações dos projetos e programas da Secretaria Municipal de Educação</i>
Pesquisa documental de dados secundários	<i>Censo demográfico 2010 (IBGE) – Microdados e Agregados;</i>
	<i>Cadastros (CadÚnico) da Secretaria Municipal de Assistência Social;</i>
	<i>Censo Escolar do Instituto Nacional Anísio Teixeira (INEP);</i>
	<i>RAIS - Ministério da Economia;</i>
Pesquisa de Percepção com Foco no Trabalho Infantil	<i>Pesquisa quantitativa com crianças e adolescentes do 3º ano do ensino fundamental a 3ª série do ensino médio e pesquisa qualitativa com crianças do 1º e 2º ano do ensino fundamental, realizada de forma presencial em todas as escolas da rede estadual e municipal.</i>

Evidencia-se que, previamente à análise, foi realizado tratamento dos dados coletados para correção de registros incompletos, com erros de digitação ou de qualquer outro tipo de inconsistência que pudesse comprometer a qualidade das bases de dados. Sua formatação e padronização foram realizadas a partir da expertise de trabalho desenvolvido pela Painel Pesquisas e Consultoria.

A pesquisa de percepção compreende dados coletados pela equipe de pesquisadores da empresa executora deste Diagnóstico, Painel Pesquisas e Consultoria, que foi realizada por meio de abordagem presencial e direta. A abordagem seguiu os critérios de neutralidade, ou seja, sem interferências de pessoas ligadas à família, amigos ou conhecidos, para que as crianças e adolescentes entrevistados, se sentissem confortáveis em responder a sua situação a respeito dos temas abordados.

A coleta dos dados da pesquisa de percepção com as crianças e adolescentes, transcorreu em toda a rede de ensino público do município, com a participação de todas as turmas do ensino fundamental e ensino médio, sendo os entrevistados monitorados por equipe de pesquisadores devidamente identificados e treinados pela Painele Pesquisas para que assegurassem o entendimento das perguntas formuladas, mantivessem postura acolhedora e atuassem com base nos princípios éticos de imparcialidade, confidencialidade e sigilo das informações.

Em atendimento ao Edital Tomada de Preços 003/2019-SEMAS, a pesquisa foi realizada em duas etapas:

A primeira etapa, com aplicação da pesquisa quantitativa de modalidade censitária, transcorreu nos meses de março e abril de 2022, com a participação de 3.624 (três mil seiscentos e vinte e quatro) crianças e adolescentes, do 3º ano do ensino fundamental (EF) até a 3ª série do ensino médio (EM). Os entrevistados, responderam ao questionário estruturado, utilizando tecnologia digital, com aplicativo estatístico SPHINX Brasil. Tendo em vista que esta pesquisa de modalidade censitária, foi aplicada apenas para os alunos do 3º ano do EF e até a 3ª série do EM, será utilizada a expressão amostra quando for referido o universo dos entrevistados.

A segunda etapa com pesquisa qualitativa que ocorreu no mês de junho de 2022, com a participação de 685 (seiscentos e oitenta e cinco) crianças do 1º e 2º ano do ensino fundamental, aplicada de forma lúdica, utilizando para sua apresentação equipamento áudio visual, e conduzida em dinâmica com atividades específicas, de modo participativo, acolhedor e informal. Conforme o critério anterior, será utilizada a expressão amostra quando for referido o universo dos entrevistados.

Com base na metodologia utilizada a pesquisa resultou em um total de 4.309 (quatro mil trezentos e nove) questionários com todos os alunos presentes nas escolas públicas no dia da pesquisa. O resultado da pesquisa é a identificação de crianças e adolescentes em situações irregulares de trabalho, por tipo de atividade e incidência por território. Isso permitirá a atuação futura da rede de atendimento de forma pontual no combate e erradicação do trabalho infantil no município.

2.4. TÉCNICAS ESTATÍSTICAS DE ANÁLISE DE DADOS

Todos os dados coletados foram levantados, tratados e mensurados a partir de técnicas estatísticas cuja apresentação será realizada por meio de indicadores sociais e análises descritivas, em conjunto com tabelas, gráficos e infográficos, de modo a facilitar a sua visualização e compreensão, com objetivo de traduzir, quantificar e mensurar em números os aspectos da realidade social do município.

Os indicadores serão apresentados em percentuais ou em taxas por habitantes, sendo que em alguns casos o cálculo foi realizado a partir de mil e em outros a partir de cem mil habitantes, conforme será demonstrado em cada indicador. Ressalta-se que o cálculo é proporcional à população residente na região, o que permite equalizar as regiões independentemente do número de casos, pois estes são analisados proporcionalmente ao total da população residente na região.

Assim, considerando o número de divisões territoriais deste diagnóstico priorizou-se a utilização do Quintil², conforme ilustração no quadro abaixo. Todavia, em algumas situações em que houver muitas taxas ou percentuais iguais a "zero", possivelmente os dados serão apresentados em menores divisões, de modo a possibilitar maior uniformidade na visualização e na classificação dos grupos.

Quadro 3: Ilustração do método *Quintil*

Primeiro Quintil	Segundo Quintil	Terceiro Quintil	Quarto Quintil	Quinto Quintil
É o valor até ao qual se encontra 20% da amostra ordenada	É o valor até ao qual se encontra 40% da amostra ordenada	É o valor até ao qual se encontra 60% da amostra ordenada	É o valor até ao qual se encontra 80% da amostra ordenada	É o valor até ao qual se encontra 100% da amostra ordenada
Os 20% menores	Dos 21% até os 40% maiores	Dos 41% até os 60%	Dos 61% até os 80% maiores	Dos 81% até os 100% maiores
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto

Para identificar a variação entre o menor e o maior valor entre as regiões foi utilizado o cálculo da razão. Para este cálculo serão desprezados os indicadores iguais a 0 (zero), sendo, portanto, considerado como menor indicador aquele que apresentar o menor número diferente de 0 (zero).

Fórmula para cálculo da razão entre as regiões

$$\frac{\text{Maior indicador}}{\text{Menor indicador}} = \text{Razão}^3$$

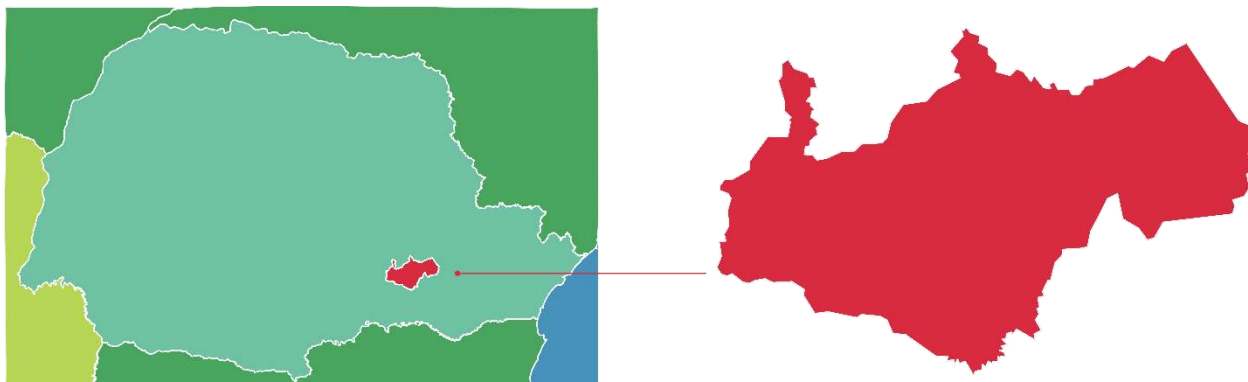
² TRIOLA, MARIO FERREIRA. Introdução à Estatística. 7ª Edição. 1999 – Versão traduzida para a língua portuguesa.

³ A razão mostra a variação entre o maior e o menor valor do indicador entre as regiões.

3. DADOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Palmeira⁴ é um município do estado do Paraná, localizado na microrregião de Palmeira, com 32.123 habitantes segundo estimativas do último censo demográfico do IBGE de 2010. A região abriga importantes pontos turísticos e acervos culturais relevantes como museus, igrejas, residências, entre outros.

Mapa 2: Mapa da localização do município



O início da formação do atual município está diretamente ligado ao Caminho das Tropas, percurso terrestre ligando o sul do país com a capitania de São Paulo para o transporte de produtos de vários gêneros para abastecer os grandes centros urbanos da época colonial. O caminho era feito por tropas de animais que carregavam a carga e conduzidos por homens conhecidos como tropeiros. A necessidade de paradas durante as viagens para descanso, alimentação ou por motivos climáticos, contribuiu para que os tropeiros se estabelecessem aos poucos nessas regiões, dedicando-se a serviços para atender esse público de viajantes com alguma infraestrutura e atraindo cada vez mais pessoas. A passagem dos tropeiros pela região de Palmeira, através do Caminho de Viamão, criou um núcleo de habitantes no então território da Freguesia de Tamanduá.

Em 1823, passa a chamar Freguesia Nova de Nossa Senhora da Conceição de Palmeira devido à construção da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição e em 1877 é legalmente conhecida como cidade e sua consolidação como tal se dá a partir da chegada de imigrantes europeus vindos de várias regiões: alemães, poloneses, italianos, franceses, russos, suíços e portugueses.

Dentre os muitos núcleos coloniais formados, a Colônia Cecília merece especial destaque por contribuir com importante parte da história local, sendo a única colônia de experiência anarquista fora da Europa.

⁴ As informações do capítulo 3 foram extraídas do site: <http://www.palmeira.pr.gov.br/>, bem como do Plano Plurianual da Assistência Social do Município.

O município possui como patrimônio histórico do estado do Paraná, a Ponte dos Papagaios e a arquibancada de madeira do Ypiranga Futebol Clube, o time local da cidade, além da Casa Fazenda Cancela, que é um museu e edifício histórico localizada dentro da Colônia Witmarsum.

O município possui uma área de 1459,42 km², conta com 32.123 habitantes e a densidade demográfica é de 22,01 hab./km², a cidade pertence à mesorregião Centro Oriental Paranaense.

O Índice de Desenvolvimento Humano está na faixa de 0,718, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM de Palmeira é a dimensão Longevidade, com índice de 0,826, seguida de Renda, com índice de 0,725, e de Educação, com índice de 0,618. Ressalta-se que este índice é uma medida composta por indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano do município: longevidade, educação e renda. Palmeira ocupa a 1362ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul-SP) e o menor é 0,418 (Melgaço-PA).

Figura 1: Representação em faixas de desenvolvimento humano



Imagens do município de Palmeira



Prefeitura de Palmeira/PR
Fonte: <http://www.palmeira.pr.gov.br/>

4. PERFIL DEMOGRÁFICO E SOCIOECONÔMICO

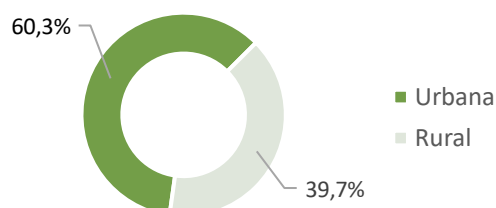
Os indicadores do perfil têm por objetivo mostrar as principais características demográficas da população em geral, bem como de crianças e adolescentes residentes no município de Palmeira. Os dados são referentes ao censo demográfico do IBGE e estimativas populacionais, por ser esta a fonte oficial de informações sociodemográficas e servir de comparativo na construção de séries históricas.

Inicia-se a apresentação dos dados analisando a distribuição urbana e rural da população. Em Palmeira a maioria da população vive na região urbana com 60,3% do total de habitantes.

Tabela 1: Distribuição da população urbana e rural

Área	Quant.	(%)
Urbana	19.375	60,3%
Rural	12.748	39,7%
Total Geral	32.123	100,0%

Fonte: IBGE, 2010



População na região rural	
Palmeira	39,7%
Paraná	14,7%
Brasil	15,6%

Proporção da população residente, por região

O município apresentou um crescimento de 5,5% de 2010 até 2019, segunda estimativa do IBGE, passando de uma população de 32.123 habitantes para 33.877. Vale observar que na Tabela 1 a maioria da população de Palmeira reside na área urbana. No entanto, na divisão territorial desta pesquisa, a área urbana foi dividida em oito regiões e a rural em duas. Sendo assim, dentro desse agrupamento, a região geográfica denominada “Zona Rural II” é a mais populosa entre as dez regiões do diagnóstico.

Tabela 2: População total residente, por região

Região geográfica	População residente		
	Quant.	(%)	
Centro	2.832	8,8%	
Distrito Industrial	370	1,2%	
Colônia Francesa	1.603	5,0%	
Jardim Christine	1.792	5,6%	
Vila Rosa	4.307	13,4%	
Rocio I	5.211	16,2%	
Rocio II	866	2,7%	
São José e Regina Vitória	2.239	7,0%	
Zona Rural I	4.654	14,5%	
Zona Rural II	8.249	25,7%	
Total Geral	32.123	100,0%	

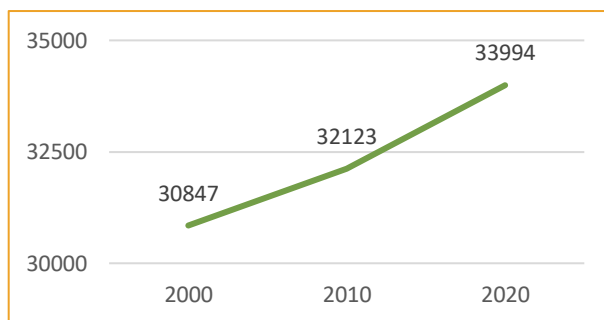
Fonte: IBGE, 2010

A estimativa de crescimento populacional do IBGE para Município no período de 2010 a 2020 é de 5,8%, passando de 32.123 para 33.994 habitantes, informação esta que será confirmada no próximo censo demográfico.

Tabela 3: População residente, por ano

Ano	População	Variação
2000	30.847	-
2010	32.123	4,1%
2020	33.994	5,8%

Fonte: IBGE



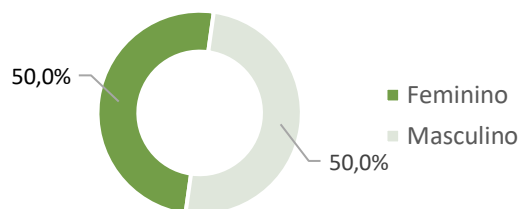
Sexo da população residente no município

Os números, em geral, apontam uma igualdade nas regiões, em relação ao sexo na população, sendo 50,0% do sexo feminino e 50,0% do sexo masculino.

Tabela 4: População residente, por sexo

Sexo	Quant.	(%)
Feminino	16.077	50,0%
Masculino	16.046	50,0%
Total Geral	32.123	100,0%

Fonte: IBGE, 2010



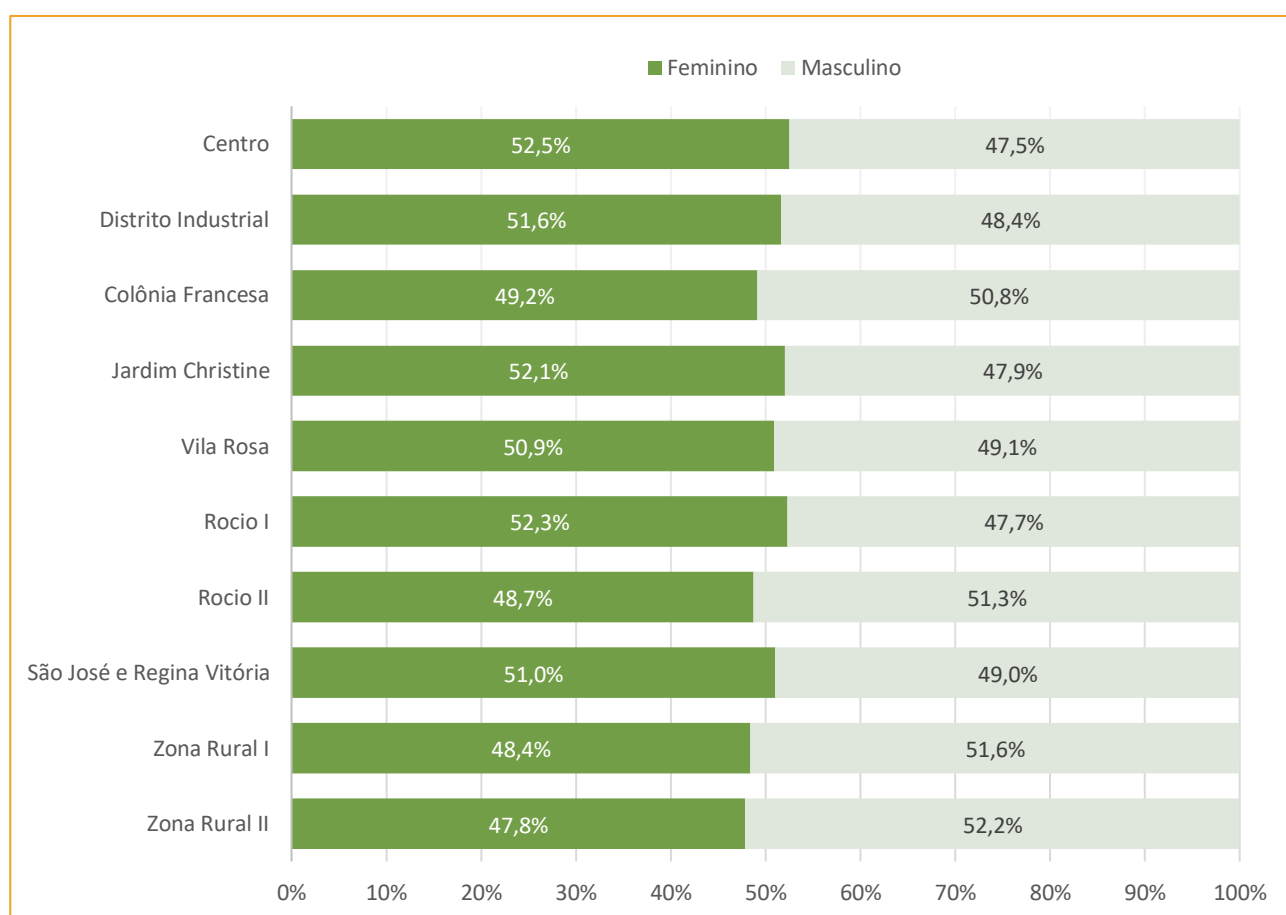
População feminina	
Palmeira	50,0%
Paraná	50,9%
Brasil	51,0%

Fonte: IBGE, 2010

Tabela 5: População residente, por sexo e por região

Região Geográfica	População Total	Feminino		Masculino	
		Quant.	(%)	Quant.	(%)
Centro	2.832	1.487	52,5%	1.345	47,5%
Distrito Industrial	370	191	51,6%	179	48,4%
Colônia Francesa	1.603	788	49,2%	815	50,8%
Jardim Christine	1.792	933	52,1%	859	47,9%
Vila Rosa	4.307	2.192	50,9%	2.115	49,1%
Rocio I	5.211	2.725	52,3%	2.486	47,7%
Rocio II	866	422	48,7%	444	51,3%
São José e Regina Vitória	2.239	1.142	51,0%	1.097	49,0%
Zona Rural I	4.654	2.251	48,4%	2.403	51,6%
Zona Rural II	8.249	3.946	47,8%	4.303	52,2%
Total	32.123	16.077	50,0%	16.046	50,0%

Fonte: IBGE, 2010



Colônia Francesa e Centro se destacam com a maior e menor densidade domiciliar entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 6,1% e (-) 9,1%.

Região geográfica	Domicílios particulares ocupados	População total residente	Densidade Domiciliar
Centro	933	2.832	3,0
Jardim Christine	575	1.792	3,1
Rocio I	1.634	5.211	3,2
Distrito Industrial	116	370	3,2
São José e Regina Vitória	699	2.239	3,2
Zona Rural I	1.413	4.654	3,3
Zona Rural II	2.501	8.249	3,3
Rocio II	253	866	3,4
Vila Rosa	1.242	4.307	3,5
Colônia Francesa	452	1.603	3,5
Município	9.818	32.123	3,3

Indicador 1: Densidade domiciliar

Definição: População total residente, dividido pelo total de domicílios particulares ocupados

Menor Valor	Centro	3,0
Média	Palmeira	3,3
Maior Valor	Colônia Francesa	3,5

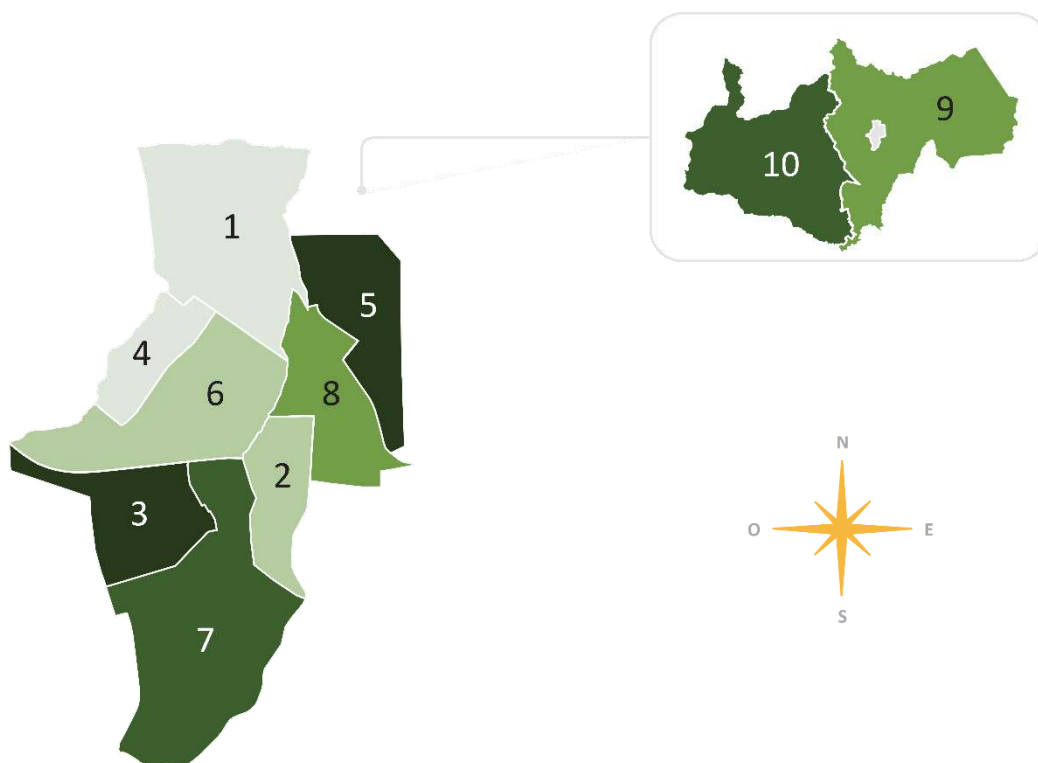
1,2 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fonte: IBGE, 2010

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------



Legenda das Regiões Geográficas

1 Centro	4 Jardim Christine	7 Rocio II	9 Zona Rural I
2 Distrito Industrial	5 Vila Rosa	8 São José e Regina Vitória	10 Zona Rural II
3 Colônia Francesa	6 Rocio I		

Colônia Francesa, São José e Regina Vitória se destacam com a maior e menor razão de dependência total (RDT) entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 16,7% e (-) 17,4%.

Região geográfica	População de 15 a 59 anos	População de 0 a 14 e 60 ou mais anos	Indicador (%)
São José e Regina Vitória	1.549	690	44,5%
Rocio II	573	293	51,1%
Rocio I	3.441	1.770	51,4%
Jardim Christine	1.183	609	51,5%
Centro	1.836	996	54,2%
Zona Rural II	5.345	2.904	54,3%
Vila Rosa	2.763	1.544	55,9%
Distrito Industrial	236	134	56,8%
Zona Rural I	2.956	1.698	57,4%
Colônia Francesa	984	619	62,9%
Município	20.866	11.257	53,9%

Indicador 2: Razão de dependência total (RDT)

Definição: População de 0 a 14 e 60 anos ou mais (economicamente inativa) dividido pelo População de 15 a 59 anos (economicamente ativa), vezes 100

Menor Valor	São José e Regina Vitória	44,5%
Média	Palmeira	53,9%
Maior Valor	Colônia Francesa	62,9%

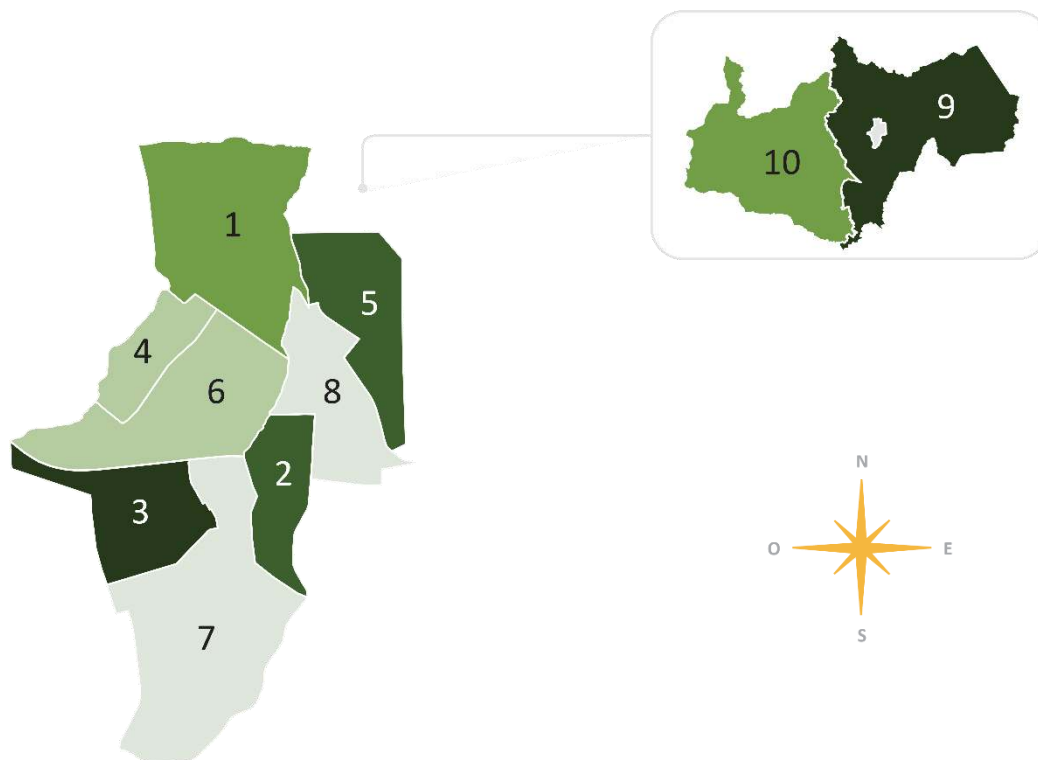
Fontes: IBGE, 2010

1,4 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------



Legenda das Regiões Geográficas

1 Centro	4 Jardim Christine	7 Rocio II	9 Zona Rural I
2 Distrito Industrial	5 Vila Rosa	8 São José e Regina Vitória	10 Zona Rural II
3 Colônia Francesa	6 Rocio I		

A Centro e Colônia Francesa se destacam com a maior e menor renda nominal *per capita* entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 83,9% e (-) 29,8%.

Região geográfica	População total	Renda nominal total (R\$)	Indicador (R\$)
Centro	2.832	2.873.570	R\$ 1.014,7
Jardim Christine	1.792	1.308.867	R\$ 730,4
São José e Regina Vitória	2.239	1.421.458	R\$ 634,9
Zona Rural I	4.654	2.892.274	R\$ 621,5
Rocio I	5.211	3.138.323	R\$ 602,2
Distrito Industrial	370	157.121	R\$ 424,7
Rocio II	866	347.530	R\$ 401,3
Zona Rural II	8.249	3.271.312	R\$ 396,6
Vila Rosa	4.307	1.693.567	R\$ 393,2
Colônia Francesa	1.603	621.295	R\$ 387,6
Município	32.123	17.725.317	R\$ 551,8

Indicador 3: Renda nominal *per capita*

Definição: Renda nominal total dividido pela população total residente

Menor Valor

Colônia Francesa	387,6
------------------	-------

Média

Palmeira	551,8
----------	-------

Maior Valor

Centro	1.014,7
--------	---------

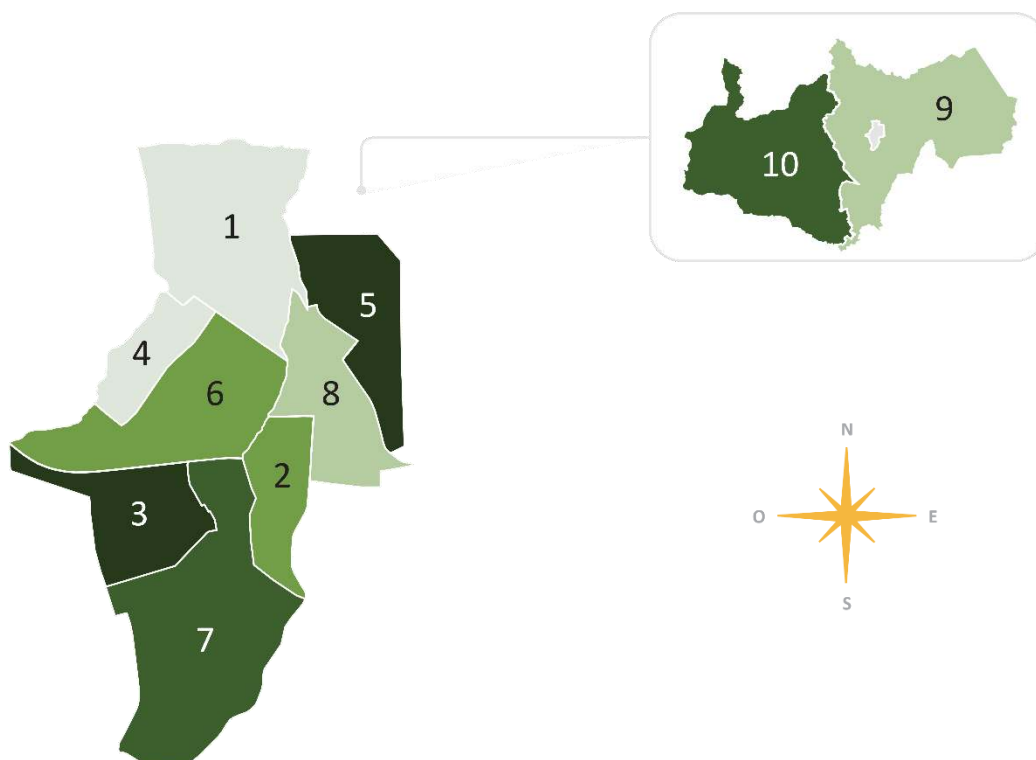
2,6 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: IBGE, 2010

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------



Legenda das Regiões Geográficas

1 Centro	4 Jardim Christine	7 Rocio II	9 Zona Rural I
2 Distrito Industrial	5 Vila Rosa	8 São José e Regina Vitória	10 Zona Rural II
3 Colônia Francesa	6 Rocio I		

Zona Rural II e Centro se destacam com a maior e menor percentual de domicílios com renda *per capita* domiciliar de até 1/2 SM entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 49,2% e (-) 68,4%.

Região geográfica	Domicílios particulares ocupados	Renda <i>per capita</i> de até 1/2 SM	Indicador (%)
Centro	933	74	7,9%
Jardim Christine	575	70	12,2%
São José e Regina Vitória	699	114	16,3%
Distrito Industrial	116	19	16,4%
Rocio I	1.634	313	19,2%
Rocio II	253	59	23,3%
Zona Rural I	1.413	359	25,4%
Vila Rosa	1.242	367	29,5%
Colônia Francesa	452	142	31,4%
Zona Rural II	2.501	934	37,3%
Município	9.818	2.451	25,0%

Indicador 4: Renda *per capita* domiciliar de até 1/2 SM

Definição: Domicílios com renda per capita de até 1/2 SM dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100

Menor Valor	Centro	7,9%
Média	Palmeira	25,0%
Maior Valor	Zona Rural II	37,3%

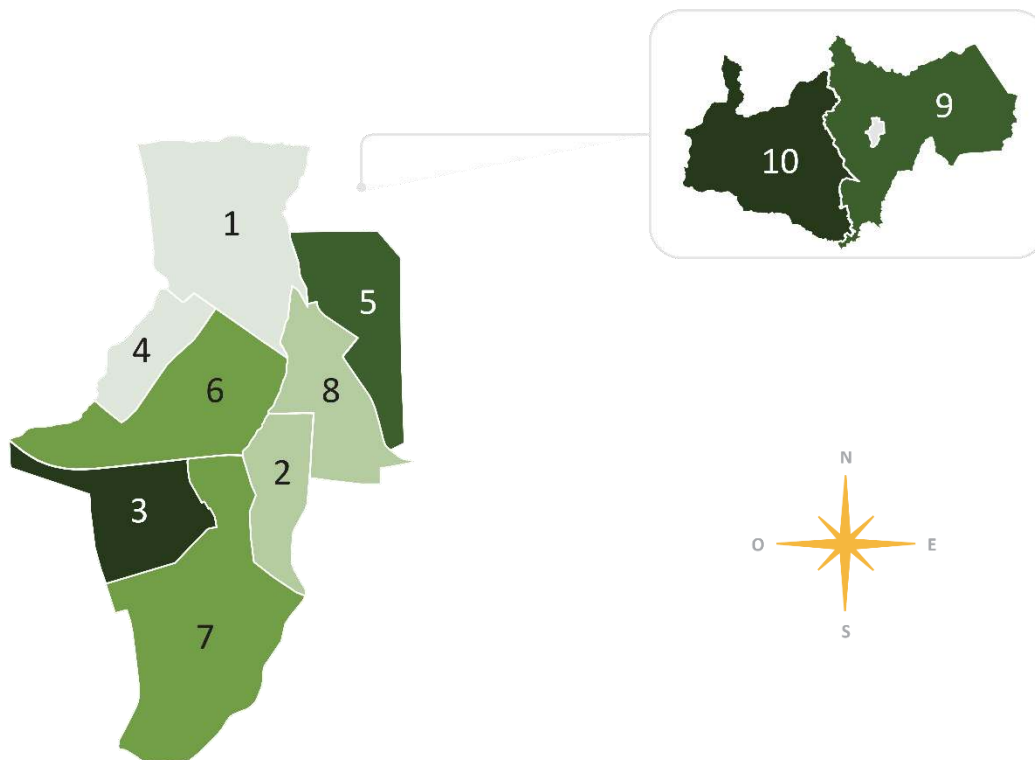
4,7 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: IBGE, 2010

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------



Legenda das Regiões Geográficas

1 Centro	4 Jardim Christine	7 Rocio II	9 Zona Rural I
2 Distrito Industrial	5 Vila Rosa	8 São José e Regina Vitória	10 Zona Rural II
3 Colônia Francesa	6 Rocio I		

Colônia Francesa e Jardim Christine se destacam com a maior e menor percentual da população residente com idade de 5 anos ou mais não alfabetizada entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 69,8% e (-) 60,4%.

Região geográfica	População de 5 ou mais anos	População analfabeta de 5 ou mais anos	Indicador (%)
Jardim Christine	1.656	34	2,1%
Centro	2.659	57	2,1%
Distrito Industrial	344	9	2,6%
Rocio II	807	36	4,5%
São José e Regina Vitória	2.061	109	5,3%
Rocio I	4.858	261	5,4%
Zona Rural I	4.333	233	5,4%
Vila Rosa	3.954	241	6,1%
Zona Rural II	7.665	470	6,1%
Colônia Francesa	1.472	132	9,0%
Município	29.809	1.582	5,3%

Indicador 5: População residente com idade de 5 anos ou mais não alfabetizada

Definição: População residente de 5 anos ou mais não alfabetizada, dividido pelo total da população residente de mesma idade, vezes 100

Menor Valor

Jardim Christine	2,1%
------------------	------

Média

Palmeira	5,3%
----------	------

Maior Valor

Colônia Francesa	9,0%
------------------	------

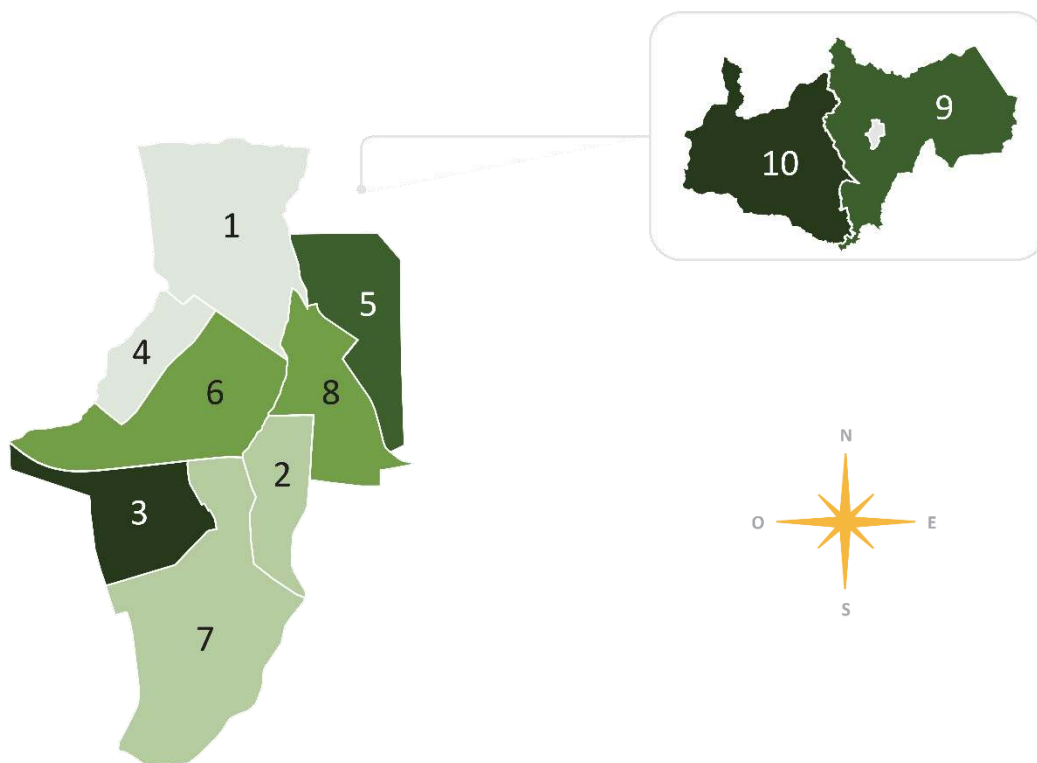
Fontes: IBGE, 2010

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

4,3 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões



Legenda das Regiões Geográficas

1 Centro	4 Jardim Christine	7 Rocio II	9 Zona Rural I
2 Distrito Industrial	5 Vila Rosa	8 São José e Regina Vitória	10 Zona Rural II
3 Colônia Francesa	6 Rocio I		

Colônia Francesa e Centro se destacam com a maior e menor percentual de pessoas responsáveis por domicílio não alfabetizados entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 75,0% e (-) 66,7%.

Região geográfica	Pessoas responsáveis por domicílio	Responsáveis analfabetos	Indicadores (%)
Centro	933	15	1,6%
Jardim Christine	576	12	2,1%
São José e Regina Vitória	703	24	3,4%
Zona Rural I	1.415	65	4,6%
Distrito Industrial	116	6	5,2%
Zona Rural II	2.512	130	5,2%
Vila Rosa	1.245	70	5,6%
Rocio I	1.635	92	5,6%
Rocio II	253	16	6,3%
Colônia Francesa	453	38	8,4%
Município	9.841	468	4,8%

Indicador 6: Responsáveis por domicílio não alfabetizados

Definição: Responsáveis analfabetos dividido pelo total de pessoas responsáveis por domicílio, vezes 100

Menor Valor	Centro	1,6%
Média	Palmeira	4,8%
Maior Valor	Colônia Francesa	8,4%

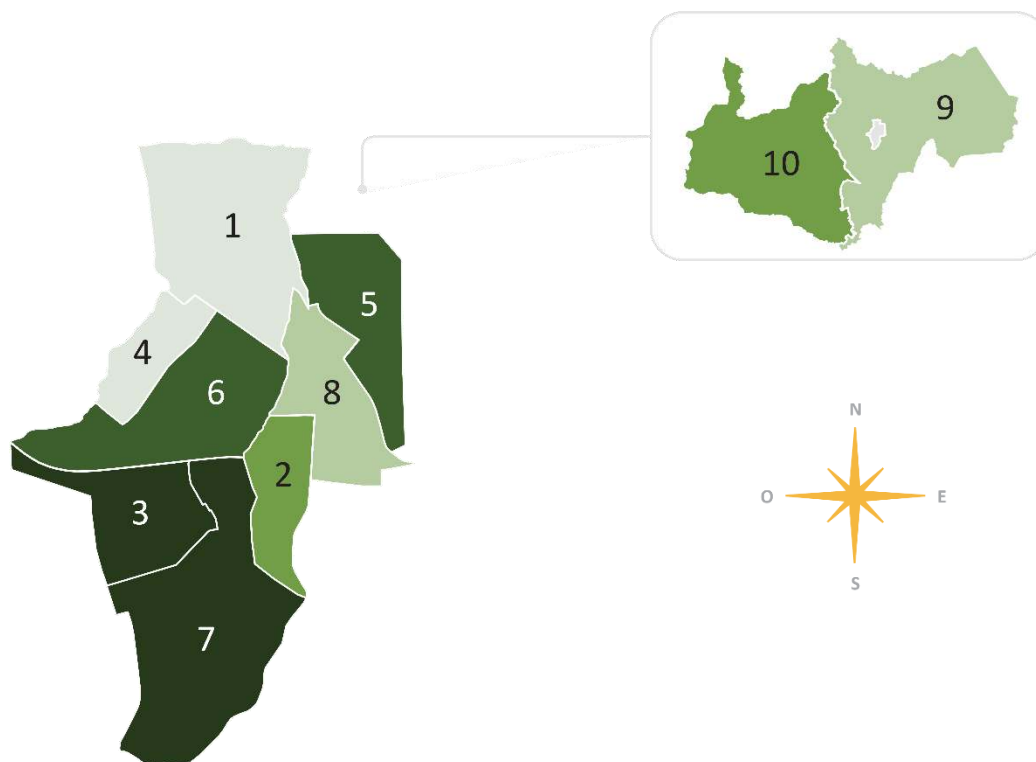
5,2 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: IBGE, 2010

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------



Legenda das Regiões Geográficas

1 Centro	4 Jardim Christine	7 Rocio II	9 Zona Rural I
2 Distrito Industrial	5 Vila Rosa	8 São José e Regina Vitória	10 Zona Rural II
3 Colônia Francesa	6 Rocio I		

Colônia Francesa e Centro se destacam com a maior e menor percentual da população residente com idade de 0 a 17 anos entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 16,2% e (-) 19,9%.

	Região geográfica	População residente	População de 0 a 17 anos	Indicador (%)
	Centro	2.832	684	24,2%
	Rocio I	5.211	1.507	28,9%
	Jardim Christine	1.792	528	29,5%
	Zona Rural II	8.249	2.452	29,7%
	Distrito Industrial	370	110	29,7%
	São José e Regina Vitória	2.239	669	29,9%
	Zona Rural I	4.654	1.423	30,6%
	Rocio II	866	293	33,8%
	Vila Rosa	4.307	1.482	34,4%
	Colônia Francesa	1.603	563	35,1%
	Município	32.123	9.711	30,2%

Fontes: IBGE, 2010

Indicador 7: População residente com idade de 0 a 17 anos

Definição: População residente de 0 a 17 anos dividido pelo total da população residente, vezes 100

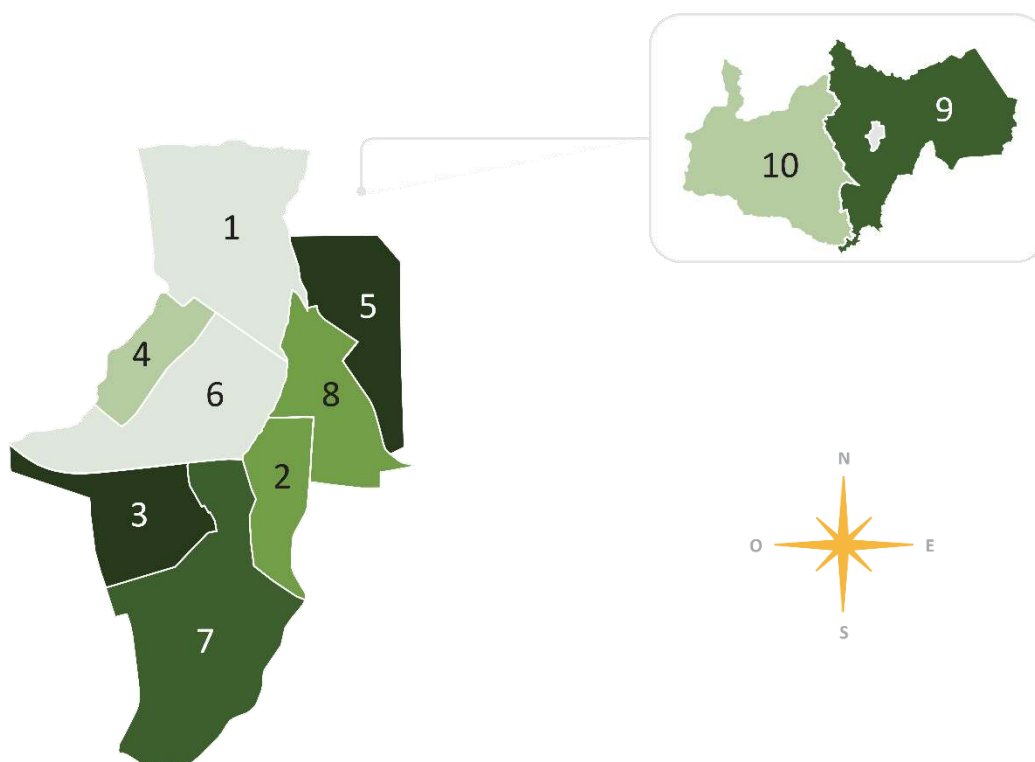
Menor Valor	Centro	24,2%
Média	Palmeira	30,2%
Maior Valor	Colônia Francesa	35,1%

1,5 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------



Legenda das Regiões Geográficas

1 Centro	4 Jardim Christine	7 Rocio II	9 Zona Rural I
2 Distrito Industrial	5 Vila Rosa	8 São José e Regina Vitória	10 Zona Rural II
3 Colônia Francesa	6 Rocio I		

Colônia Francesa e Centro se destacam com a maior e menor percentual da população residente com idade de 0 a 5 anos entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 14,9% e (-) 17,2%.

Região geográfica	População residente	População de 0 a 5 anos	Indicador (%)
Centro	2.832	203	7,2%
Rocio II	866	68	7,9%
Rocio I	5.211	419	8,0%
Jardim Christine	1.792	152	8,5%
Distrito Industrial	370	32	8,6%
Zona Rural II	8.249	714	8,7%
Zona Rural I	4.654	403	8,7%
São José e Regina Vitória	2.239	216	9,6%
Vila Rosa	4.307	426	9,9%
Colônia Francesa	1.603	160	10,0%
Município	32.123	2.793	8,7%

Indicador 8: População residente com idade de 0 a 5 anos

Definição: População de 0 a 5 anos dividido pelo total da população residente, vezes 100

Menor Valor	Centro	7,2%
Média	Palmeira	8,7%
Maior Valor	Colônia Francesa	10%

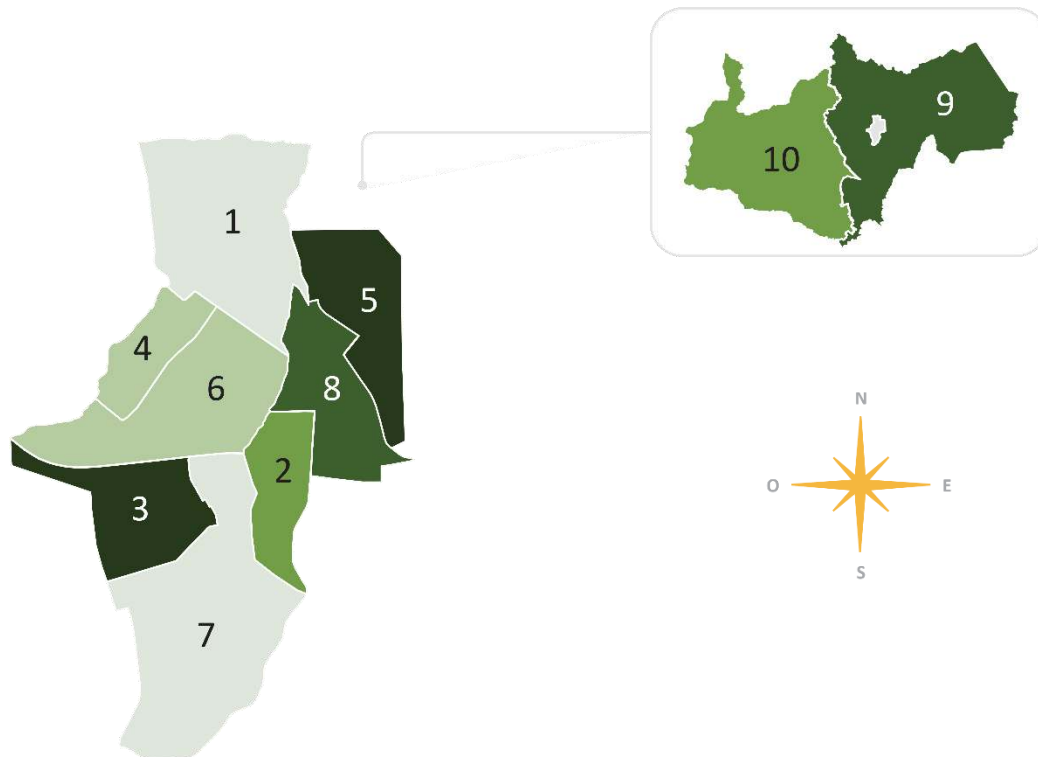
1,4 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: IBGE, 2010

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------



Legenda das Regiões Geográficas

1 Centro	4 Jardim Christine	7 Rocio II	9 Zona Rural I
2 Distrito Industrial	5 Vila Rosa	8 São José e Regina Vitória	10 Zona Rural II
3 Colônia Francesa	6 Rocio I		

Colônia Francesa e Centro se destacam com a maior e menor percentual da população residente com idade de 6 a 11 anos entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 20,2% e (-) 23,2%.

Região geográfica	População residente	População de 6 a 11 anos	Indicador (%)
Centro	2.832	214	7,6%
Rocio I	5.211	480	9,2%
São José e Regina Vitória	2.239	216	9,6%
Zona Rural II	8.249	818	9,9%
Zona Rural I	4.654	469	10,1%
Jardim Christine	1.792	185	10,3%
Distrito Industrial	370	40	10,8%
Vila Rosa	4.307	471	10,9%
Rocio II	866	103	11,9%
Colônia Francesa	1.603	191	11,9%
Município	32.123	3.187	9,9%

Indicador 9: População residente com idade de 6 a 11 anos

Definição: População de 6 a 11 anos dividido pelo total da população residente, vezes 100

Menor Valor	Centro	7,6%
Média	Palmeira	9,9%
Maior Valor	Colônia Francesa	11,9%

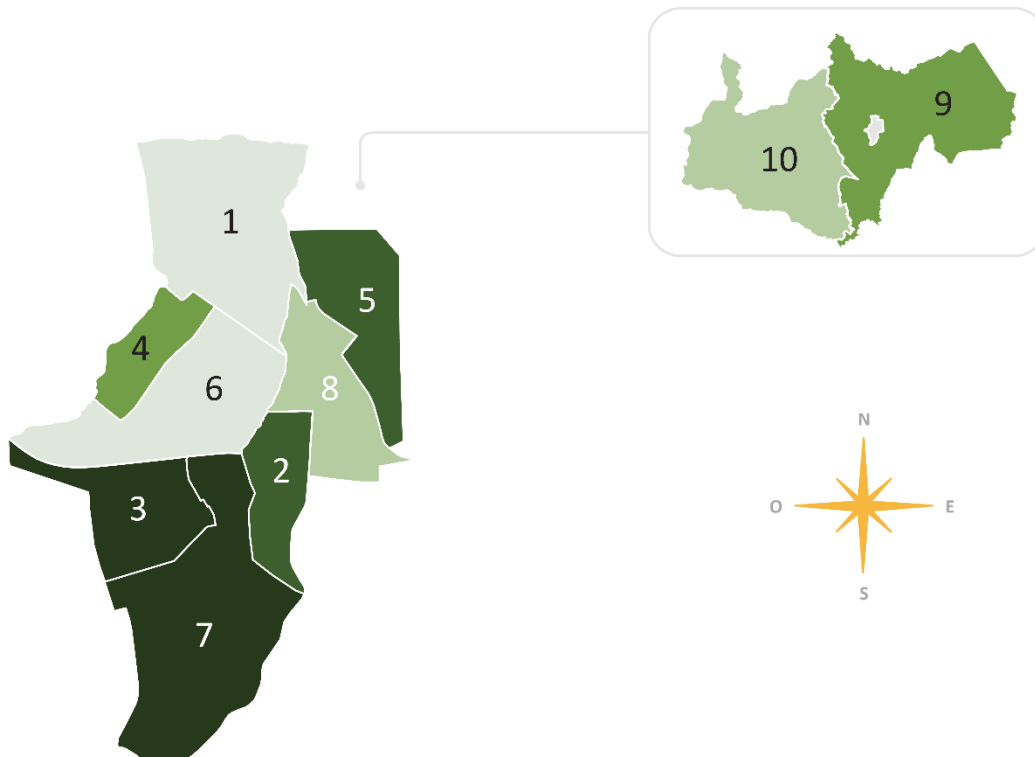
1,6 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: IBGE, 2010

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------



Legenda das Regiões Geográficas

1 Centro	4 Jardim Christine	7 Rocio II	9 Zona Rural I
2 Distrito Industrial	5 Vila Rosa	8 São José e Regina Vitória	10 Zona Rural II
3 Colônia Francesa	6 Rocio I		

Rocio II e Centro se destacam com a maior e menor percentual da população residente com idade de 12 a 17 anos entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 21,6% e (-) 19,0%.

Região geográfica	População residente	População de 12 a 17 anos	Indicador (%)
Centro	2.832	267	9,4%
Distrito Industrial	370	38	10,3%
São José e Regina Vitória	2.239	237	10,6%
Jardim Christine	1.792	191	10,7%
Zona Rural II	8.249	920	11,2%
Rocio I	5.211	608	11,7%
Zona Rural I	4.654	551	11,8%
Colônia Francesa	1.603	212	13,2%
Vila Rosa	4.307	585	13,6%
Rocio II	866	122	14,1%
Município	32.123	3.731	11,6%

Indicador 10: População residente com idade de 12 a 17 anos

Definição: População de 12 a 17 anos dividido pelo total da população residente, vezes 100

Menor Valor	Centro	9,4%
Média	Palmeira	11,6%
Maior Valor	Rocio II	14,1%

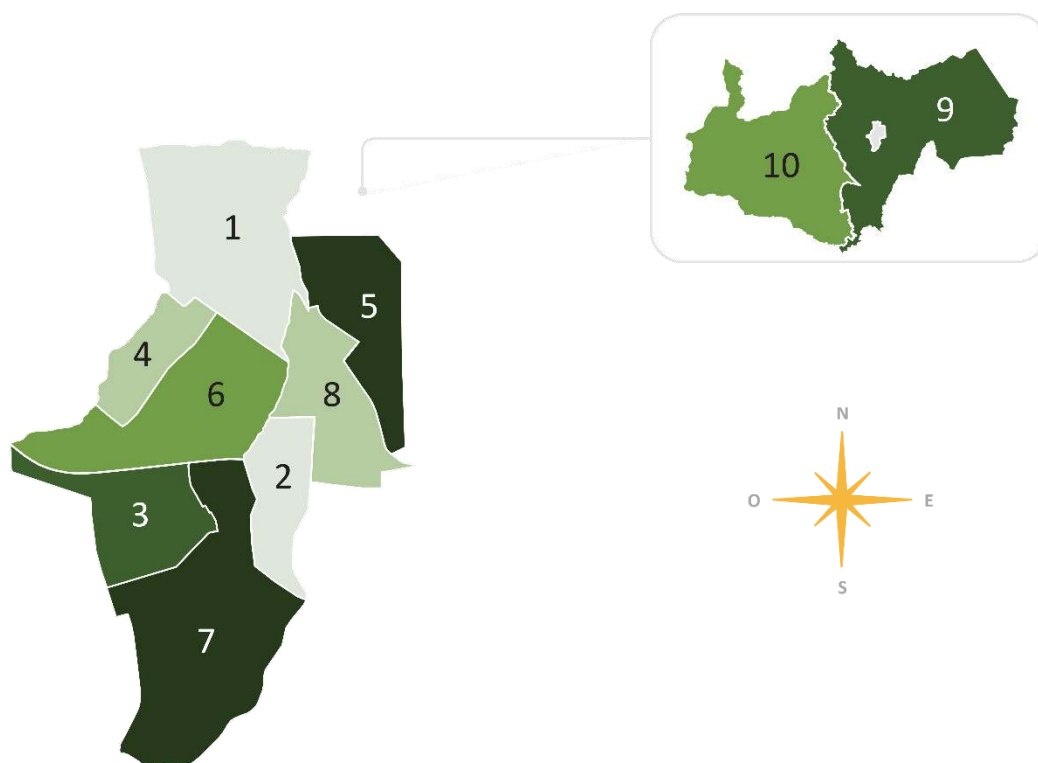
1,5 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: IBGE, 2010

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------



Legenda das Regiões Geográficas

1 Centro	4 Jardim Christine	7 Rocio II	9 Zona Rural I
2 Distrito Industrial	5 Vila Rosa	8 São José e Regina Vitória	10 Zona Rural II
3 Colônia Francesa	6 Rocio I		

5. CONTEXTUALIZAÇÃO DOS DIREITOS PRECONIZADOS PELO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COM FOCO NO DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO

A promulgação da Constituição Federal de 1988 foi um marco no ordenamento jurídico brasileiro, sobretudo por preocupar-se em assegurar direitos fundamentais e essenciais a todos e estabelecer mecanismos para garantir o cumprimento de tais direitos. No mesmo espírito de inovação, foram introduzidos ao corpo constitucional aspectos próprios do princípio da proteção integral e especial em relação às crianças e aos adolescentes, através do artigo 227, em que os reconhece como sujeitos de direito e como indivíduos em processo de formação, atribuindo como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar seus direitos, “além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

O próprio artigo 227 trata de reconhecer e ampliar o rol de direitos fundamentais já expressamente garantidos pelo artigo 5º da Constituição Federal, delineando de forma expressa os eixos de direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, posteriormente incorporados ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado em 1990.

Aprofundando-se na temática do direito à profissionalização e à proteção no trabalho, objeto de estudo deste volume, e observando os aspectos sociais e culturais, é possível constatar que o trabalho infantil faz parte da história do Brasil – com a exploração da mão de obra escravocrata indígena e africana – perpetuando-se com o surgimento da industrialização, em que crianças e adolescentes foram absorvidos pelo sistema fabril, com longas jornadas de trabalho, condições insalubres e perigosas, entre outras violações. Associados a estes aspectos, ainda há outros fatores que propiciam a entrada precoce no mercado de trabalho, como a mentalidade equivocada de que o trabalho prematuro previne a criminalidade, o uso de drogas ilícitas e garante um futuro profissional; a desigualdade de renda; o racismo estrutural e a imposição de papéis de gênero.

Segundo dados do Censo Demográfico de 2010, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, mais de três milhões de crianças e adolescentes trabalham, sendo que mais de um milhão e 600 mil deles possuem menos de 16 anos. Percebe-se que atualmente o trabalho infantil se concentra em atividades de difícil fiscalização e apresenta-se principalmente em atividades informais, na agricultura familiar, no aliciamento pelo tráfico, em formas de exploração sexual, no trabalho doméstico, e em atividades produtivas familiares. Essas formas de trabalho são naturalizadas ou invisíveis, e muitas vezes não são notificadas na rede de atendimento, pois nem sequer são percebidas como trabalho infantil pela sociedade ou até mesmo por gestores públicos.

Perquirindo a legislação vigente, nota-se que a conquista histórica dos avanços jurídicos no que tange aos direitos das crianças e adolescentes representaram também avanços no movimento de combate ao trabalho infantil, fundamentando políticas públicas em âmbito nacional para seu enfrentamento como é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), criando em 1996 pelo Governo Federal como um programa de transferência de renda para famílias com crianças e adolescentes em situação de trabalho carvoarias da região de Três Lagoas (MS), com a obrigatoriedade de frequência escolar. O programa foi progressivamente ampliado para os demais estados do país e redesenhado em 2014. Sua nova configuração está pautada na realização de ações estratégicas voltadas ao enfrentamento das novas configurações do trabalho infantil no Brasil, no fortalecimento do programa e na qualificação e atuação da rede de proteção do SUAS.

Em 2015 as ações de combate e enfrentamento ao trabalho infantil são reforçadas pelo governo brasileiro, com a assinatura da Declaração “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, cujo teor estabelece os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, desdobrados em 169 metas, das quais se destaca a 8.7, a seguir transcrita *in verbis*:

Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicação trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas.

O alcance das metas contidas nos ODS é um grande desafio a ser enfrentado pelo Estado brasileiro, e exige esforço não só de todas as esferas de governo – federal, estadual e municipal – mas cooperação de toda a sociedade civil, da qual fazem parte empregadores, sistema de justiça e entidades fiscalizadoras, instituições de ensino, dentre outras, para que o país consiga avançar no fortalecimento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o qual compreende o fomento à educação e à participação em atividades culturais e esportivas, o atendimento e acompanhamento das famílias que necessitam do suporte à renda, à qualificação profissional, para que o jovem seja inserido no mercado de trabalho, na idade correta e em atividades de trabalho regulares.

Linha do tempo dos marcos normativos da temática do trabalho infantil

- 1988 — Constituição Federal da República Federativa do Brasil
- 1990 — Lei nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)
Decreto nº 99.710 – Ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança
- 1991 — Lei nº 8.242 – Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente-Conanda
- 1993 — Lei nº 8.742 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS
- 1996 — Lei nº 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) – ação com apoio da OIT para combater o trabalho de crianças em carvoarias na região do MS
- 1999 — Ampliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) para os demais Estados brasileiros
- 2000 — Decreto nº 3.597 – Promulga a Convenção OIT nº 182 – sobre a Proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação
- 2002 — Decreto nº 4.134 – Promulga a Convenção nº 138 e a Recomendação nº 146 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Idade Mínima de Admissão ao Emprego
Portaria nº 365 – Institui a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI)
- 2004 — Lei nº 10.836 – Criação do Programa Bolsa Família
Decreto nº 5.007 – Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos a Criança referente à venda de criança, a prostituição infantil e a pornografia infantil
Decreto nº 5.015 – Promulga a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional
Decreto nº 5.017 – Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças
- 2005 — Instituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
Portaria GM/MDS nº 666 – Integração entre o Programa Bolsa Família (PBF) e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)
- 2006 — Resolução Conanda nº 113 – Institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente
Decreto nº 5.948 – Aprova a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
- 2008 — Lei nº 11.829 – Combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil e pedofilia na internet
Lei nº 11.692 – Projovem
Decreto nº 6.481 – Trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e da ação imediata para sua eliminação
- 2009 — Res. CIT nº 7 – Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda
- 2011 — Lei nº 12.513 – Pronatec
Lei nº 12.435 – Regulamenta o Sistema Único de Assistência Social, com a integração do PETI na Política de Assistência Social
Res. Conanda nº 148 – Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador
- 2013 — Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) incluindo o atendimento de crianças e adolescentes em situação de trabalho
Res. Conanda nº 159 – Participação de crianças e adolescentes em espaços de discussão sobre os seus direitos
Lei nº 12.933 – Benefício de meia-entrada em espetáculos artístico-culturais e esportivos
- 2014 — Redesenho do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)
Lei nº 13.010 – Estabelece o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou tratamento cruel ou degradante
- 2015 — Dec. nº 8.537 – Estatuto da Juventude: meia-entrada em eventos culturais e esportivos para estudantes e jovens de baixa renda e a reserva de vagas no transporte interestadual para jovens de baixa renda
- 2019 - 2022 — III Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador

5.1. O CONCEITO DE TRABALHO INFANTIL

De acordo com a legislação vigente e com o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador, o conceito de trabalho infantil é atribuído à execução de atividades de sobrevivência e/ou econômicas, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 (dezesesseis) anos – ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos – independentemente da sua condição ocupacional, cujas atividades sejam incompatíveis com o seu desenvolvimento e cujos horários e locais não permitam a frequência escolar.

Situações de trabalho por faixa etária, conforme a legislação vigente

0 a 13 anos – Proibição de qualquer forma de trabalho infantil (Art. 60 do ECA);

14 a 16 anos – Proibição de qualquer forma de trabalho infantil, salvo na condição de aprendiz (Art. 7º, XXXIII da CF; Art. 403 da CLT);

16 a 18 anos – Permissão restrita, sendo proibidas as atividades consideradas noturnas (entre 22h e 5h na região urbana e entre 20h e 4h na rural), perigosas, insalubres, penosas, realizadas em locais prejudiciais à formação e ao desenvolvimento físico, psíquico, moral e social de adolescentes, enquadradas na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP), aprovada pelo Decreto nº 6.481/2008, ou ainda a critério do juízo competente (Art. 7º, XXXIII da CF; Art. 402 e 404 da CLT).

A inserção do adolescente no mercado de trabalho é positiva quando realizada na idade certa e de forma regular, sendo uma excelente ferramenta para o amadurecimento pessoal e o desenvolvimento de competências como responsabilização, respeito, educação financeira entre outros. Todavia, as situações irregulares de trabalho tendem a prejudicar o desenvolvimento pleno da criança e do adolescente, em função dos riscos aos quais estão expostos, em que se destacam:

- **Prejuízos à saúde:** por estarem expostos ao sol forte, a doenças, locais com pouca ou nenhuma higiene, sem a proteção necessária, ou ainda por executarem atividades incompatíveis com sua idade e que possam comprometer sua formação física.
- **Infrequência e evasão escolar:** pelo comprometimento do desempenho estudantil seja em função do cansaço em virtude de jornada dupla, ocasionando o distanciamento ou abandono escolar, ou por enxergar a atividade do trabalho como um meio alternativo de subsistência.
- **Exposição a riscos:** por estarem desprotegidos, acabam expostos a uma série de riscos e acidentes, abrindo espaço para outras violações, tais como o abuso psicológico e sexual, também ao envolvimento com atividades ilícitas.

Seguindo ainda as orientações do Manual de Atuação do Ministério Público na Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, em sua 2ª edição, Marques & Neto contextualizam as diversas configurações de trabalho infantil, considerando a realidade brasileira, nas seguintes categorias:

Quanto à **forma**: trabalho subordinado, autônomo ou por conta própria, o trabalho eventual, o trabalho terceirizado e o trabalho forçado, degradante ou em condições análogas à de escravo (em fazendas);

Quanto **ao local**: privado ou vias públicas (lixões; matadouros; feiras; ruas e avenidas)

Quanto à **natureza da atividade**:

- destaca-se o trabalho produtivo (que visa ao lucro);
- o trabalho voluntário e assistencial (entidades beneficentes; igrejas);
- o trabalho doméstico (realizado no âmbito residencial e voltado para a família, própria ou de terceiros, como acontece nos casos em que um adolescente labora como babá de uma criança);
- o trabalho sob regime de economia familiar (que ocorre dentro do núcleo familiar, podendo ser doméstico ou não, como por exemplo, o serviço de ordenha do gado, em uma pequena propriedade familiar);
- o trabalho de subsistência;
- o trabalho artesanal;
- o trabalho artístico;
- o trabalho desportivo; e, ainda,
- o trabalho ilícito (tráfico de drogas; exploração sexual).

Quanto à área: tem-se o trabalho urbano e o trabalho rural;

Quanto ao tempo: verifica-se o trabalho contínuo (por exemplo: extração e venda de pedras; mineração), o trabalho sazonal (plantação e colheita de frutas e outras culturas) e o trabalho de natureza eventual ou episódica (eventos esportivos ou culturais)

5.2. PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI)

Para coibir e combater a realidade social brasileira de trabalho infantil juvenil, em 1996 o Governo Federal lançou – através do extinto Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) e com apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), inicialmente destinados às famílias com filhos na faixa etária entre 7 e 14 anos, submetidos a trabalhos caracterizados como insalubres, degradantes, penosos e de exploração na zona rural, inicialmente na região de Três Lagoas - MS.

Nos primeiros anos de sua existência, o PETI foi progressivamente ampliando sua cobertura aos demais estados, assim como também estendendo seu público-alvo, incorporando a faixa etária de 15 anos, assim como as famílias da zona urbana. O programa estava inicialmente pautado em ações que possibilitassem a educação e escolarização, o apoio e orientação às famílias, a retirada das crianças e adolescentes das situações de trabalho que colocassem em risco sua saúde e segurança, e na implementação de programas e projetos de geração de trabalho e ampliação da renda para essas famílias. Sua operacionalização deu-se através da disponibilização de um auxílio financeiro, denominado “Bolsa Criança Cidadã”, para cada criança afastada de situações de trabalho, tendo como contrapartida a matrícula e frequência escolar em turno regular, e a participação em jornada ampliada em turno oposto, de atividades educacionais, esportivas, culturais, artísticas e de lazer.

Atualmente o programa está alocado na Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, vinculada ao Ministério da Cidadania, como parte integrante e intersetorial da política pública de assistência social, principalmente com a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) a partir de 2005, período em que houve a integração do PETI com o Programa Bolsa Família, a inserção do registro e atendimento das famílias de crianças e adolescentes em situação do trabalho infantil por meio de sua inclusão no CadÚnico, no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) dentre outros.

O programa foi redesenhado em 2014 em consonância com o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador (Reedição 2011 – 2015), cujo processo foi acompanhado pela Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI). Sendo que neste novo desenho é criado o PETI – AEPETI e em sua nova configuração está pautada a realização de ações estratégicas voltadas ao enfrentamento das novas configurações do trabalho infantil no Brasil, no fortalecimento do programa e na qualificação e atuação da rede de proteção social do SUAS, visando potencializar os serviços socioassistenciais existentes, bem como articular ações com outras políticas públicas, por meio da criação de uma agenda intersetorial de erradicação do trabalho infantil.

Quadro 4: Tipos de trabalho infantil definidos pelo PETI

Trabalho realizado na rua	•Caracteriza-se por atividades como venda e comércio de artigos ambulantes, flanelinhas e “guardadores de carro”, pelo transporte de coisas e objetos, coleta de materiais reciclados, dentre outros.
Trabalho infantil doméstico	•O trabalho doméstico é uma das formas mais comuns e tradicionais de trabalho infantil e também a mais difícil de ser identificada, por ser realizado entre muros domiciliares, em que crianças e adolescentes executam atividades de natureza doméstica (incluindo cuidar de crianças). Pode ser realizado de duas formas: na casa de terceiros ou parentes; ou na casa da própria família, quando a criança ou adolescente assume responsabilidades típicas de um adulto, incompatível com o seu processo de desenvolvimento.
Trabalho em atividades ilícitas	•Nesta forma de trabalho crianças e adolescentes são utilizados para a prática de ilícitos graves, como o tráfico de drogas, a pornografia e a exploração sexual comercial. É considerado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como uma das piores formas de trabalho, em cuja relação podem ser observados requisitos como subordinação, continuidade, remuneração e pessoalidade.
Trabalho informal, eventual ou sazonal	•A legislação brasileira não permite a realização de qualquer trabalho antes da idade mínima permitida – de 16 anos, exceto na condição de aprendiz que é de 14 anos – e também exige a vinculação empregatícia, ou seja, o registro em Carteira de Trabalho para menores de 18 anos. Assim, mesmo que o trabalho não seja permanente, ou tenha pequena carga horária, ou seja em determinada época do ano, se ele não tiver preenchido ambos os requisitos – de idade mínima e do registro formal – será considerado trabalho infantil, por ser informal e irregular.
Trabalho perigoso, insalubre ou prejudicial	•A realização de trabalhos perigosos ou insalubres é expressamente proibida a crianças ou adolescentes, por compreenderem atividades (definidas em lei própria) que, devido à sua natureza e circunstâncias em que são executados, possam comprometer ou prejudicar o seu desenvolvimento, a saúde, a segurança ou a moral.
Trabalho noturno	•O trabalho noturno é liberado a partir dos 18 anos de idade, cujo conceito compreende atividades realizadas entre as 22h até as 5h da manhã do dia seguinte para a zona urbana, e das 20h às 4h na zona rural.
Trabalho prejudicial à sua formação moral	•Previsto pelo art. 405, § 3º, da CLT, compreendem quaisquer formas de trabalho que venham a comprometer ou prejudicar a formação moral da criança ou adolescente, como venda de bebidas alcóolicas, realizados em teatros, cinemas, boates, cassinos, cabarés, dancings e estabelecimentos análogos; ou outras atividades enquadradas pelo juízo da autoridade competente.
Trabalhos virtuais	•Essa modalidade por ser recente ainda exige debate e estudos sobre os limites da participação de crianças e adolescentes nos meios virtuais como: blogs, vlogs, campeonatos de videogame on-line, páginas em sites de relacionamentos que atraem anunciantes, prestação de serviços pela internet, entre outras atividades similares.

5.3. DADOS GERAIS SOBRE O TRABALHO INFANTIL

Inicia-se a análise desta temática com base nos dados disponibilizados pelo IBGE⁵, cujo conceito de trabalho infantil compreende as formas de trabalho que não se enquadram nas condições definidas na legislação brasileira como admissível para ser realizado por pessoas de menos de 18 anos de idade. Porém, a investigação dos números em relação ao trabalho do Censo Demográfico do IBGE não foi destinada a captar todas as condições definidas na legislação para caracterizar o trabalho admissível para crianças e adolescentes, a fim de separar aqueles efetivamente em trabalho infantil.

Entretanto, permite estimar o contingente de crianças e adolescentes ocupados de 10 a 17 anos de idade e, ainda, identificar a parcela empregada com carteira de trabalho assinada, que é uma das condições exigidas pela legislação que rege a proteção trabalhista dos menores de idade para a sua admissão em emprego.

Considerou-se no Censo Demográfico como trabalho em atividade econômica o exercício de:

- Ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) na produção de bens ou serviços;
- Ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) no serviço doméstico;
- Ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida em ajuda na atividade econômica, no setor privado, de morador do domicílio; ou
- Ocupação desenvolvida na produção de bens, compreendendo as atividades da agricultura, pecuária, destinados somente à alimentação de, pelo menos, um morador do domicílio.

E ainda, considerou-se como ocupado na semana de referência do Censo Demográfico:

- A pessoa que exerceu algum trabalho durante pelo menos uma hora completa na semana de referência; ou
- Pessoa que tinha trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastada nessa semana.

Considerou-se na condição de ocupado, a pessoa temporariamente afastada de trabalho remunerado que não trabalhou durante pelo menos uma hora completa na semana de referência por motivo de férias, licença remunerada pelo empregador ou por instituto de previdência, falta voluntária ao trabalho, greve, suspensão temporária do contrato de trabalho, doença, más condições do tempo, quebra de máquina, limitação de produção ou qualquer outro impedimento independente da sua vontade.

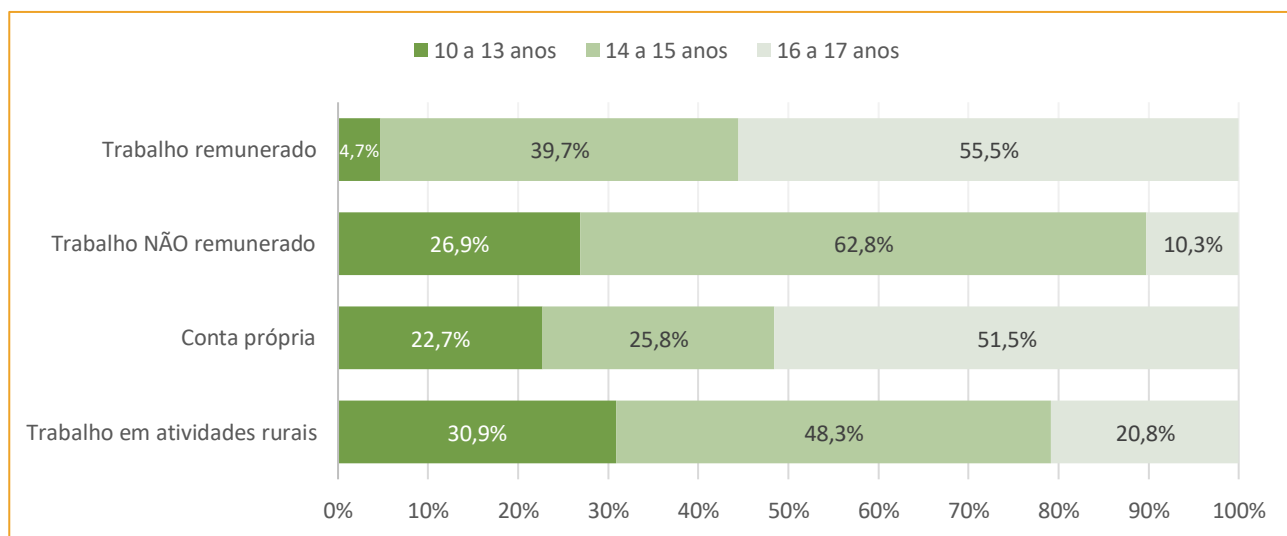
⁵ Censo Demográfico de 2010 (Microdados).

Segundo dados do censo demográfico de 2010 aqui colocados para servir de parâmetro geral e construção histórica, o município de Palmeira contava naquele ano com 761 crianças e adolescentes ocupados, sendo 41,7% na condição de trabalho remunerado e 35,3% em atividades rurais. Comparando com a população total de crianças e adolescentes residentes de 10 a 17 anos, no ano de 2010 (4.874), a proporção de ocupados nesta faixa etária é de 15,6%. Em relação ao indicador de trabalho infantil, o IBGE considera todas as crianças e adolescentes ocupados entre 10 e 15 anos, portanto, Palmeira teve um total de 471 indivíduos declarados em situação de trabalho infantil, que representou 9,7%.

Tabela 6: População ocupada com idade de 10 a 17 anos

Tipo de trabalho	10 a 13 anos		14 a 15 anos		16 a 17 anos		Total Geral	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Trabalho remunerado	15	4,7%	126	39,7%	176	55,5%	317	41,7%
Trabalho NÃO remunerado	21	26,9%	49	62,8%	8	10,3%	78	10,2%
Conta própria	22	22,7%	25	25,8%	50	51,5%	97	12,7%
Trabalho em atividades rurais	83	30,9%	130	48,3%	56	20,8%	269	35,3%
Total	141	18,5%	330	43,4%	290	38,1%	761	100,0%

Fonte: Censo Demográfico IBGE (Microdados), 2010.



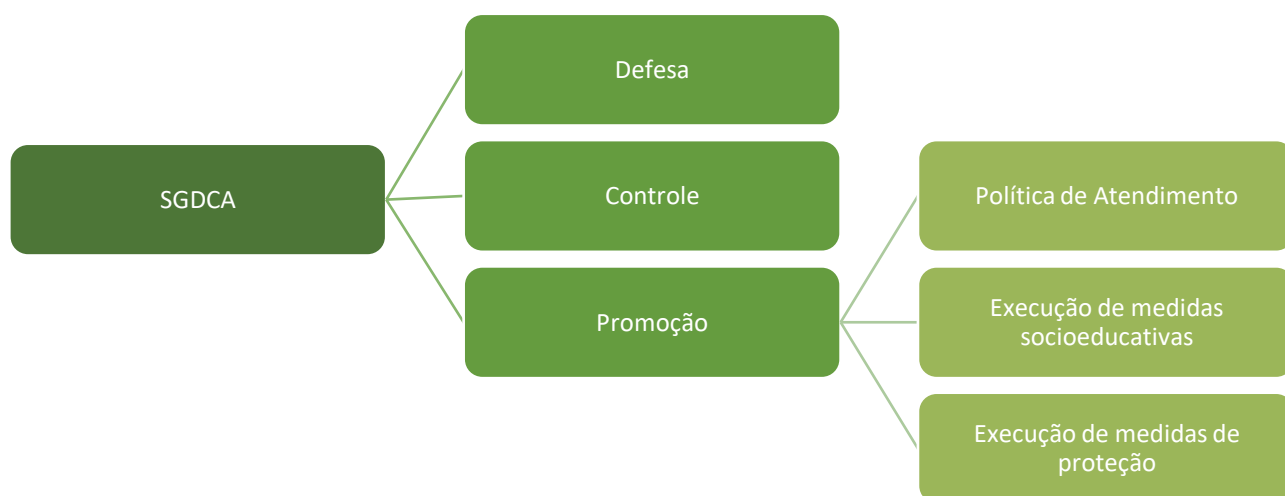
6. MAPEAMENTO DO SISTEMA DE GARANTIAS DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O mapeamento do Sistema de Garantia de Direito da Criança e do Adolescente (SGDCA) do Município de Palmeira, em um primeiro momento, foi realizado com base em fontes secundárias oficiais. No decorrer do projeto e da coleta de dados foram validas pela Comissão de Acompanhamento as instituições, órgãos e entidades mapeadas que compõem o atual desenho da rede de atendimento.

Foram utilizadas como fonte de dados os cadastros e sites oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); das Secretarias Municipais; do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP do Governo Federal; do Tribunal de Justiça do Paraná; do Ministério Público do Paraná. Considerou-se ainda as instituições ativas cadastradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e na Secretaria da Assistência Social.

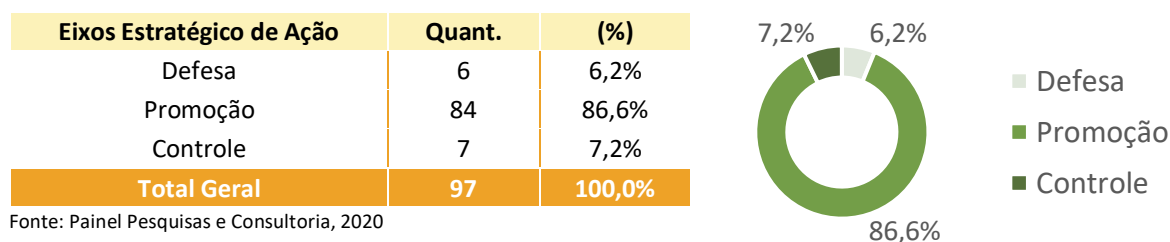
A organização e a classificação da Rede de Atendimento tiveram como norte a Resolução 113/2016 do CONANDA, de que trata dos parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do SGDCA, de modo a delinear sobre o papel dos atores na operacionalização das políticas públicas direcionadas à efetivação das garantias e direitos fundamentais preconizados pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Assim, como fundamento normativo legal, o mapeamento da rede de atendimento observou os preceitos contidos da referida Resolução quanto à sua classificação, uma vez que os órgãos públicos e as organizações da sociedade civil que o integram o SGDCA deverão exercer suas funções em rede a partir de três eixos estratégicos de ação - Defesa, Controle e Promoção – conforme conceituação do quadro 6.

Quadro 5: Classificação da rede de atendimento



Em Palmeira foram mapeadas 97 instituições, órgãos ou entidades que compõem a rede de atendimento do Sistema de Garantia de Direito da Criança e do Adolescentes (SGDCA), classificadas pelos eixos estratégicos de ação conforme tabelas abaixo detalhadas.

Tabela 7: Número de Instituições por Eixo Estratégico de Ação do SGDCA



6.1. EIXO ESTRATÉGICO DE DEFESA

Este eixo é caracterizado pela garantia do acesso às instâncias públicas e mecanismos jurídicos de proteção legal dos direitos humanos da infância e adolescência, compostos pelos órgãos públicos judiciais; do ministério público; da defensoria pública; da advocacia geral da união e procuradorias gerais dos estados; polícias; conselhos tutelares; ouvidorias e entidades de defesa de direitos humanos incumbidas de prestar proteção jurídico-social.

Quadro 6: Instituições do Eixo Estratégico de Defesa

Descrição	Quant.
Conselho Tutelar	1
Tribunal de Justiça do Estado do Paraná	1
Juízo Único - foro Judicial da Comarca de Palmeira	1
Ministério Público do Estado do Paraná	1
Atribuição Plena de Juízo Único	1
Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná	3
Delegacia de Polícia Civil	1
Polícia Militar do Paraná - 28º Batalhão da Polícia Militar	1
Patrulha Escolar Comunitária	1
Total de instituições, órgãos ou entidades	6

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2020

6.2. EIXO ESTRATÉGICO DE PROMOÇÃO

É caracterizado pela efetivação dos direitos humanos de crianças e adolescentes, por meio das políticas de atendimento⁶ desenvolvidas estrategicamente de maneira transversal e intersetorial, de modo a articular as ações governamentais - da União, Estados, Distrito Federal e Município - e não governamentais, em favor da proteção integral. Assim, neste eixo são considerados todos os atores envolvidos na execução de serviços e programas de políticas públicas em 3 frentes de atuação.

- Serviços e programas das políticas sociais, afetos aos fins da política de atendimento;
- Serviços e programas de execução de medidas de proteção de direitos humanos; e
- Serviços e programas de execução de medidas socioeducativas e assemelhadas.

As instituições deste eixo representam **86,6%** de todo o mapeamento da rede, e serão detalhadas no Quadro abaixo. Também foram classificadas segundo sua natureza administrativa, em que é possível destacar que as unidades de atendimento governamentais prevalecem.

Quadro 7: Instituições do Eixo de Promoção

Descrição	Quant.
Unidades de atendimento	65
Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)	1
Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	1
Central de Gestão em Saúde	1
Vigilância em Saúde	1
CEM - Centro de Especialidades Médicas	1
CEO - Centro de Especialidades Odontológicas Dr. Roberto Stahlschmidt	1
CAPS I - Centro de Atenção Psicossocial	1
Pronto Atendimento Central	1
Transporte Urgências/Emergências	1
Hospital de Caridade – Santa Casa	1
Unidades Básicas de Saúde	21
Unidades educacionais*	33
Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER	1
Secretarias Municipais	7
Secretaria Municipal de Gestão Pública e Finanças	1
Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer	1
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural	1
Secretaria Municipal de Assistência Social	1
Secretaria Municipal de Saúde	1
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Cultura, Turismo e Comunicação	1
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	1
Instituições Não Governamentais	12
Associação de Educação Familiar e Social do Paraná- AEFPR	1
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE	1

⁶ Prevista no Artigo 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que integra o âmbito da política de promoção e proteção dos direitos humanos.

Associação Menonita de Assistência Social- AMAS	1
Associação Menonita Beneficente- AMB	1
Associação Projeto Renascer	1
Associação Valores em Construção- ASVEC	1
Colégio Sagrada Família	1
Gerar - Aprendiz Legal	1
Instituto Casarão das Artes	1
Lar Levi	1
Realeza C Ei EF M	1
Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração- RENAPSI	1
Total de instituições, órgãos ou entidades	84

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2020.

*Fonte: Censo Escolar. INEP, 2018. Foram consideradas todas as unidades educacionais, independentes de sua vinculação administrativa (privada, pública municipal, estadual ou federal).

6.3. EIXO ESTRATÉGICO DE CONTROLE

O Eixo de Controle se fará através das instâncias colegiadas próprias onde se assegure a paridade da participação de órgão governamentais e de entidades sociais e da sociedade civil, tais como: conselhos dos direitos de crianças e adolescentes; conselhos setoriais de formulação e controle de políticas públicas; e órgãos de controle interno e externo definidos pela da Constituição Federal.

Quadro 8: Instituições do Eixo Estratégico de Controle

Descrição	Quant.
Conselho de Direito	3
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)	1
Conselho Municipal da Juventude	1
Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa	1
Conselhos Setoriais	4
Conselho Municipal da Educação	1
Conselho Municipal de Assistência Social	1
Conselho Municipal Políticas sobre Drogas	1
Conselho Municipal de Saúde	1
Total de instituições, órgãos ou entidades	7

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2020

7. DEMANDAS SOCIAIS DA REDE DE ATENDIMENTO NO COMBATE E ENFRENTAMENTO AO TRABALHO INFANTIL

A partir do mapeamento do Sistema de Garantia de Direito da Criança e do Adolescente (SGDCA) do município de Palmeira buscou-se estruturar as demandas de atendimento e os serviços oferecidos pela rede de atendimento para o combate e enfrentamento ao trabalho infantil.

Neste panorama, foram levantados os registros e ocorrências de trabalho infantil, bem como o atendimento e acompanhamento das famílias, crianças e adolescentes vítimas de tal violação. Foram levantados ainda, as demandas sociais de adolescentes em atividades de aprendizagem, por meio de informações extraídas do Ministério do Trabalho, no que tange adolescentes em atividade de estágio e inseridos no Programa Jovem Aprendiz.

Assim, as demandas sociais serão apresentadas a partir de duas perspectivas:

Violação de Direito	Profissionalização
Situações de violação de direito notificadas e acompanhadas pela Rede de atendimento	Adolescentes inseridos nas atividades regulares de profissionalização

7.1. REGISTROS DE VIOLAÇÕES DE DIREITO

A expressão violação de direitos compreende toda e qualquer situação que ameace ou viole os direitos fundamentais de criança ou de adolescente, em decorrência da ação ou omissão dos pais ou responsáveis, da sociedade ou do Estado, ou até mesmo em face do seu próprio comportamento.⁷

Como o foco deste Diagnóstico é a identificação do trabalho infantil, foram levantadas na rede de atendimento que compõem o SGDCA apenas os dados relacionados ao trabalho infantil e à falta de acesso a políticas públicas relacionadas a profissionalização.

Assim, inicia-se a análise com as informações do CadÚnico, o cadastro para acesso à programas federais de transferência de renda - como o Programa Bolsa Família (PBF) – que reúne informações socioeconômicas das famílias e pessoas cadastradas, como características da residência, informações pessoais, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. Historicamente o PBF incorporou o antigo Programa Bolsa-Escola, já que uma dentre as várias condicionalidades para receber o benefício é que os filhos estejam matriculados e com frequência escolar.

⁷ Conforme definição do art. 98 do ECA.

O cadastro revela uma parcela prioritária da população inserida em contexto de pobreza e extrema pobreza. O quadro 10 revela uma pequena quantidade de famílias e de crianças e adolescentes com marcação de trabalho infantil (1) no cenário atual (fevereiro de 2020). Todavia, analisando a série histórica é possível constatar que tais números têm progressivamente diminuído, o que não significa necessariamente a diminuição de situações irregulares de trabalho. Assim, fica evidente a necessidade de ampliação e qualificação do processo de busca ativa desse público, incluindo o treinamento dos profissionais responsáveis pelo cadastro e acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade, de modo a identificar e inserir a marcação de trabalho infantil, para que tais famílias e crianças e adolescente tenham a garantia do acesso à rede de proteção social.

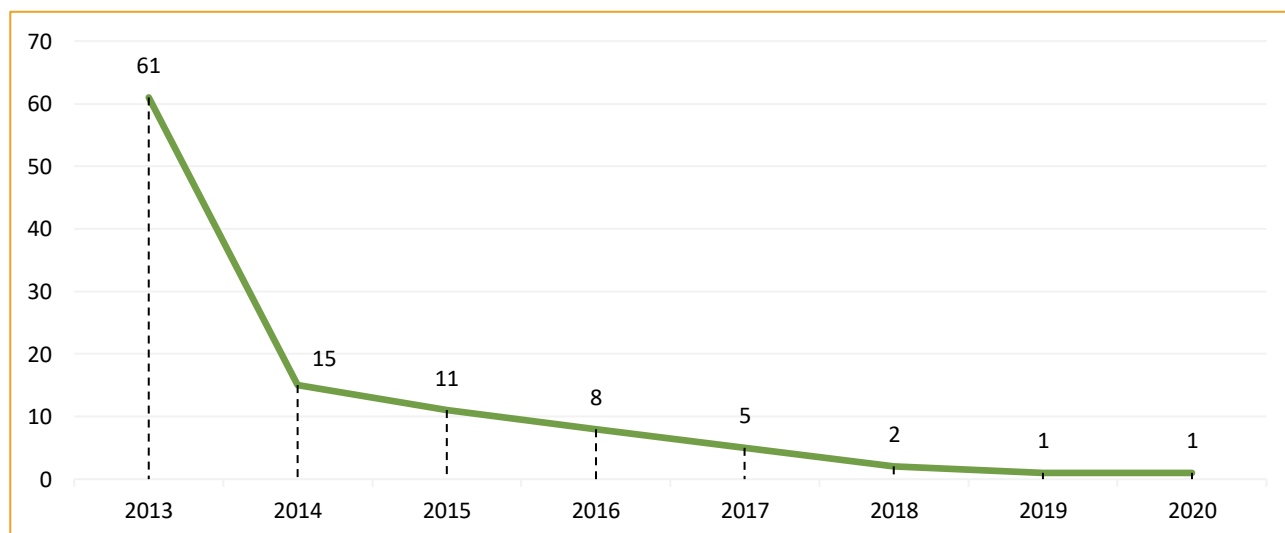
Quadro 9: Informação do Cadastro Único

Descrição	Quant.	(%)
Total de famílias cadastradas que recebem o Programa Bolsa Família (PBF)	761	26,58%
Total de famílias com pessoas em situação de trabalho infantil	1	0,03%
Total de crianças e adolescentes com marcação de trabalho infantil	1	0,03%
Total de famílias cadastradas	2.863	100,00%

Fonte: MC, CadÚnico, 2020. Mês de referência: 02/2020

Série histórica de famílias com marcação de trabalho infantil

2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
61	15	11	8	5	2	1	1



A seguir apresenta-se os dados da rede socioassistencial no que tange o acompanhamento das famílias com crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. Do mesmo modo que as notificações de trabalho infantil no CadÚnico foram de baixa frequência, o quantitativo de crianças e adolescentes acompanhadas nos serviços socioassistenciais é semelhante.

Vale ressaltar que no capítulo 9 deste documento técnico será apresentado o resultado da pesquisa de campo com crianças e adolescentes, o qual foi identificado situações de irregularidades nas atividades de trabalho, sejam elas passíveis de regularização ou situações proibidas por lei, por atividade e região do município.

Tabela 8: Registros da rede socioassistencial da proteção social de baixa e média complexidade

Descrição	Quant.
Famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil atendidas no PAIF	2
Famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil atendidas no PAEFI	2
Crianças e adolescentes em situação prioritária por trabalho infantil atendidas no SCFV	-
Adolescentes em Cumprimento de MSE em meio aberto por tráfico de drogas	-

Fonte: MC, Secretaria Municipal de Assistência Social, 2019. Dados calculados com base na média mensal de atendimento (RMA)

Também foi investigado o número de adolescentes que cometeram ato infracional registrado na delegacia por tráfico de drogas, já que este é também reconhecida como uma das piores formas de trabalho infantil, conforme a Organização Internacional do Trabalho (OIT), na Convenção 182. Em 2018, foram registrados 5 boletins de ocorrência de adolescentes até 17 anos que comercializaram drogas no município de Palmeira.

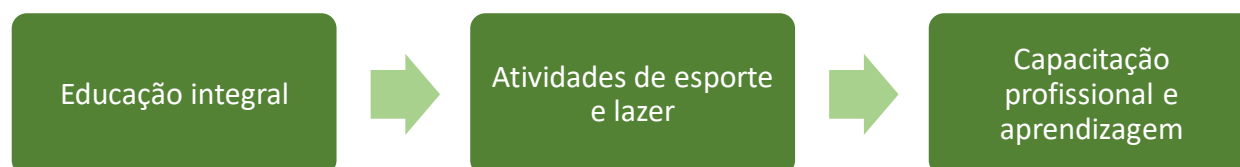
Boletim de ocorrência registrado na Delegacia por tráfico de drogas

Descrição	Quant.
Ato infracional por tráfico de drogas	5

Fonte: SSP/PR, 2018.

7.2. PROMOÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

A promoção de direitos fundamentais e a garantia de acesso a políticas públicas, nas suas múltiplas facetas, são estratégias para o combate e enfrentamento do trabalho infantil, principalmente aquelas que priorizam a proteção social por meio da educação, do desenvolvimento e da inserção no mercado de trabalho apoiado em três pilares fundamentais, quais sejam:



A educação é direito fundamental social garantido pela Constituição Federal e obrigatória no Brasil dos 4 aos 17 anos de idade, compreendendo a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Segundo o INEP (2016) alunos com tempo de permanência na escola igual ou superior a 7 (sete) horas diárias - somando-se a duração da escolarização com a duração da atividade complementar, são considerados em tempo integral. No mesmo sentido, o acesso ao esporte e à cultura é um preceito e um direito fundamental, também positivado e essencial para o desenvolvimento individual, social e da construção da cidadania. O próprio ECA tratou de reconhecer o papel vital na reiteração destes direitos, equiparando e integrando o esporte e a cultura a outros direitos fundamentais, e articulando-os enquanto política pública com a educação, à saúde, à profissionalização, à proteção no trabalho, dentre outros.

Entrando no assunto da profissionalização, a implementação de ações e políticas públicas sociais voltadas para a educação profissional ainda é um desafio no país. Merece destaque o programa de aprendizagem profissional, totalmente gratuito e destinado a adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos, realizado em parceria com instituições não governamentais. Tem duração de 6 a 24 meses e está dividido em dois módulos: o primeiro teórico e o segundo vivencial, com a prática no mercado de trabalho, em que o aprendiz desenvolve atividades produtivas dentro de uma instituição e/ou empresa, assegurando-se a ele todos os direitos trabalhistas e previdenciários. O Programa de Aprendizagem é regido pela Lei nº 10.097/2000, estabelecendo que as empresas de médio e grande porte devem ter de 5% a 15% de aprendizes entre seus funcionários.

Comparativo do potencial de vagas *versus* nº de vagas preenchidas do Programa Jovem Aprendiz⁸



Fonte: Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério da Economia, com base na RAIS e no CAGED (fevereiro de 2019).

Com relação a inserção no mercado de trabalho, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)⁹ contribui com o retrato sobre o trabalho formalizado de adolescentes de 14 a 17 anos no município de Palmeira. Assim, considerando os dados de tal fonte, a taxa de contratação formal é de 2,3% dos adolescentes, dos quais 82,8% são por Carteira

População residente com idade de 14 a 17 anos	Nº de contratos de trabalho com idade de 14 a 17 anos	(%)
2.535	58	2,3%

Fonte: IBGE, 2010. RAIS, 2019.

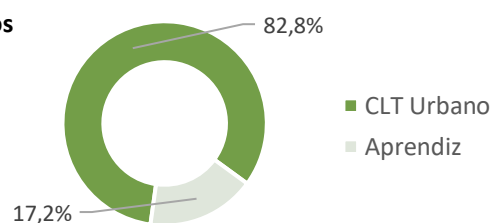
⁸ O potencial de cotas divulgado é calculado para até 24 anos de idade, conforme estabelecido pela legislação vigente.

⁹ A RAIS é uma obrigação tributária acessória, criada em 1975 pelo governo federal, para coletar dados de atividades trabalhistas com o objetivo de controlar os registros do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), dos benefícios previdenciários, do abono salarial PIS/PASEP, organizar o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), dentre outros. É considerada uma das principais fontes de informações estatísticas de trabalho.

Tabela 9: Tipo de vínculo de trabalho dos adolescentes contratados

Vínculo de trabalho	Quant.	(%)
CLT Urbano	48	82,8%
Aprendiz	10	17,2%
Total Geral	58	100,0%

Fonte: RAIS, 2019.



Sobre o perfil dos adolescentes inseridos no mercado de trabalho, (72,5%) tem 17 anos e a maioria é do sexo masculino (77,6%) e da raça branca (84,5%).

Tabela 10: Faixa etária dos adolescentes contratados

Idade	Quant.	(%)
14 anos	2	3,4%
15 anos	1	1,7%
16 anos	13	22,4%
17 anos	42	72,5%
Total Geral	58	100,0%

Fonte: RAIS, 2019.



Tabela 11: Sexo dos adolescentes contratados

Sexo	Quant.	(%)
Feminino	13	22,4%
Masculino	45	77,6%
Total Geral	58	100,0%

Fonte: RAIS, 2019.

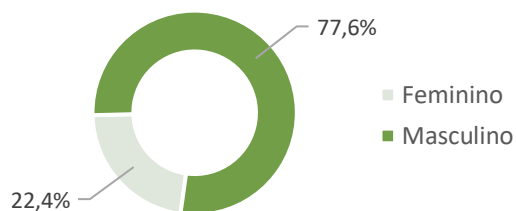
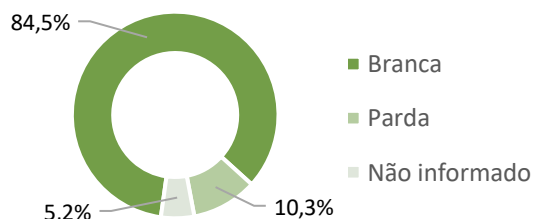


Tabela 12: Raça ou cor dos adolescentes contratados

Raça ou cor	Quant.	(%)
Branca	49	84,5%
Parda	6	10,3%
Não informado	3	5,2%
Total Geral	58	100,0%

Fonte: RAIS, 2019.



A escolaridade mostra que os adolescentes do Ensino Médio (EM), seja incompleto ou completo representa 87,9% das contratações, sendo 31% com ensino médio incompleto e 56,9% completo.

Tabela 13: Escolaridade dos adolescentes contratados

Escolaridade	Quant.	(%)
Ensino Fundamental Incompleto	4	6,9%
Ensino Fundamental Completo	3	5,2%
Ensino Médio Incompleto	18	31,0%
Ensino Médio Completo	33	56,9%
Total Geral	58	100,0%

Fonte: RAIS, 2019.

O setor econômico que mais empregou adolescentes no município de Palmeira foi o de comércio atacadista ou varejista, que representou 58,6% dos adolescentes contratados e considerando a natureza jurídica das instituições contratantes, 96,6% eram entidades empresariais e 3,4% entidades sem fins lucrativos.

Tabela 14: Setor econômico das empresas contratantes

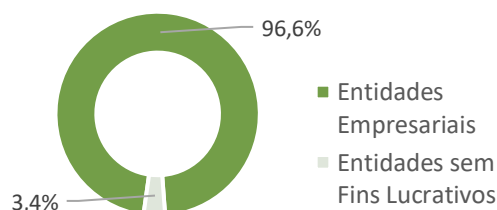
Setor econômico	Quant.	(%)
Comércio atacadista ou varejista	34	58,6%
Serviços em geral	15	25,9%
Industria extrativista ou de transformação	9	15,5%
Total Geral	58	100,0%

Fonte: RAIS, 2019.

Tabela 15: Natureza Jurídica das empresas contratantes

Natureza	Quant.	(%)
Entidades Empresariais	56	96,6%
Entidades sem Fins Lucrativos	2	3,4%
Total Geral	58	100,0%

Fonte: RAIS, 2019.



8. RESULTADOS DA PESQUISA QUANTITATIVA CENSITÁRIA COM AS CRIANÇAS E OS ADOLESCENTES

A partir deste capítulo estão representados em forma de tabelas, gráficos, infográficos e comentários os resultados da pesquisa quantitativa que teve como objetivo principal mapear o panorama geral sobre a situação do trabalho infantil no município de Palmeira a partir da percepção das crianças e dos adolescentes do 3º ano do ensino fundamental a 3ª série do ensino médio, que foram entrevistados por meio de abordagem presencial durante os dias 22 de março até o dia 18 de abril de 2022, nas escolas públicas localizadas no município de Palmeira.

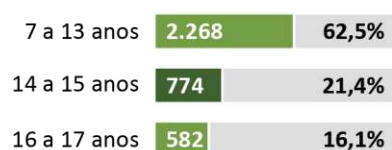
Conforme já descrito na metodologia, capítulo 2 - item 2.3, foram realizadas 3624 entrevistas com as crianças e os adolescentes, em abordagem individualizada, sem a presença de pessoas da família para que os pesquisados pudessem responder o questionário com espontaneidade e neutralidade em ambiente seguro.

8.1. PERFIL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ENTREVISTADOS

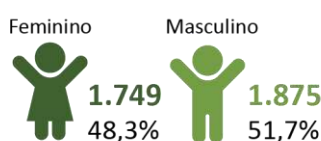
Inicia-se a análise pelo perfil dos entrevistados, em que é possível perceber que há um equilíbrio entre os sexos - sendo 51,7% masculino e 48,3% feminino, sendo 62,5% de 7 a 13 anos, 21,4% de 14 a 15 anos e 16,1% de 16 a 17 anos. A cor ou raça predominante entre os entrevistados é a Branca com 59,8%, seguida pela Parda com 32,0%. Ainda sobre o perfil, 74,6% não participa de nenhuma atividade no contraturno.

Perfil geral dos entrevistados

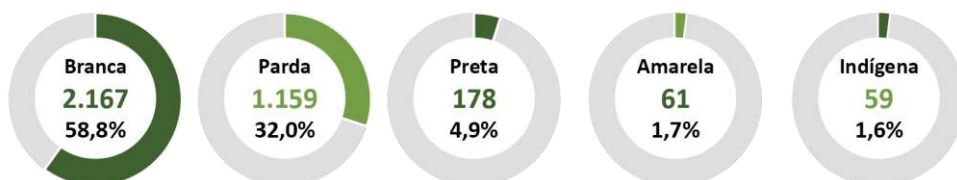
Faixa Etária



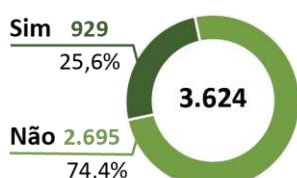
Sexo Biológico



Raça ou cor



Participa de alguma atividade?



Também foram incorporadas ao questionário perguntas que permitissem investigar aspectos da rotina dos entrevistados fora do horário e ambiente escolar, de modo a identificar com quem ficam, o que costumam fazer e se participam de atividades de esporte, cultura, lazer, estudo ou formações complementares, profissionais e técnicas.

Em relação ao local de permanência no período de contraturno escolar, destaca-se que 72,8% declararam permanecer em casa na maior parte do tempo. Casa de parentes e amigos representam 4,8% e 4,7%, das citações, ficando respectivamente, em segundo e terceiro lugar.

Tabela 16: Local que fica quando não está na escola

Local	Quant.	(%)	
Em casa	2638	72,8%	
Casa de parentes	173	4,8%	
Casa de amigos	169	4,7%	
Rua	130	3,6%	
Escolinhas, projetos sociais ou cursos	130	3,6%	
No trabalho	111	3,1%	
Quadra	99	2,7%	
Praças e parques	65	1,8%	
Local de trabalho dos pais	40	1,1%	
Pratica esportes/habilidades	24	0,7%	
AMAS	14	0,4%	
Não informado	10	0,3%	
CRAS	8	0,2%	
Anda de moto	5	0,1%	
Casa da(o) namorada(o)	4	0,1%	
Pista de laço	4	0,1%	
AMB	3	0,08%	
Praia	2	0,06%	
Bar	1	0,03%	
Em outra cidade	1	0,03%	
Estufa de plantas	1	0,03%	
Total Geral	3624	-	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2022.

Nota: o total difere de 100,0% pois os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção.

Dos entrevistados, 2515 (69,4%) ficam mais frequentemente com o pai ou a mãe, em seguida 899 (24,8%) ficam com irmãos.

Tabela 17: Com quem fica com maior frequência

Local	Citações	(%)	
Pai/Mãe	2515	69,4%	
Irmão(a)	899	24,8%	
Avó/Avô	499	13,8%	
Sozinho	493	13,6%	
Amigos	391	10,8%	
Vizinhos/conhecidos	80	2,2%	
Companheiro (a)	68	1,9%	
Tias/Tios	48	1,3%	
Prima(o)	34	0,9%	
Babá	31	0,9%	
AMAS	16	0,4%	
Projetos sociais	8	0,2%	
Não informado	7	0,2%	
Filho (a)	6	0,2%	
Total Geral	3624	-	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2022

Nota: o total difere de 100,0% pois os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção.

Sobre as atividades de contraturno a justificativa para não participação, “**não gosto ou não tenho interesse**”, representou o maior percentual das citações com 31,3%, seguido de “**não tenho tempo**” com 19,4%.

Tabela 18: Justificativa de não realizar atividade contraturno

Local	Citações	(%)	
Não gosto ou não tenho interesse	847	31,4%	
Não tenho tempo	524	19,4%	
Não tem na escola ou perto da minha casa	495	18,4%	
Meus pais não deixam	305	11,3%	
Não tenho condições financeiras	173	6,4%	
Não tem vaga	150	5,6%	
Outro, indique...	132	4,9%	
Porque preciso trabalhar	69	2,6%	
Total Geral	2695	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2022

8.2. ENTREVISTADOS QUE PARTICIPAM DO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

Quando abordados sobre o Programa Jovem Aprendiz, segundo as respostas dos adolescentes a partir de 14 anos – público-alvo do programa, apenas 14,7% já foi jovem aprendiz ou está inserido no programa no período da pesquisa. Dos 85,0% entrevistados que responderam não participar ou conhecer, a maioria conhece o programa, mas nunca procurou ou se interessou (58,9%), e 30,5% já tentou vaga, mas não conseguiu.

Tabela 19: Conhecimento e participação no Programa Jovem Aprendiz 1/2

Resposta	Citações	(%)	
Não	1153	85,0%	
Atualmente sou Jovem Aprendiz	106	7,8%	
Já fui Jovem Aprendiz, mas hoje não sou mais	93	6,9%	
Não informado	4	0,3%	
Total Geral	1356	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2022

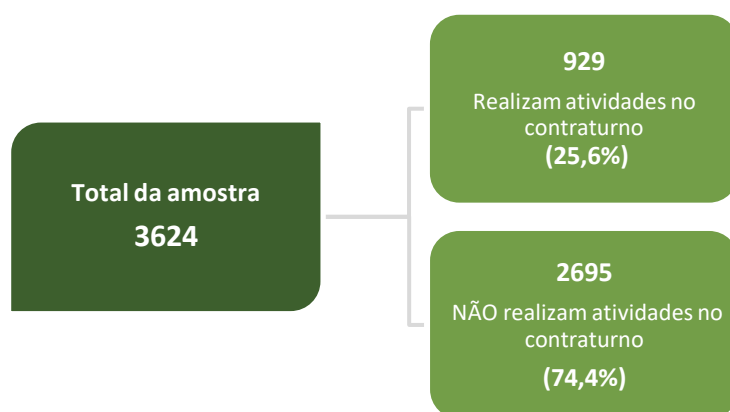
Tabela 20: Conhecimento e participação no Programa Jovem Aprendiz 2/2

Resposta	Citações	(%)	
Conheço o programa, mas nunca procurei/me interessei	679	58,9%	
Já tentei, mas não consigo achar vaga	352	30,5%	
Nunca ouvi falar do programa jovem aprendiz	122	10,6%	
Total Geral	1153	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2022

8.3. DEMANDAS POR ATIVIDADES E OFICINAS DE CONTRATURNO ESCOLAR

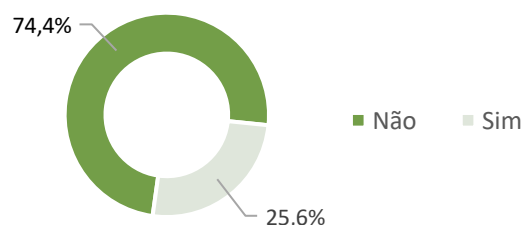
Foi questionado aos entrevistados, tanto para os que já realizam alguma atividade, quanto para os que não realizam, se eles gostariam de ter oportunidade de participar de algum curso ou oficina, com o objetivo de auxiliar o poder público no direcionamento e planejamento de recursos públicos, já que a oferta de atividades contraturno é uma das formas de combate ao trabalho infantil.



Dos que realizam alguma atividade, 54,3% trata-se de atividades esportivas, seguida das atividades culturais, que representou 28,3% dos entrevistados que realizam alguma atividade no contraturno.

Tabela 21: Participa de atividades depois da escola

Resposta	Citações	(%)
Não	2695	74,4%
Sim	929	25,6%
Total Geral	3624	100,0%



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2022

Tabela 22: Quais atividades participa

Resposta	Citações	(%)
Atividades esportivas	504	54,3%
Atividades culturais	263	28,3%
Curso de idiomas/líguas estrangeiras	164	17,7%
Curso de capacitação/profissionalizantes	169	18,2%
Não informado	2	0,2%
Total Geral	929	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2022

Nota: o total difere de 100,0% pois os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção.

Foi abordado para todos os entrevistados se teria interesse de realizar alguma atividade no contraturno. Para os que já realizavam alguma atividade, foi questionado se existia o interesse de participar de uma nova, de modo a compreender todos os respondentes. Dessa maneira, 2747 (75,8%) dos entrevistados demonstraram interesse por realizar atividades no contraturno. As atividades mais procuradas por estes, são esportivas com 59,7% de interesse, cursos de idioma e profissionalizantes ambos estão na faixa de 20,0%, e atividades culturais tem 7,1% de interesse.

Tabela 23: Interesse em realizar atividades no contraturno

Resposta	Citações	(%)
Sim	2747	75,8%
Não	877	24,2%
Total Geral	3624	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2022

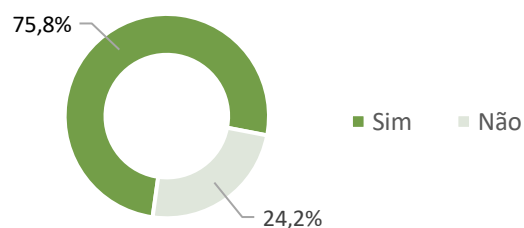


Tabela 24: Atividades que têm interesse em realizar no contraturno

Resposta	Citações	(%)
Esportiva	1641	59,7%
Curso de idioma	722	26,3%
Curso profissionalizante	605	22,0%
Cultural	196	7,1%
Total Geral	2747	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2022

Nota: o total difere de 100,0% pois os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção.



Detalhamento das atividades por área de interesse

Esporte	Citações	(%)
Futebol	915	55,8%
Vôlei	294	17,9%
Basquete	155	9,4%
Queimada	68	4,1%
Handebol	68	4,1%
Corrida	51	3,1%
Artes marciais/defesa pessoal	51	3,1%
Condicionamento físico	50	3,0%
Natação	48	2,9%
Não informado	44	2,7%
Ciclismo	32	2,0%
Tênis de mesa	17	1,0%
Motociclismo	15	0,9%
Brincadeiras/atividades físicas sociais	12	0,7%
Laço	11	0,7%
Ginástica	10	0,6%
Outros*	58	3,5%
Total geral	1641	-

Idioma	Citações	(%)
Inglês	566	78,4%
Espanhol	209	28,9%
Francês	51	7,1%
Japonês	46	6,4%
Coreano	40	5,5%
Alemão	36	5,0%
Italiano	20	2,8%
Não informado	12	1,7%
Russo	11	1,5%
Mandarim	11	1,5%
Polonês	7	1,0%
Português	1	0,1%
Tailandês	1	0,1%
Latim	1	0,1%
Libras	1	0,1%
Chinês	1	0,1%
Tupi-guarani	1	0,1%
Total geral	722	-

Curso profissionalizante	Citações	(%)
Informática	89	14,7%
Agropecuária	85	14,0%
Administração	67	11,1%
Medicina veterinária	45	7,4%
Não informado	38	6,3%
Computação	25	4,1%
Cosmetologia	23	3,8%
Engenharia mecânica	22	3,6%
Medicina	21	3,5%
Arte	20	3,3%
Inglês	19	3,1%
Carreira militar	18	3,0%
Gastronomia	14	2,3%
Pedagogia	13	2,1%
Direito	12	2,0%
Manicure	11	1,8%
Outros*	188	31,1%
Total geral	605	-

Atividade cultural	Citações	(%)
Desenho	37	18,9%
Música	34	17,3%
Dança	29	14,8%
Pintura	22	11,2%
Teatro	15	7,7%
Arte	14	7,1%
Não informado	14	7,1%
Violão	11	5,6%
Canto	10	5,1%
Sociologia	5	2,6%
Clube do livro	3	1,5%
Piano	3	1,5%
Balé	2	1,0%
Teclado	2	1,0%
Artesanato	2	1,0%
Política	2	1,0%
Outros*	17	8,7%
Total geral	196	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2022.

Nota: o total difere de 100,0% pois os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção.

Nota: a categoria "Outros" é formada por respostas que, em relação ao total de Citações, somavam menos que o percentual da 17ª categoria.

9. SITUAÇÕES DE TRABALHO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ENTREVISTADOS

Através do questionário buscou-se identificar e quantificar, de forma genérica e ampla, as atividades desenvolvidas por crianças e adolescentes que pudessem vir a ser caracterizadas como possíveis situações de trabalho, em que foram disponibilizados e exemplificados 11 diferentes tipos de afazeres, conforme listado a seguir.

Definição das atividades contempladas no questionário da Pesquisa de Percepção

Tráfico de drogas	•A entrega de qualquer tipo de entorpecentes para outra pessoa, a pedido de alguém, por dinheiro ou para ganhar algo em troca, conforme Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).
Mendicância	•O ato de pedir dinheiro, alimento, incentivo ou doação nas ruas.
Exploração Sexual Comercial	•O uso ou permissão de uso do corpo ou de carícias ou outras formas de conotação sexual, por dinheiro ou para ganhar presentes ou alguma outra coisa em troca, conforme Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).
Atividade doméstica	•Realizar atividade doméstica para terceiros (§ 1º, Art 1º da Lei nº 150/2015); •Realizar atividade doméstica, onde mora e para a família.
Cuidar de crianças	•Cuidar de crianças na própria casa ou em outra residência para terceiros (§ 1º, art 1º da Lei nº 150/2015); •Cuidar de irmãos ou familiares menores, onde mora e para a família.
Coleta de materiais recicláveis	•O recolhimento e acondicionamento de resíduos sólidos recicláveis realizados em circunstâncias proibidas (na rua e por menor de 13 anos); ou para terceiros na informalidade; ou para a família e por conta própria.
Vendas ou atendimento	•A realização de atendimento ou qualquer tipo de atividade de venda em circunstâncias proibidas (na rua e por menor de 13 anos); para terceiros na informalidade, ou para a família ou por conta própria.
Lavação ou oficina mecânica	•A realização de atividade de lavação e serviços prestados em oficina mecânica em circunstâncias proibidas (na rua e por menor de 13 anos); para terceiros na informalidade; ou para a família ou por conta própria.
Trabalho rural	•O trabalho em atividades agroeconômicas em circunstâncias proibidas (na rua e por menor de 13 anos); para terceiros na informalidade; ou para a família ou por conta própria, considerando aspectos da Lei nº 11.326/2006.
Atividades manuais	•A realização de atividades manuais como costura, bordado, manicure, confecção de artesanato, culinária, entre outros, em circunstâncias proibidas (na rua e menor de 13 anos); para terceiros na informalidade; ou para a família ou por conta própria.
Atividades administrativas	•A realização de atividades administrativas em escritório em circunstâncias proibidas (menor de 13 anos); para terceiros na informalidade; ou para a família.

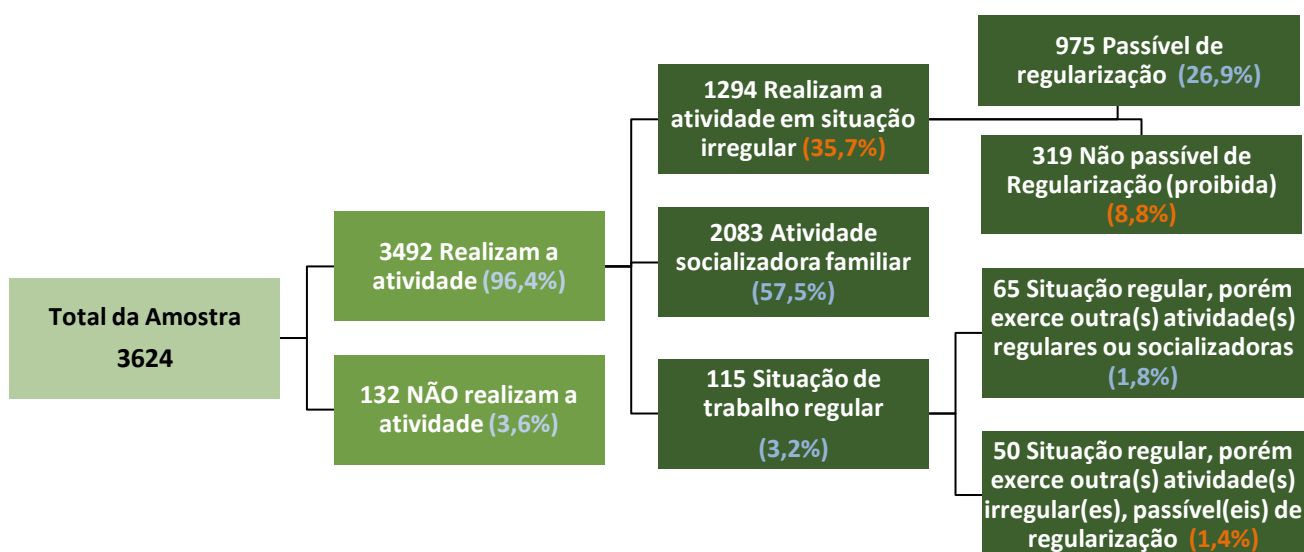
Neste contexto, e em conformidade com a legislação vigente, foram definidos pela Comissão de Acompanhamento e pela equipe técnica do Diagnóstico, critérios por atividade – considerando variáveis como idade, tempo, frequência e local – para a classificação das situações de trabalho como regulares ou irregulares, categorizados em quatro grupos distintos:

Classificação das situações de trabalho

- **Não trabalha:** crianças e adolescentes que afirmaram não realizar nenhuma atividade
- **Situação de trabalho regular:** crianças e adolescentes em situação de trabalho formalizado que realizam atividades socializadoras.
- **Situação de trabalho irregular:** crianças e adolescentes que realizam atividades não formalizadas ou com conotação de trabalho infantil.
- **Atividade de cunho socializador:** é realizada em âmbito familiar ou doméstico, com caráter educativo e de responsabilização – como tarefas e afazeres da rotina da família, de cunho colaborativo, como ajudar a lavar a louça, arrumar a cama, dentre outros – desde que a natureza, responsabilização, frequência e tempo dedicados ao seu desempenho sejam compatíveis com a idade e o processo de desenvolvimento.

Ressalta-se que os entrevistados poderiam responder afirmativamente para mais de uma atividade. O fluxo traça o primeiro panorama das situações de trabalho, no qual destaca-se que 96,4% realizam alguma atividade, destas 26,9% estão em situação irregular, porém passível de regularização e 8,8% são proibidas pela Legislação. Segundo a amostra realizada com 3624 crianças e adolescentes, 3,6% de crianças e adolescentes residente no município, não realizam atividade relacionadas à trabalho.

Panorama geral das situações de trabalho segundo a pesquisa realizada com crianças e os adolescentes de 7 a 17 anos residentes no município de Palmeira.



A partir deste panorama dá-se início à análise das situações de trabalho sob a perspectiva de regularidade ou irregularidade. Em seguida, as situações irregulares serão desdobradas por tipo de atividade, destacando as situações que são passíveis de regularização, daquelas NÃO PASSÍVEIS DE REGULARIZAÇÃO ou de situações proibidas.

A comparação dos perfis de cada situação de trabalho. Destaca-se: a predominância do sexo masculino na maioria das situações, mas em específico, a taxa sobressai-se para os entrevistados que não realizam nenhuma atividade (62,9%). Os entrevistados de 7 a 13 anos de idade se sobressaem nas atividades socializadora; sobre a atividade irregular, a faixa etária de 7 a 13 anos (66,4%) se sobrepõe a de 14 a 15 anos (22,6%) e a de 16 a 17 anos (11,1%). Em relação à raça ou cor em todas as variáveis desta tabela, a maioria, em média 59,8%, respondeu branca, seguida de parda.

Tabela 25: Perfil dos entrevistados por situação de trabalho

Variável	Irregular		Regular		Atividade socializadora		Não realiza atividade		Total	
	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)
Masculino	674	52,1%	54	47,0%	1064	51,1%	83	62,9%	1875	51,7%
Feminino	620	47,9%	61	53,0%	1019	48,9%	49	37,1%	1749	48,3%
De 7 a 13 anos	859	66,4%	-	-	1288	61,8%	121	91,7%	2268	62,6%
De 14 a 15 anos	292	22,6%	50	43,5%	426	20,5%	6	4,6%	774	21,4%
De 16 a 17 anos	143	11,1%	65	56,5%	369	17,7%	5	3,8%	582	16,1%
Branca	729	56,3%	77	67,0%	1281	61,5%	80	60,6%	2167	59,8%
Parda	442	34,2%	27	23,5%	651	31,3%	39	29,6%	1159	32,0%
Preta	75	5,8%	5	4,3%	89	4,3%	9	6,8%	178	4,9%
Amarela	27	2,1%	4	3,5%	27	1,3%	3	2,3%	61	1,7%
Indígena	21	1,6%	2	1,7%	35	1,7%	1	0,8%	59	1,6%
Não realiza atividade no contraturno	893	69,0%	93	80,9%	1611	77,3%	108	81,8%	2695	74,4%
Realiza atividade no contraturno	401	31,0%	22	19,1%	472	22,7%	24	18,2%	929	25,6%
Total*	1294	100,0%	115	100,0%	2083	100,0%	132	100,0%	3624	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2022

*Um entrevistado poderia dar mais de uma resposta

9.1. ENTREVISTADOS QUE NÃO REALIZAM ATIVIDADES DE TRABALHO

A pesquisa identificou que entre os entrevistados 3,6% não realizam atividades de trabalho. A Região Rocio I com o maior valor 7,1% é a melhor posição para este indicador. A região Distrito Industrial apresenta o menor valor 0,0%, indicando que todas as crianças e adolescentes realizam atividades de trabalho. A razão entre as regiões é de 6,5 vezes. Neste indicador quanto maior a taxa melhor é a condição da região.

Região geográfica	Total da amostra	Não trabalha	Indicador (%)
Distrito Industrial	6	-	-
Zona Rural I	369	4	1,1%
São José e Regina Vitória	228	3	1,3%
Zona Rural II	149	3	2,0%
Centro	636	14	2,2%
Vila Rosa	784	19	2,4%
Rocio II	185	5	2,7%
Colônia Francesa	107	5	4,7%
Jardim Christine	497	32	6,4%
Rocio I	255	18	7,1%
Não informado	408	29	-
Município	3.624	132	3,6%

Definição: Entrevistados que não realizam atividades de trabalho dividido pelo total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Zona Rural I	1,1%
Média	Palmeira	3,6%
Maior Valor	Rocio I	7,1%

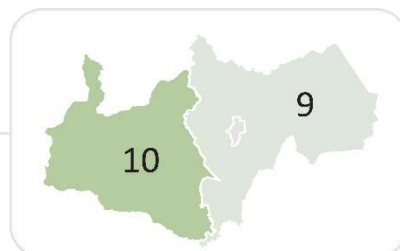
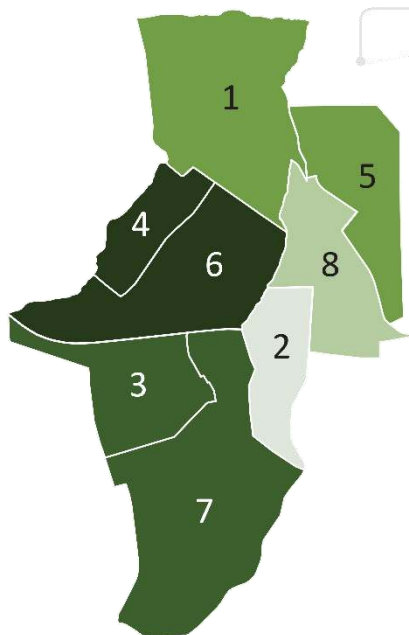
6,5 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2022

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

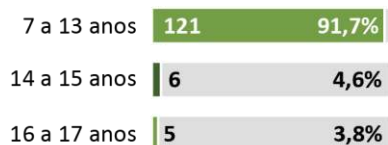


Legenda das Regiões Geográficas

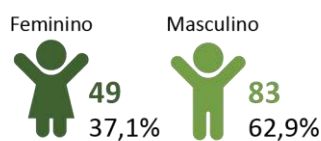
1 Centro	4 Jardim Christine	7 Rocio II	9 Zona Rural I
2 Distrito Industrial	5 Vila Rosa	8 São José e Regina Vitória	10 Zona Rural II
3 Colônia Francesa	6 Rocio I		

Perfil dos entrevistados

Faixa Etária



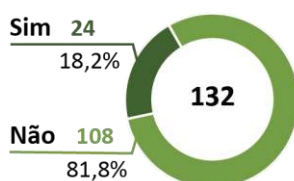
Sexo Biológico



Raça ou cor



Participa de alguma atividade?

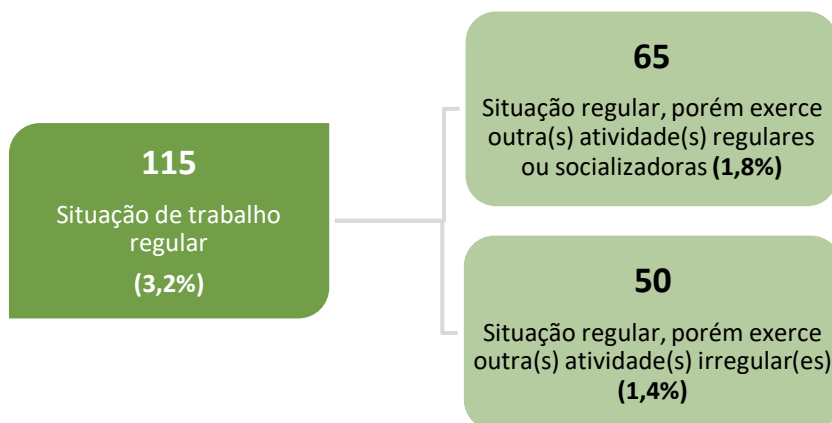


Nas situações de trabalho apontadas como regulares, a análise foi classificada conforme os grupos abaixo:

Classificação da situação regular de trabalho

Vínculo empregatício formalizado: quando a atividade realizada está devidamente legalizada, mediante vínculo formal de trabalho com carteira assinada e/ou participação no Programa Jovem Aprendiz. Com base nestas segregações, as situações regulares foram classificadas, produzindo o retrato panorâmico a seguir.

Panorama da situação regular de trabalho dos entrevistados



9.2. ENTREVISTADOS EM SITUAÇÃO DE TRABALHO REGULAR

A região com o maior percentual de entrevistados em situação de trabalho regular é Vila Rosa com 7,3%. A diferença entre esta região e a região Rocio I com o menor valor (1,2%) é de 6,1 vezes. Este indicador mostra que quanto maior a taxa melhor a condição da Região.

Regiões geográficas	Total da amostra	Trabalho regular	Indicador (%)
Distrito Industrial	6	-	-
Rocio I	255	3	1,2%
Jardim Christine	497	8	1,6%
Rocio II	185	3	1,6%
Colônia Francesa	107	2	1,9%
Centro	636	14	2,2%
Zona Rural I	369	9	2,4%
São José e Regina Vitória	228	6	2,6%
Zona Rural II	149	8	5,4%
Vila Rosa	784	57	7,3%
Não informado	408	5	-
Município	3.624	115	3,2%

Definição: Entrevistados em situação de trabalho regular dividido pelo total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Rocio I	1,2%
Média	Palmeira	3,2%
Maior Valor	Vila Rosa	7,3%

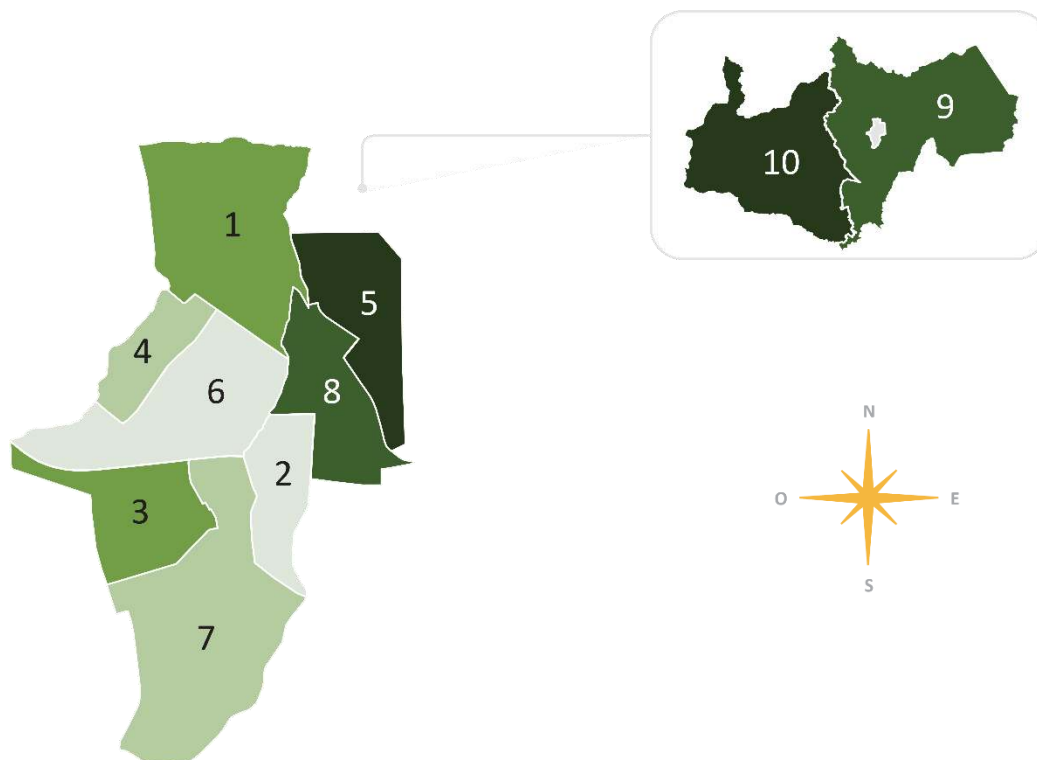
6,1 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2022

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

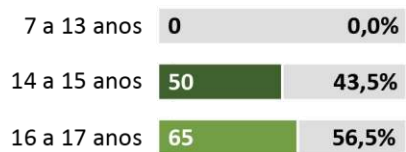


Legenda das Regiões Geográficas

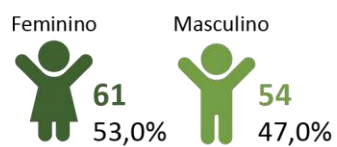
1 Centro	4 Jardim Christine	7 Rocio II	9 Zona Rural I
2 Distrito Industrial	5 Vila Rosa	8 São José e Regina Vitória	10 Zona Rural II
3 Colônia Francesa	6 Rocio I		

Perfil dos Entrevistados

Faixa Etária



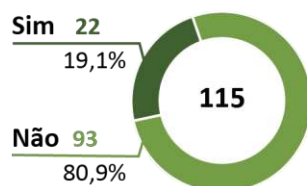
Sexo Biológico



Raça ou cor



Participa de alguma atividade?



9.3. ENTREVISTADOS QUE REALIZAM ATIVIDADE SOCIALIZADORA

Região Colônia Francesa com o maior valor 68,2% e a região Zona Rural II o menor valor 52,3%. A razão entre as regiões de maior e menor valor é de 1,3 vezes. Este indicador mostra as atividades de afazeres domésticos de cooperação, responsabilização e educativo e não se caracteriza como trabalho infantil, portanto quanto maior a taxa melhor a condição da Região e do município.

Região geográfica	Total da amostra	Atividade socializadora	Indicador (%)
Zona Rural II	149	78	52,3%
Vila Rosa	784	420	53,6%
Jardim Christine	497	274	55,1%
Rocio I	255	141	55,3%
São José e Regina Vitória	228	133	58,3%
Rocio II	185	109	58,9%
Centro	636	387	60,8%
Zona Rural I	369	234	63,4%
Distrito Industrial	6	4	66,7%
Colônia Francesa	107	73	68,2%
Não informado	408	230	-
Município	3.624	2.083	57,5%

Definição: Entrevistados que realizam atividade socializadora dividido pelo total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Zona Rural II	52,3%
Média	Palmeira	57,5%
Maior Valor	Colônia Francesa	68,2%

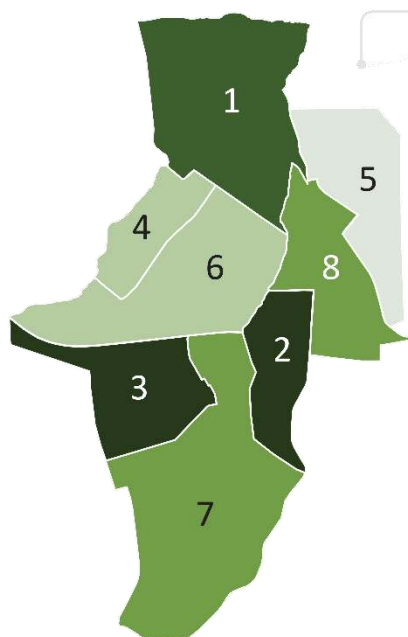
1,3 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2022

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

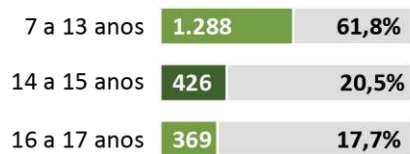


Legenda das Regiões Geográficas

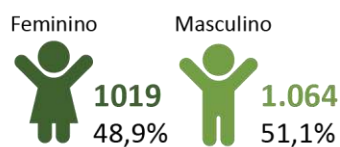
1 Centro	4 Jardim Christine	7 Rocio II	9 Zona Rural I
2 Distrito Industrial	5 Vila Rosa	8 São José e Regina Vitória	10 Zona Rural II
3 Colônia Francesa	6 Rocio I		

Perfil dos Entrevistados

Faixa Etária



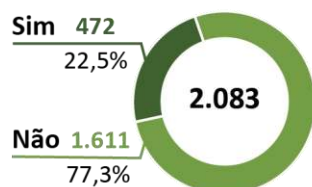
Sexo Biológico



Raça ou cor



Participa de alguma atividade?



9.4. ENTREVISTADOS EM SITUAÇÃO DE TRABALHO IRREGULAR

35,7% dos entrevistados estão em situação irregular de trabalho, e a Zona Rural II teve o maior valor (40,3%) e a região Colônia Francesa o menor valor (25,2%) entre as regiões. A razão entre as regiões é de 1,6 vezes. Destacamos que nesse indicador estão consideradas as atividades irregulares passíveis de regularização e aquelas em situação proibida segundo critérios da lei.

Regiões geográficas	Total da amostra	Trabalho irregular	Indicador (%)
Colônia Francesa	107	27	25,2%
Zona Rural I	369	122	33,1%
Distrito Industrial	6	2	33,3%
Centro	636	221	34,7%
Rocio I	255	93	36,5%
Vila Rosa	784	288	36,7%
Rocio II	185	68	36,8%
Jardim Christine	497	183	36,8%
São José e Regina Vitória	228	86	37,7%
Zona Rural II	149	60	40,3%
Não informado	408	144	-
Município	3.624	1.294	35,7%

Definição: Notificações de trabalho irregular dividido pelo Total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Colônia Francesa	25,2%
Média	Palmeira	35,7%
Maior Valor	Zona Rural II	40,3%

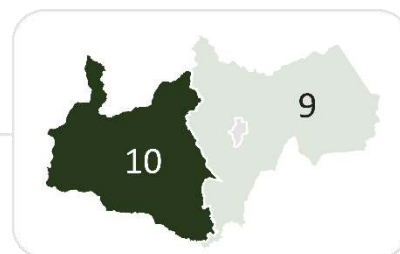
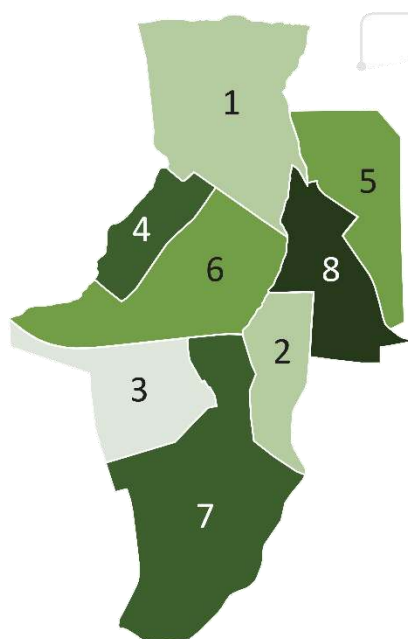
1,6 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2022

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

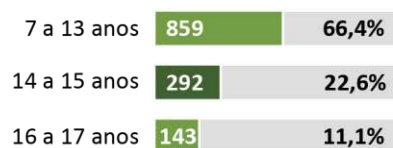


Legenda das Regiões Geográficas

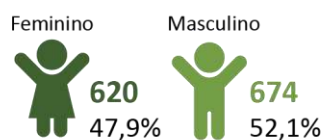
1 Centro	4 Jardim Christine	7 Rocio II	9 Zona Rural I
2 Distrito Industrial	5 Vila Rosa	8 São José e Regina Vitória	10 Zona Rural II
3 Colônia Francesa	6 Rocio I		

Perfil dos Entrevistados

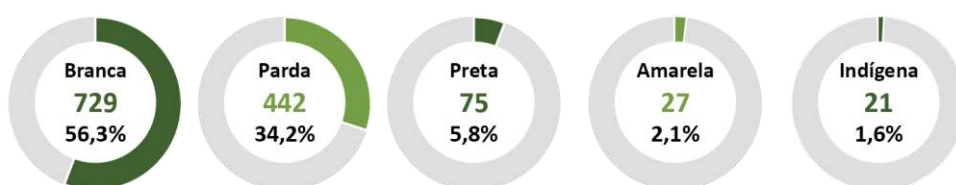
Faixa Etária



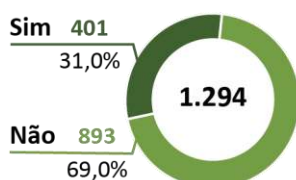
Sexo Biológico



Raça ou cor



Participa de alguma atividade?



Nas situações apontadas como irregulares, a análise foi dividida em dois grupos:

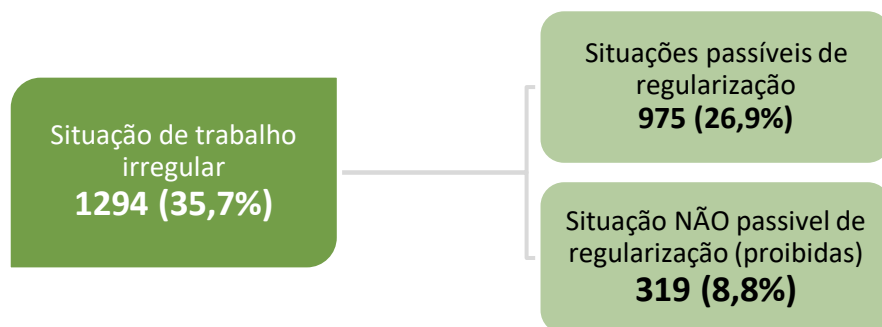
Classificação das situações de trabalho irregular ¹⁰

Situação de trabalho com fortes indícios de caracterização de trabalho infantil: por serem realizadas em circunstâncias expressamente proibidas pela legislação, e, portanto, sem meios legais para sua regularização.

Situações de trabalho passível de regularização: por serem realizadas na informalidade ou em quantidade de horas incompatível com a idade, mas que poderiam vir a ser regularizadas com fiscalização e conscientização das famílias e empregadores.

¹⁰ Destaca-se que a classificação das situações nos grupos 1 e 2 foram realizadas a partir das informações declaradas pelos entrevistados e também dos critérios pré-estabelecidos, e que talvez o olhar de algum outro técnico pudesse chegar a números diferentes, porém, a análise aqui tem como principal objetivo alertar o agente público do cenário de atuação e das frentes de trabalho.

Considerando esta divisão, das 1294 crianças e adolescentes em situação de trabalho irregular, representa **35,7%** da amostra total e dos que estão nesta condição, **26,9%** são passíveis de regularização e **8,8%** não são passíveis de regularização (realizadas em circunstâncias totalmente proibidas).¹¹



¹¹ Ressalta-se que a análise foi realizada de acordo com as respostas e declarações das crianças e adolescentes entrevistados.

9.5. ENTREVISTADOS EM SITUAÇÃO IRREGULAR DE TRABALHO EM CIRCUNSTÂNCIAS NÃO PASSÍVEIS DE REGULARIZAÇÃO

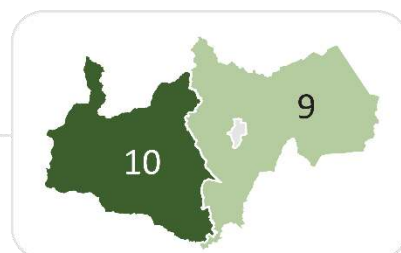
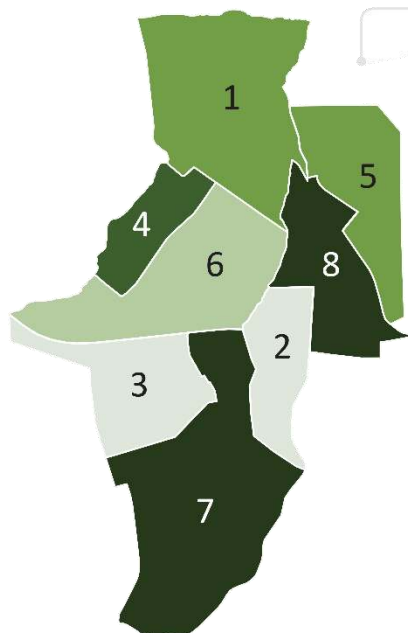
A pesquisa mostra que 8,8% dos entrevistados estão em situação irregular de trabalho que é realizado em circunstância proibida ou não passível de regularização segundo a Lei. A região São José e Regina Vitória, aparece com o maior valor (12,3%). A razão entre as regiões é de 2,2 vezes.

Regiões geográficas	Total da amostra	Trabalho proibido	Indicador (%)	Definição: Entrevistados em situação de trabalho irregular não regularizável dividido pelo total da amostra, vezes 100
Distrito Industrial	6	-	-	
Colônia Francesa	107	6	5,6%	Menor Valor
Rocio I	255	17	6,7%	
Zona Rural I	369	26	7,0%	Média
Centro	636	46	7,2%	
Vila Rosa	784	62	7,9%	Maior Valor
Zona Rural II	149	12	8,1%	
Jardim Christine	497	48	9,7%	2,2 vezes
Rocio II	185	18	9,7%	
São José e Regina Vitória	228	28	12,3%	É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões
Não informado	408	56	-	
Município	3.624	319	8,8%	

Fontes: Paineis Pesquisas e Consultoria, 2022

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

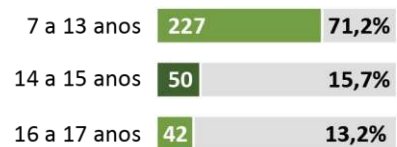


Legenda das Regiões Geográficas

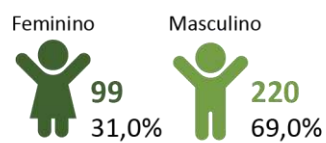
1 Centro	4 Jardim Christine	7 Rocio II	9 Zona Rural I
2 Distrito Industrial	5 Vila Rosa	8 São José e Regina Vitória	10 Zona Rural II
3 Colônia Francesa	6 Rocio I		

Perfil dos Entrevistados

Faixa Etária



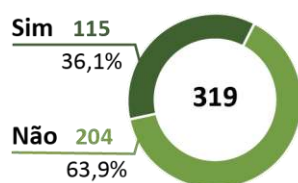
Sexo Biológico



Raça ou cor



Participa de alguma atividade?



9.6. ENTREVISTADOS EM SITUAÇÃO DE TRABALHO IRREGULAR, POR ATIVIDADE

Com o objetivo de consolidar este importante projeto de pesquisa social com Foco no Trabalho Infantil; as situações irregulares serão detalhadas por tipo para mapear as especificidades de cada território e construir o mapa social geral com o retrato das situações de trabalho irregular de todas as regiões, indicando quais as mais prioritárias no enfrentamento do Trabalho Infantil. Ainda será detalhado para cada atividade irregular, o perfil das crianças e adolescentes a ela sujeitas e os quantitativos das situações **passíveis** ou **não passíveis** de regularização.

Tabela 26: Atividades Irregulares PASSÍVEL e NÃO PASSÍVEL de regularização

Atividade Irregulares	Total da Amostra	Realiza a atividade em situação irregular		Realiza a atividade em situação irregular, PASSÍVEL DE REGULARIZAÇÃO		Realiza a atividade em situação irregular, NÃO PASSÍVEL DE REGULARIZAÇÃO	
		Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)
Afazeres doméstico	3624	435	12,0%	435	12,0%	-	-
Cuidar de crianças	3624	266	7,3%	266	7,3%	-	-
Trabalhos manuais e artesanato	3624	58	1,6%	52	1,4%	6	0,2%
Trabalho rural	3624	162	4,5%	162	4,5%	-	-
Coleta de material reciclado	3624	156	4,3%	35	1,0%	121	3,3%
Lavação, oficina ou ajudante	3624	131	3,6%	70	1,9%	61	1,7%
Atividades em escritório	3624	12	0,3%	12	0,3%	-	-
Vendas ou atendimento	3624	39	1,1%	31	0,9%	8	0,2%
Atividades de cozinhar	3624	530	14,6%	530	14,6%	-	-
Envolvimento com Tráfico de drogas	3624	93	2,6%	-	-	93	2,6%
Mendicância	3624	23	0,6%	-	-	23	0,6%
Exploração sexual comercial	3624	101	2,8%	-	-	101	2,8%
Situação geral da pesquisa censitária*	3624	1294	35,7%	975	26,9%	319	8,8%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2022

*Uma criança ou adolescente pode realizar mais de uma atividade, a tabela não tem somatória e sim a linha da situação geral que indica quantos entrevistados estão em situação irregular pelo menos em uma atividade, e se esta é passível ou não de regularização.

Essa análise tem por objetivo evidenciar as situações irregulares não passíveis de regularização, por terem estas, fortes indícios de caracterização de trabalho infantil, por tipo de atividade, como forma de pensar estratégias para o combate e erradicação do trabalho infantil de cada tipo e por território. As crianças e adolescentes em situação irregular passível de regularização, apesar de estarem sujeitas a informalidade ou em quantidade de horas incompatível com sua idade, podem vir a ser regularizadas com a conscientização e orientação.

A figura abaixo, apresenta uma panorâmica da situação de atividades irregulares não passíveis de regularização, sendo que a análise do percentual de cada atividade está relacionada ao total de crianças e adolescentes entrevistados. Nessa perspectiva, sobressai 3 atividades: “Coleta de material reciclado” com 3,3%, “Exploração sexual comercial” com 2,8%, e “Tráfico de drogas” com 2,6%, as três atividades

representam 319 casos dos 3624 entrevistados, ou 8,8% das atividades irregulares NÃO PASSÍVEL DE REGULARIZAÇÃO.

Panorama de situações NÃO PASSÍVEL de regularização



No município 12,0% de crianças e adolescentes realizam atividades domésticas de forma irregular, segundo a amostra de entrevistados. A região Vila Rosa, possui o maior valor (16,7%) e a região Zona Rural I o menor valor (6,2%) da série. Entre os valores extremos da série a razão é de 2,7 vezes.

Regiões geográficas	Total da amostra	Atividade doméstica irregular	Indicador (%)
Distrito Industrial	6	-	-
Zona Rural I	369	23	6,2%
Rocio I	255	25	9,8%
São José e Regina Vitória	228	23	10,1%
Colônia Francesa	107	11	10,3%
Centro	636	70	11,0%
Zona Rural II	149	17	11,4%
Jardim Christine	497	64	12,9%
Rocio II	185	27	14,6%
Vila Rosa	784	131	16,7%
Não informado	408	44	-
Município	3.624	435	12,0%

Indicador 11: Afazeres Domésticos

Definição: Notificações de atividade doméstica irregular dividido pelo total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Zona Rural I	6,2%
Média	Palmeira	12,0%
Maior Valor	Vila Rosa	16,7%

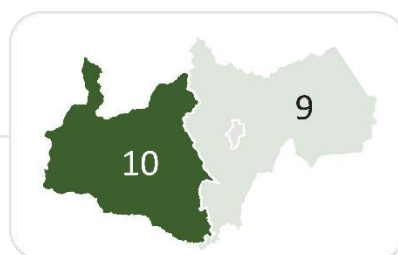
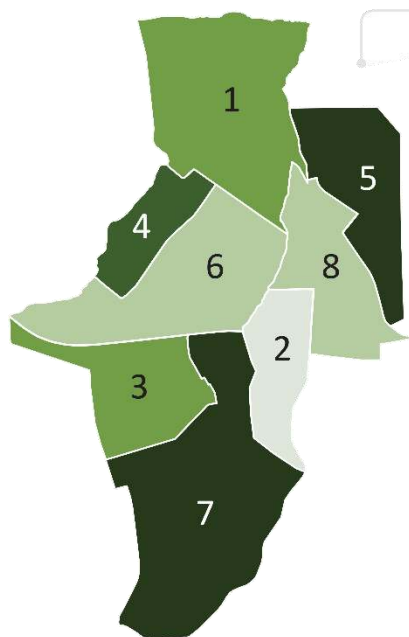
2,7 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2022

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

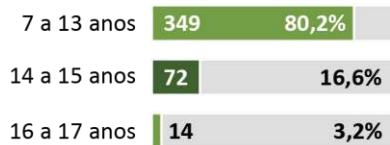


Legenda das Regiões Geográficas

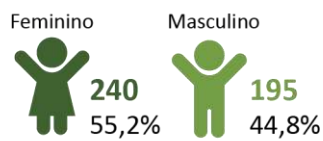
1 Centro	4 Jardim Christine	7 Rocio II	9 Zona Rural I
2 Distrito Industrial	5 Vila Rosa	8 São José e Regina Vitória	10 Zona Rural II
3 Colônia Francesa	6 Rocio I		

Perfil dos Entrevistados

Faixa Etária



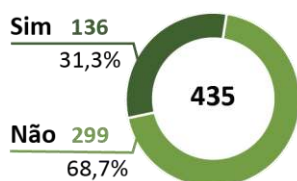
Sexo Biológico



Raça ou cor



Participa de alguma atividade?



Passível de regularização?

435 (100,0%) <i>Crianças e adolescentes em situação irregular passível de regularização</i>	0 (0,0%) <i>Crianças e adolescentes em situação irregular proibida pela legislação</i>
---	--

A média do município é de 7,3% de crianças e adolescentes que realizam atividades de cuidar de crianças irregularmente. A região com o maior percentual (10,1%) é a região Zona Rural II e a região Zona Rural I possui o menor indicador (4,6%) entre as regiões que houve citações. A razão entre as regiões com citações na pesquisa é de 2,2 vezes.

Regiões geográficas	Total da amostra	Cuidador de crianças irregular	Indicador (%)
Distrito Industrial	6	-	-
Zona Rural I	369	17	4,6%
Rocio II	185	12	6,5%
Colônia Francesa	107	7	6,5%
Centro	636	46	7,2%
Jardim Christine	497	37	7,4%
Vila Rosa	784	63	8,0%
São José e Regina Vitória	228	20	8,8%
Rocio I	255	25	9,8%
Zona Rural II	149	15	10,1%
Não informado	408	24	-
Município	3.624	266	7,3%

Indicador 12: Cuidar de Crianças

Definição: Notificações de cuidador de crianças irregular dividido pelo total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Zona Rural I	4,6%
Média	Palmeira	7,3%
Maior Valor	Zona Rural II	10,1%

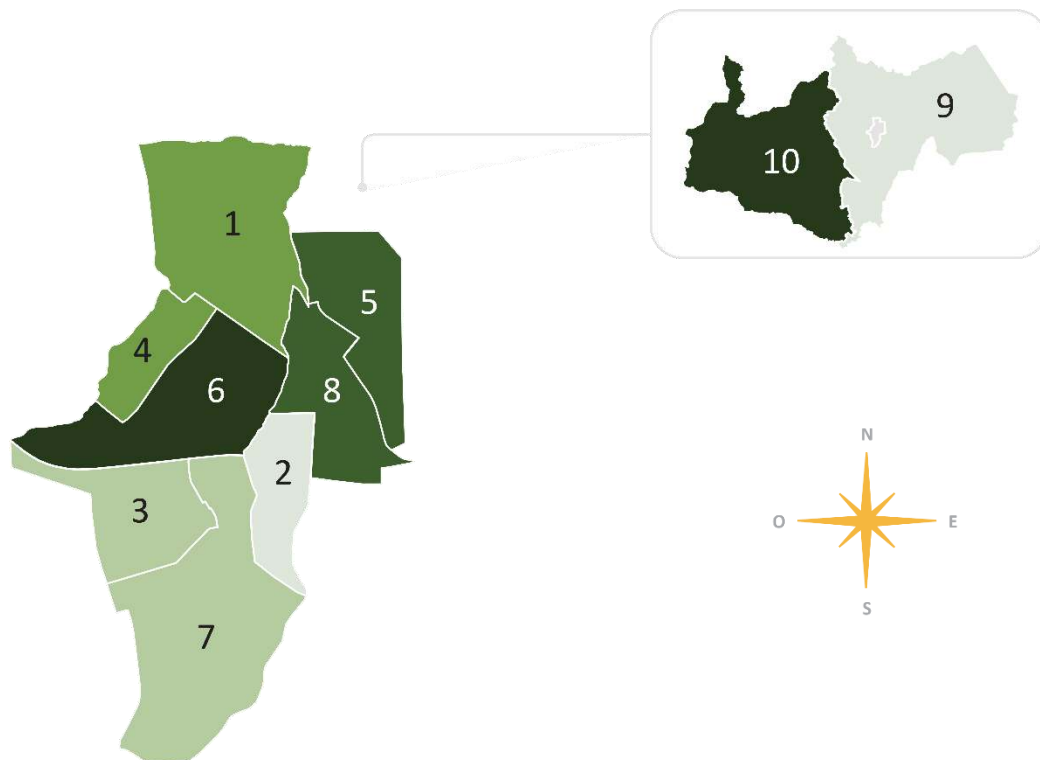
2,2 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2022

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

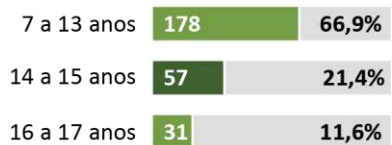


Legenda das Regiões Geográficas

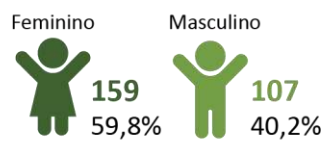
1 Centro	4 Jardim Christine	7 Rocio II	9 Zona Rural I
2 Distrito Industrial	5 Vila Rosa	8 São José e Regina Vitória	10 Zona Rural II
3 Colônia Francesa	6 Rocio I		

Perfil dos Entrevistados

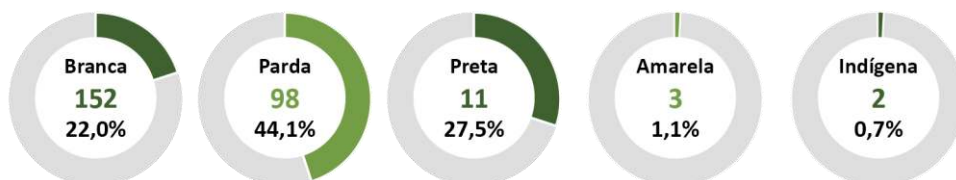
Faixa Etária



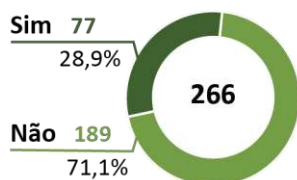
Sexo Biológico



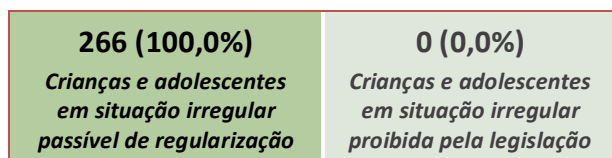
Raça ou cor



Participa de alguma atividade?



Passível de regularização?



Em média, no município, 1,6% de crianças e adolescente, realizam atividades manuais de forma irregular. A região com o maior percentual é a região Vila Rosa com 2,3%. Entre a região Vila Rosa (maior indicador) e a região Rocio II (menor indicador) a diferença é de 4,6 vezes.

Regiões geográficas	Total da amostra	Trabalho manual e artesanato	Indicador (%)
Distrito Industrial	6	-	-
Rocio II	185	1	0,5%
Centro	636	8	1,3%
Zona Rural II	149	2	1,3%
Zona Rural I	369	5	1,4%
Rocio I	255	4	1,6%
São José e Regina Vitória	228	4	1,8%
Colônia Francesa	107	2	1,9%
Jardim Christine	497	10	2,0%
Vila Rosa	784	18	2,3%
Não informado	408	4	-
Município	3.624	58	1,6%

Indicador 13: Atividades Manuais e Artesanato

Definição: Notificações de trabalho manual e artesanato dividido pelo Total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Rocio II	0,5%
Média	Palmeira	1,6%
Maior Valor	Vila Rosa	2,3%

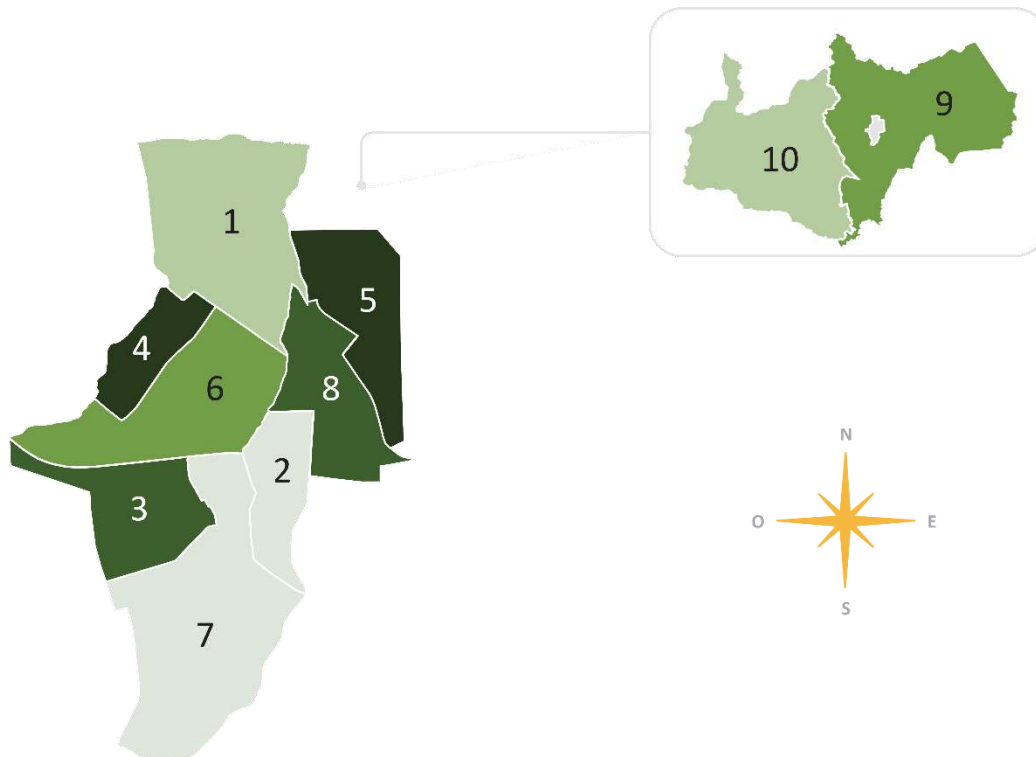
4,6 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2022

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

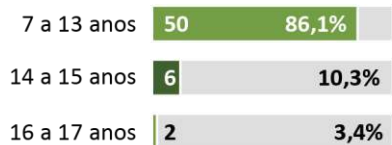


Legenda das Regiões Geográficas

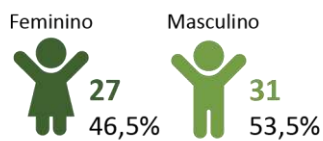
1 Centro	4 Jardim Christine	7 Rocio II	9 Zona Rural I
2 Distrito Industrial	5 Vila Rosa	8 São José e Regina Vitória	10 Zona Rural II
3 Colônia Francesa	6 Rocio I		

Perfil dos Entrevistados

Faixa Etária



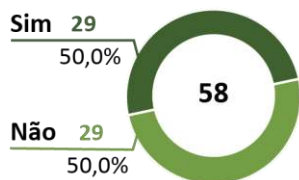
Sexo Biológico



Raça ou cor



Participa de alguma atividade?



Passível de regularização?

52 (89,7%) <i>Crianças e adolescentes em situação irregular passível de regularização</i>	6 (10,3%) <i>Crianças e adolescentes em situação irregular proibida pela legislação</i>
---	---

No município, 4,5% de crianças e adolescentes realizam atividades rurais de forma irregular. A região com o maior percentual é a Zona Rural I, com 11,1%. Entre a Zona Rural I (maior indicador) e a região Rocio II com o menor indicador (0,5%) a razão é de 22,2 vezes.

Regiões geográficas	Total da amostra	Atividades rurais	Indicador (%)
Distrito Industrial	6	-	-
Rocio II	185	1	0,5%
Jardim Christine	497	3	0,6%
São José e Regina Vitória	228	2	0,9%
Rocio I	255	4	1,6%
Colônia Francesa	107	2	1,9%
Centro	636	33	5,2%
Vila Rosa	784	52	6,6%
Zona Rural II	149	10	6,7%
Zona Rural I	369	41	11,1%
Não informado	408	14	-
Município	3.624	162	4,5%

Indicador 14: Atividades Rurais

Definição: Notificações de atividades rurais dividido pelo total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Rocio II	0,5%
Média	Palmeira	4,5%
Maior Valor	Zona Rural I	11,1%

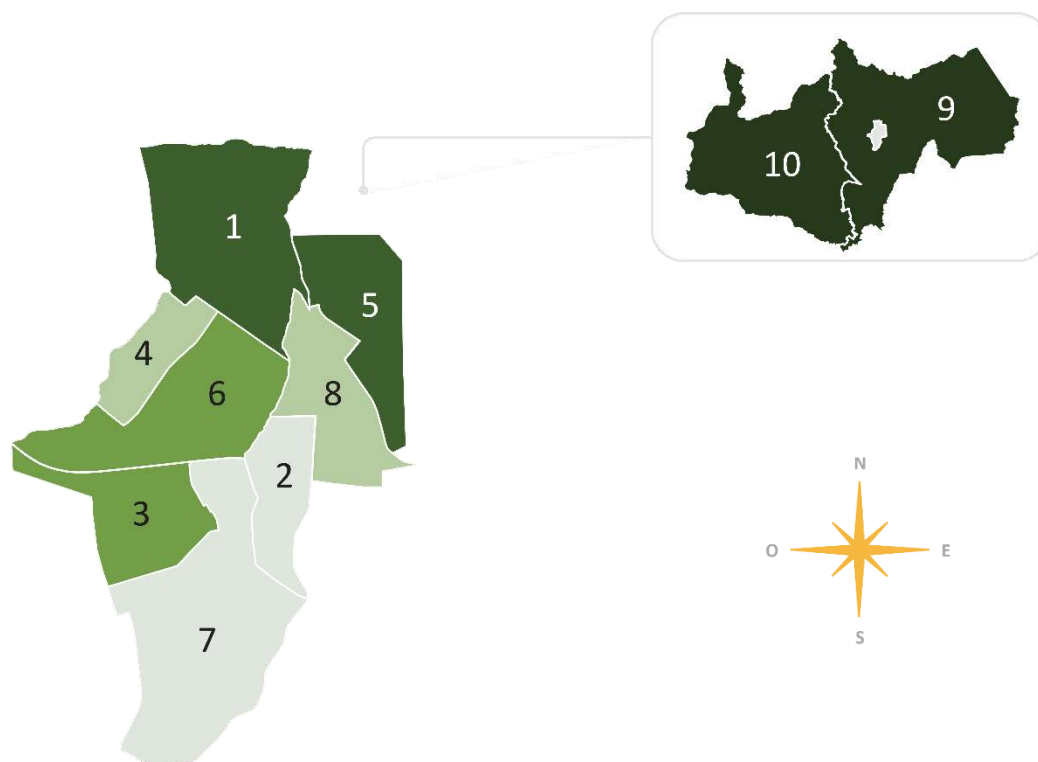
22,2 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: Paineis Pesquisas e Consultoria, 2022

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

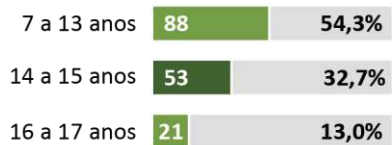


Legenda das Regiões Geográficas

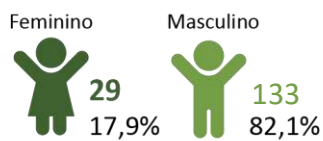
1 Centro	4 Jardim Christine	7 Rocio II	9 Zona Rural I
2 Distrito Industrial	5 Vila Rosa	8 São José e Regina Vitória	10 Zona Rural II
3 Colônia Francesa	6 Rocio I		

Perfil dos Entrevistados

Faixa Etária



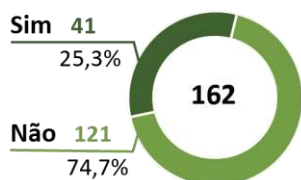
Sexo Biológico



Raça ou cor



Participa de alguma atividade?



Passível de regularização?

162 (100%) <i>Crianças e adolescentes em situação irregular passível de regularização</i>	0 (0,0%) <i>Crianças e adolescentes em situação irregular proibida pela legislação</i>
---	--

Do total de entrevistados, 4,3% crianças e adolescentes realizam *atividades de coleta* de material reciclável de forma irregular. A região São José e Regina Vitória, aparece com o maior valor (8,3%) é a região Colônia Francesa, com o menor valor 1,9%. A razão entre as que tiveram citações é de 4,4 vezes.

Regiões geográfica	Total da amostra	Coleta de recicláveis	Indicador (%)
Distrito Industrial	6	-	-
Colônia Francesa	107	2	1,9%
Rocio I	255	7	2,7%
Rocio II	185	6	3,2%
Zona Rural I	369	12	3,3%
Zona Rural II	149	5	3,4%
Vila Rosa	784	27	3,4%
Centro	636	23	3,6%
Jardim Christine	497	28	5,6%
São José e Regina Vitória	228	19	8,3%
Não informado	408	27	-
Município	3.624	156	4,3%

Indicador 15: Coleta de Material Reciclável

Definição: Notificações de coleta de recicláveis dividido pelo total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Colônia Francesa	1,9%
Média	Palmeira	4,3%
Maior Valor	São José e Regina Vitória	8,3%

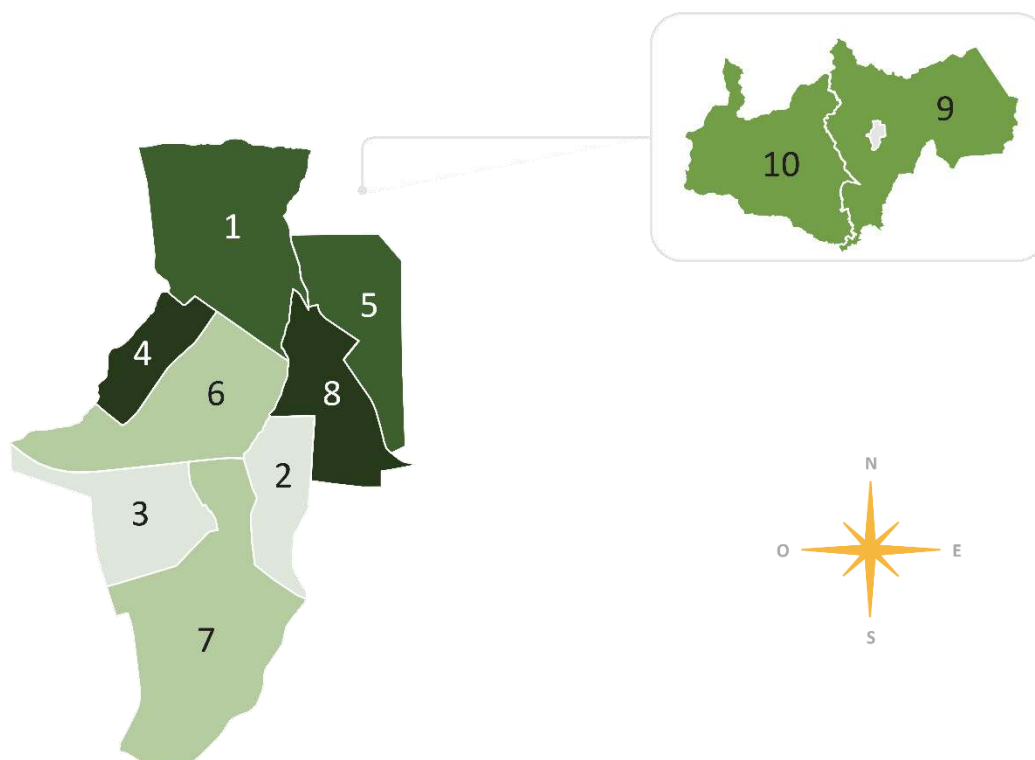
4,4 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2022

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

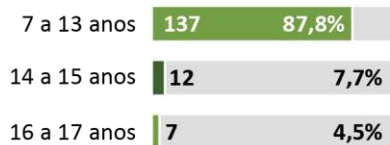


Legenda das Regiões Geográficas

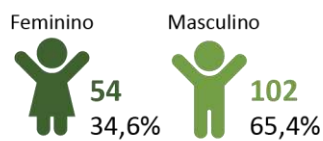
1 Centro	4 Jardim Christine	7 Rocio II	9 Zona Rural I
2 Distrito Industrial	5 Vila Rosa	8 São José e Regina Vitória	10 Zona Rural II
3 Colônia Francesa	6 Rocio I		

Perfil dos Entrevistados

Faixa Etária



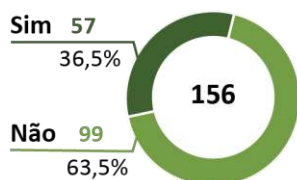
Sexo Biológico



Raça ou cor



Participa de alguma atividade?



Passível de regularização?

35 (22,4%) <i>Crianças e adolescentes em situação irregular passível de regularização</i>	121 (77,6%) <i>Crianças e adolescentes em situação irregular proibida pela legislação</i>
---	---

A média geral é de 3,6% de crianças e adolescentes que realizam atividades irregular em lavação de veículos, serviços de oficinas mecânicas, serviços na construção civil, entre outros. O Distrito Industrial é o maior valor (16,7%) e a região Jardim Christine o menor valor (2,2%) da série, entre as regiões que tiveram citações na amostra. A razão entre o maior e menor valor é de 7,6 vezes.

	Regiões geográficas	Total da amostra	Lavação, oficina ou serviços gerais	Indicador (%)
	Jardim Christine	497	11	2,2%
	São José e Regina Vitória	228	6	2,6%
	Rocio I	255	7	2,7%
	Colônia Francesa	107	3	2,8%
	Centro	636	18	2,8%
	Rocio II	185	7	3,8%
	Vila Rosa	784	34	4,3%
	Zona Rural I	369	18	4,9%
	Zona Rural II	149	8	5,4%
	Distrito Industrial	6	1	16,7%
	Não informado	408	18	-
	Município	3.624	131	3,6%

Indicador 16: Lavagem de Veículos, Oficinas e Ajudante de Serviços Gerais

Definição: Notificações de lavagem, oficina ou serviços gerais dividido pelo total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Jardim Christine	2,2%
Média	Palmeira	3,6%
Maior Valor	Distrito Industrial	16,7%

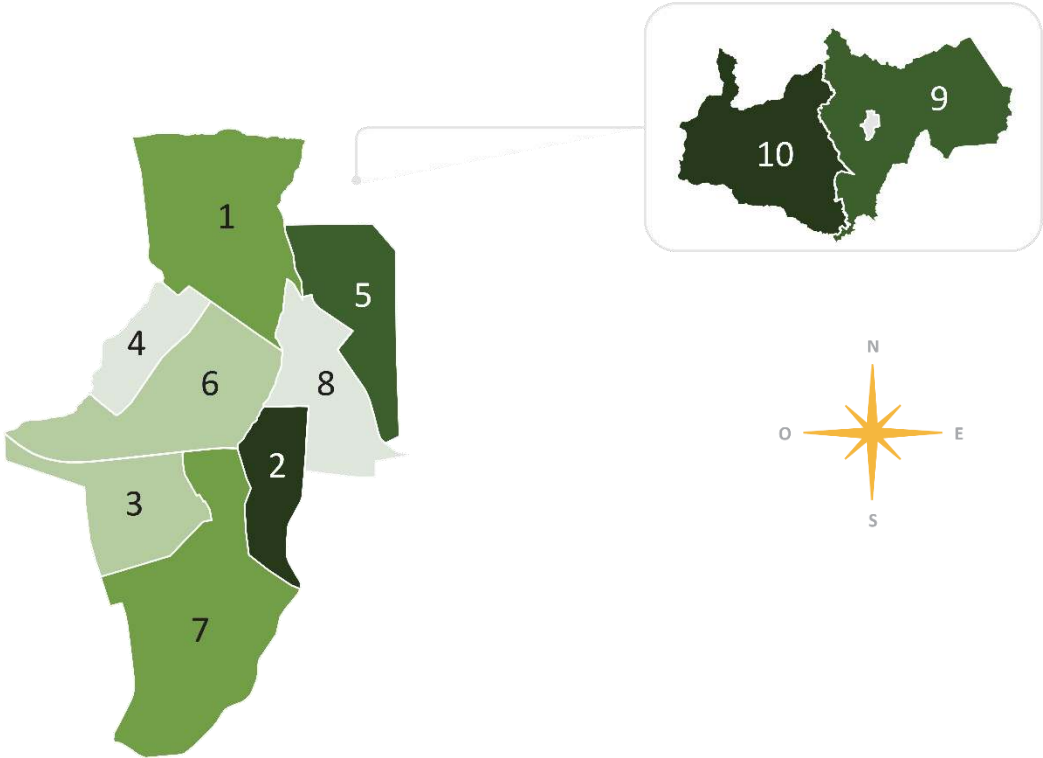
7,6 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2022

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

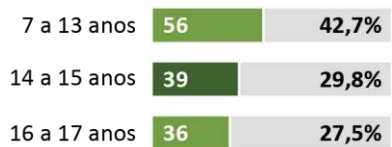


Legenda das Regiões Geográficas

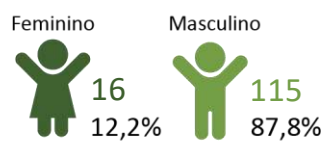
1 Centro	4 Jardim Christine	7 Rocio II	9 Zona Rural I
2 Distrito Industrial	5 Vila Rosa	8 São José e Regina Vitória	10 Zona Rural II
3 Colônia Francesa	6 Rocio I		

Perfil dos Entrevistados

Faixa Etária



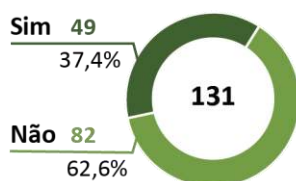
Sexo Biológico



Raça ou cor



Participa de alguma atividade?



Passível de regularização?

70 (53,4%) <i>Crianças e adolescentes em situação irregular passível de regularização</i>	61 (46,6%) <i>Crianças e adolescentes em situação irregular proibida pela legislação</i>
---	--

Em média, no município, 0,3% das crianças e adolescentes realizam atividades irregulares em escritório. Esta atividade foi citada pelos entrevistados em apenas três regiões e a região Vila Rosa aparece com o maior percentual (0,6%).

				Indicador 17: Atividades Administrativas	
Regiões geográficas	Total da amostra	Trabalho em escritório	Indicador (%)		
Colônia Francesa	107	-	-	Definição: Notificações de trabalho em escritório dividido pelo total da amostra, vezes 100	
Rocio I	255	-	-		
Distrito Industrial	6	-	-		
Zona Rural II	149	-	-		
Zona Rural I	369	-	-		
Rocio II	185	-	-	Menor Valor	Jardim Christine 0,2%
São José e Regina Vitória	228	-	-	Média	Palmeira 0,3%
Jardim Christine	497	1	0,2%	Maior Valor	Vila Rosa 0,6%
Centro	636	3	0,5%		
Vila Rosa	784	5	0,6%		
Não informado	408	3	-		
Município	3.624	12	0,3%		

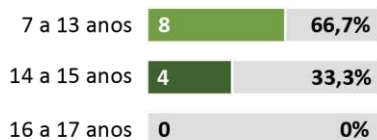
3,0 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

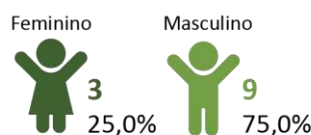
Fontes: Paineis Pesquisas e Consultoria, 2022

Perfil dos Entrevistados

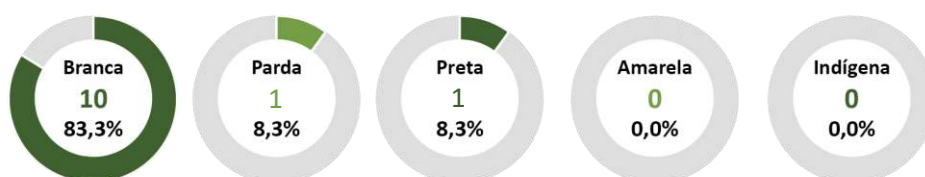
Faixa Etária



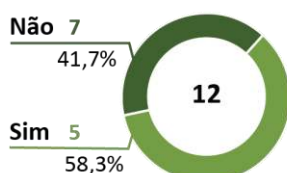
Sexo Biológico



Raça ou cor



Participa de alguma atividade?



Passível de regularização?

12 (100,0%) Crianças e adolescentes em situação irregular passível de regularização	0 (0,0%) Crianças e adolescentes em situação irregular proibida pela legislação
---	---

A média geral do município é de 1,1% crianças e adolescentes que realizam atividades irregulares de vendas ou de atendimento. Se destaca a região Colônia Francesa, com o maior valor (2,8%) e a região Rocio I, com o menor valor (0,4%). Em duas (2) regiões não houve citação na amostra. A razão entre o maior e o menor valor é de 7 vezes.

	Regiões geográficas	Total da amostra	Trabalho em vendas	Indicador (%)
	Distrito Industrial	6	-	-
	Zona Rural II	149	-	-
	Rocio I	255	1	0,4%
	Centro	636	5	0,8%
	Vila Rosa	784	7	0,9%
	Jardim Christine	497	5	1,0%
	Zona Rural I	369	6	1,6%
	São José e Regina Vitória	228	4	1,8%
	Rocio II	185	5	2,7%
	Colônia Francesa	107	3	2,8%
	Não informado	408	3	-
	Município	3.624	39	1,1%

Indicador 18: Vendas ou Atendimento

Definição: Notificações de trabalho em vendas ou atendimento dividido pelo total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Rocio I	0,4%
Média	Palmeira	1,1%
Maior Valor	Colônia Francesa	2,8%

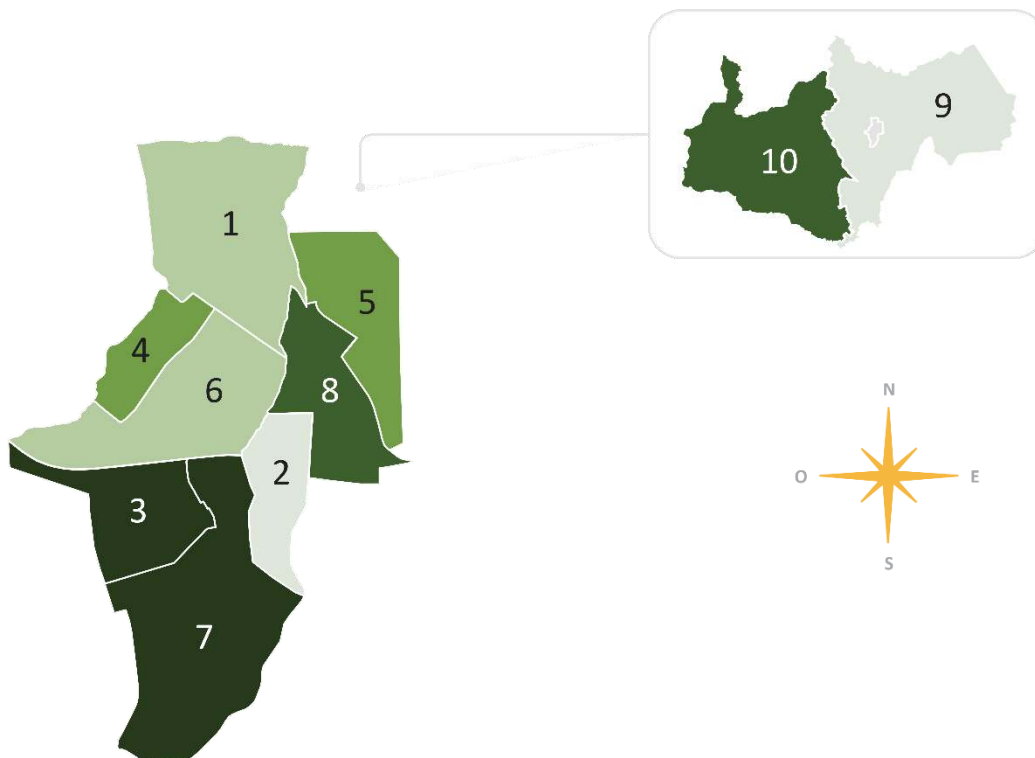
7,0 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2022

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

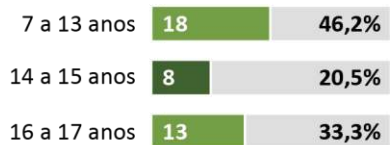


Legenda das Regiões Geográficas

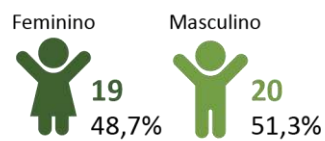
1 Centro	4 Jardim Christine	7 Rocio II	9 Zona Rural I
2 Distrito Industrial	5 Vila Rosa	8 São José e Regina Vitória	10 Zona Rural II
3 Colônia Francesa	6 Rocio I		

Perfil dos Entrevistados

Faixa Etária



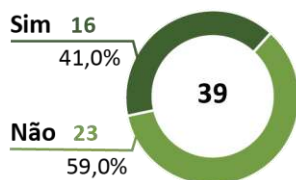
Sexo Biológico



Raça ou cor



Participa de alguma atividade?



Passível de regularização?

31 (79,5%) <i>Crianças e adolescentes em situação irregular passível de regularização</i>	8 (20,5%) <i>Crianças e adolescentes em situação irregular proibida pela legislação</i>
---	---

Do total da amostra da pesquisa, 14,6% crianças e adolescentes estão envolvidos com a atividade de cozinhar. A região Rocio I tem o maior valor (21,6%) e a região Colônia Francesa o menor valor 8,4%. A razão entre o maior e menor valor é de 2,6 vezes.

Regiões geográficas	Total da amostra	Trabalha na cozinha	Indicador (%)
Colônia Francesa	107	9	8,4%
Zona Rural I	369	45	12,2%
Centro	636	88	13,8%
Vila Rosa	784	116	14,8%
Rocio II	185	28	15,1%
Zona Rural II	149	23	15,4%
Jardim Christine	497	78	15,7%
Distrito Industrial	6	1	16,7%
São José e Regina Vitória	228	38	16,7%
Rocio I	255	55	21,6%
Não informado	408	49	-
Município	3.624	530	14,6%

Indicador 19: Atividade de Cozinhar

Definição: Notificações de trabalho em cozinha dividido pelo total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Colônia Francesa	8,4%
Média	Palmeira	14,6%
Maior Valor	Rocio I	21,6%

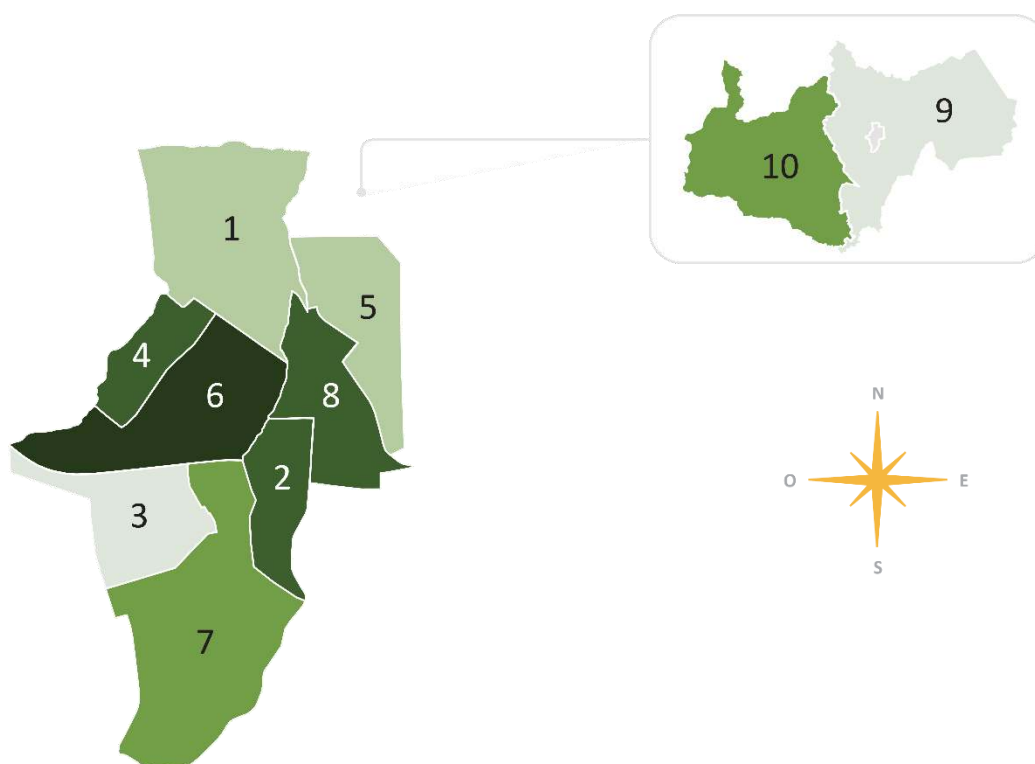
2,6 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2022

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

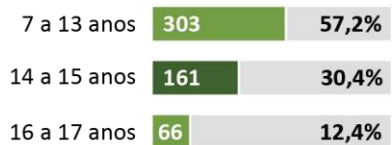


Legenda das Regiões Geográficas

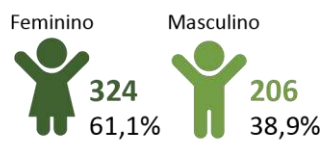
1 Centro	4 Jardim Christine	7 Rocio II	9 Zona Rural I
2 Distrito Industrial	5 Vila Rosa	8 São José e Regina Vitória	10 Zona Rural II
3 Colônia Francesa	6 Rocio I		

Perfil dos Entrevistados

Faixa Etária



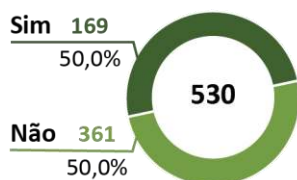
Sexo Biológico



Raça ou cor



Participa de alguma atividade?



Passível de regularização?

530 (100,0%) <i>Crianças e adolescentes em situação irregular passível de regularização</i>	0 (0,0%) <i>Crianças e adolescentes em situação irregular proibida pela legislação</i>
---	--

A média geral no município deste indicador é de 2,6%, de crianças e adolescentes de 7 a 17 anos entrevistados, que declararam estar na atividade de tráfico de drogas. O maior valor é a região São José e Regina Vitória com 3,5%, e a região Colônia Francesa com o menor valor, 0,9%. A razão entre os dois valores é de 3,9 vezes.

Regiões geográficas	Total da amostra	Envolvimento com tráfico	Indicador (%)
Distrito Industrial	6	-	-
Colônia Francesa	107	1	0,9%
Centro	636	6	0,9%
Jardim Christine	497	10	2,0%
Zona Rural II	149	3	2,0%
Rocio II	185	4	2,2%
Zona Rural I	369	8	2,2%
Vila Rosa	784	23	2,9%
Rocio I	255	8	3,1%
São José e Regina Vitória	228	8	3,5%
Não informado	408	22	-
Município	3.624	93	2,6%

Indicador 20: Tráfico de Drogas

Definição: Notificações de envolvimento com tráfico dividido pelo total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Colônia Francesa	0,9%
Média	Palmeira	2,6%
Maior Valor	São José e Regina Vitória	3,5%

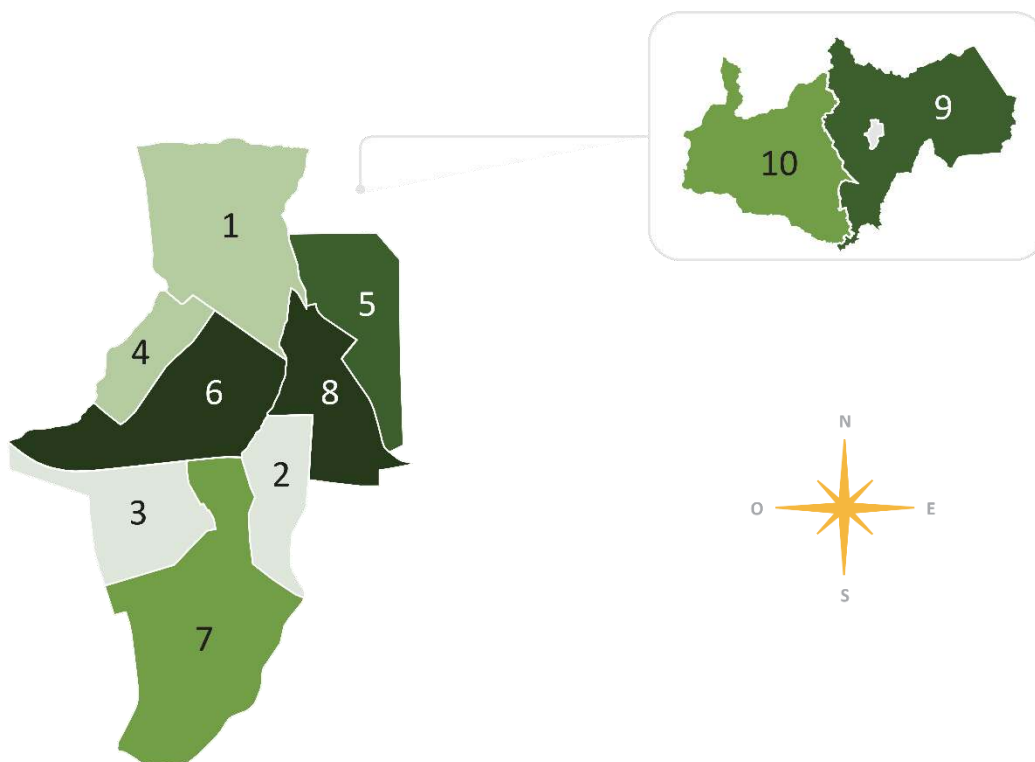
3,9 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2022

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

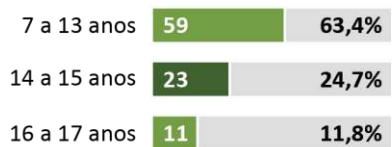


Legenda das Regiões Geográficas

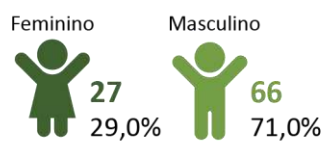
1 Centro	4 Jardim Christine	7 Rocio II	9 Zona Rural I
2 Distrito Industrial	5 Vila Rosa	8 São José e Regina Vitória	10 Zona Rural II
3 Colônia Francesa	6 Rocio I		

Perfil dos Entrevistados

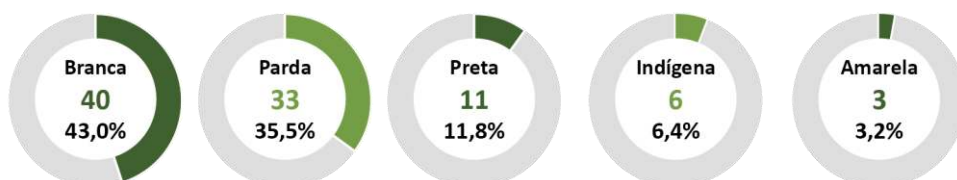
Faixa Etária



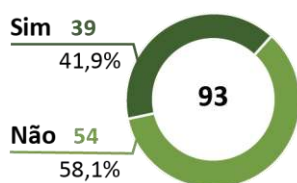
Sexo Biológico



Raça ou cor



Participa de alguma atividade?



Passível de regularização?

0 (0,0%) <i>Crianças e adolescentes em situação irregular passível de regularização</i>	93 (100,0%) <i>Crianças e adolescentes em situação irregular proibida pela legislação</i>
---	---

Em média, no município, 0,6% de crianças e adolescentes, na faixa etária de 7 a 17 anos, realizam atividades irregulares de mendicância. A Zona Rural II tem o maior valor (1,3%) e a região Vila Rosa é o menor valor (0,4%). A razão entre o maior e o menor valor é de 3,2 vezes.

Regiões geográficas	Total da amostra	Menicância	Indicador (%)
Distrito Industrial	6	-	-
Vila Rosa	784	3	0,4%
Rocio I	255	1	0,4%
Jardim Christine	497	2	0,4%
São José e Regina Vitória	228	1	0,4%
Centro	636	3	0,5%
Rocio II	185	1	0,5%
Zona Rural I	369	2	0,5%
Colônia Francesa	107	1	0,9%
Zona Rural II	149	2	1,3%
Não informado	408	7	-
Município	3.624	23	0,6%

Indicador 21: Mendicância

Definição: Notificações de mendicância dividido pelo total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Vila Rosa	0,4%
Média	Palmeira	0,6%
Maior Valor	Zona Rural II	1,3%

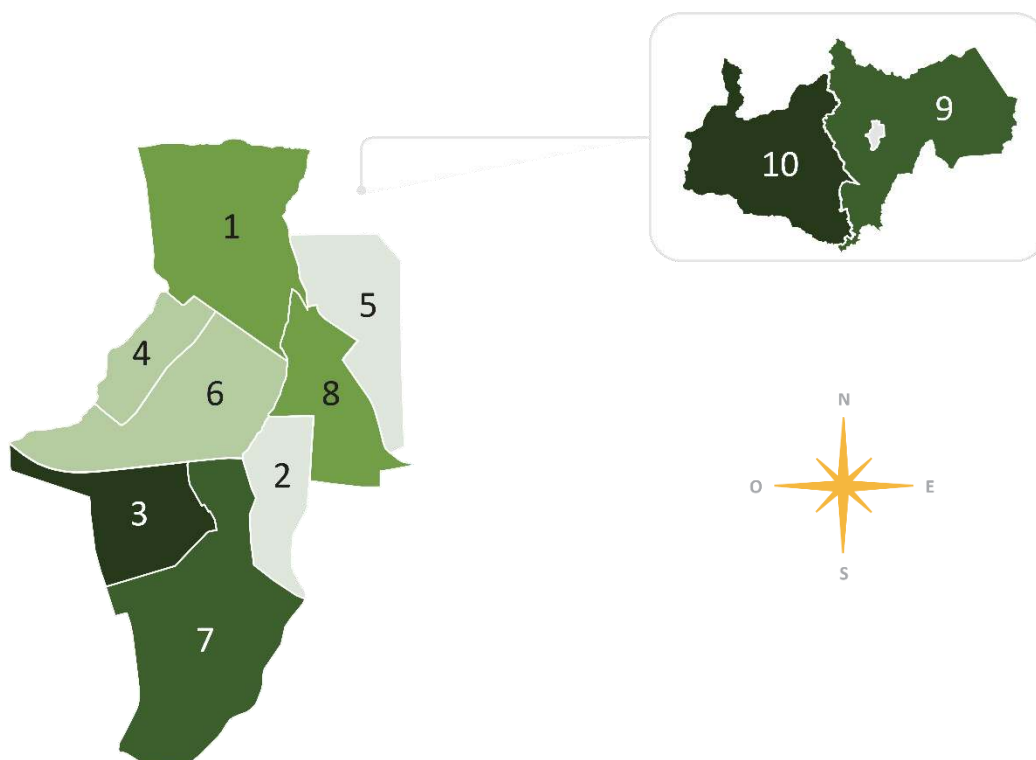
3,2 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2022

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

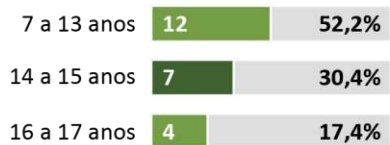


Legenda das Regiões Geográficas

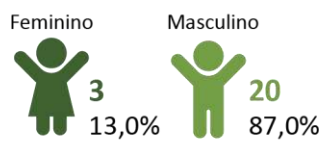
1 Centro	4 Jardim Christine	7 Rocio II	9 Zona Rural I
2 Distrito Industrial	5 Vila Rosa	8 São José e Regina Vitória	10 Zona Rural II
3 Colônia Francesa	6 Rocio I		

Perfil dos Entrevistados

Faixa Etária



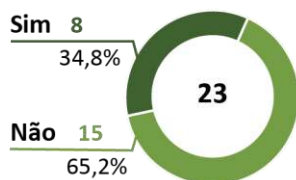
Sexo Biológico



Raça ou cor



Participa de alguma atividade?



Passível de regularização?

0 (0,0%) <i>Crianças e adolescentes em situação irregular passível de regularização</i>	23 (100,0%) <i>Crianças e adolescentes em situação irregular proibida pela legislação</i>
---	---

Do total da amostra da pesquisa, 2,8% crianças e adolescentes estão envolvidos com atividades ligadas à exploração sexual comercial. A região São José e Regina Vitória tem a maior incidência (3,1%) e a região Colônia Francesa a menor com 1,9%. A razão entre as regiões que aparecem com informação é de 1,6 vezes.

Regiões geográficas	Total da amostra	Atividades sexuais ou íntimas	Indicador (%)
Distrito Industrial	6	-	-
Colônia Francesa	107	2	1,9%
Rocio I	255	5	2,0%
Zona Rural I	369	8	2,2%
Vila Rosa	784	19	2,4%
Centro	636	16	2,5%
Zona Rural II	149	4	2,7%
Rocio II	185	5	2,7%
Jardim Christine	497	14	2,8%
São José e Regina Vitória	228	7	3,1%
Não informado	408	21	-
Município	3.624	101	2,8%

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2022

Indicador 22: Exploração Sexual Comercial

Definição: Notificações de atividades sexuais ou íntimas dividido pelo total da amostra, vezes 100

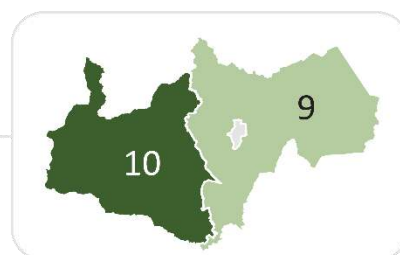
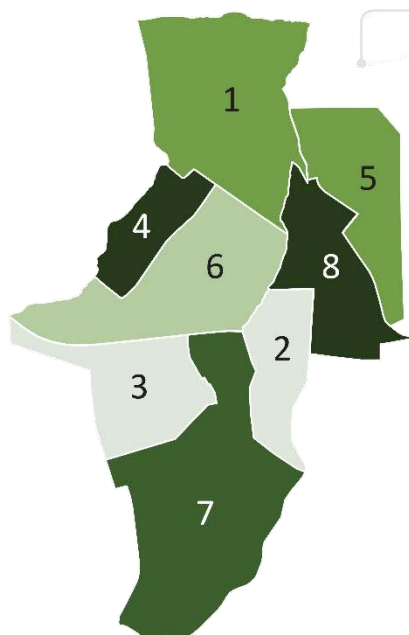
Menor Valor	Colônia Francesa	1,9%
Média	Palmeira	2,8%
Maior Valor	São José e Regina Vitória	3,1%

1,6 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

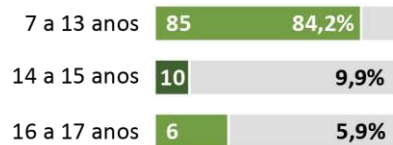


Legenda das Regiões Geográficas

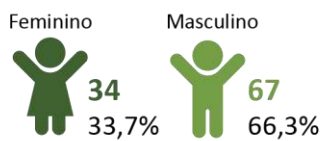
1 Centro	4 Jardim Christine	7 Rocio II	9 Zona Rural I
2 Distrito Industrial	5 Vila Rosa	8 São José e Regina Vitória	10 Zona Rural II
3 Colônia Francesa	6 Rocio I		

Perfil dos Entrevistados

Faixa Etária



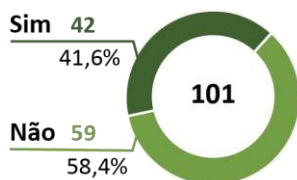
Sexo Biológico



Raça ou cor



Participa de alguma atividade?



Passível de regularização?

0 (0,0%) <i>Crianças e adolescentes em situação irregular passível de regularização</i>	101 (100,0%) <i>Crianças e adolescentes em situação irregular proibida pela legislação</i>
---	--

9.7. MAPA SOCIAL DAS ATIVIDADES DE TRABALHO IRREGULAR, POR REGIÃO GEOGRÁFICA

A matriz de Indicadores de Trabalho Infantil Irregular, identifica as atividades e as regiões, com a maior incidência de atividades levantadas na Pesquisa Qualitativa de Percepção, portanto os resultados são norteadores para o planejamento estratégico e ações de enfrentamento do Trabalho Infantil no município.

No mapa de calor foram considerados e avaliados 12 indicadores relacionados ao trabalho infantil. As regiões Jardim Christine, São José e Regina Vitória, e Vila Rosa, apresentaram a maior contagem de indicadores - de 6 a 8 – acima da média geral do município, considerado como parâmetro para dimensionar as regiões de maior incidência de trabalho irregular, e consequentemente necessitam de maior atenção do Gestor Público, no enfrentamento do Trabalho Infantil.

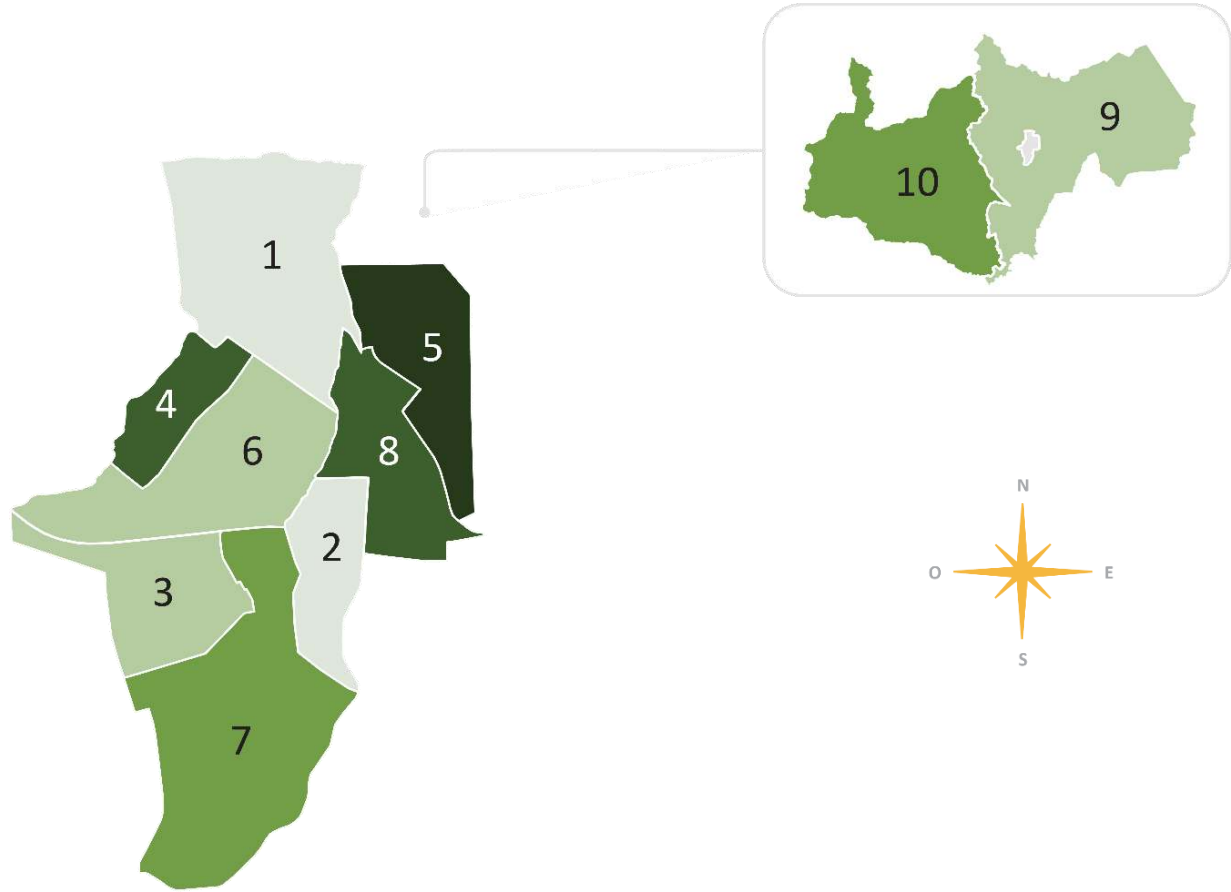
Classificação Quintil	Mapa Social dos Indicadores de Atividades Irregulares – 12 Indicadores														
	Média Geral Região Geográfica	12,0%	7,3%	1,6%	4,5%	4,3%	3,6%	0,3%	1,1%	14,6%	2,6%	0,6%	2,8%	Classificação Total	
		>	>	>	>	>	>	>	>	>	>	>	>		
		Afazeres domésticos	Cuidar de crianças ou pessoas idosas	Atividades manuais e artesanato	Atividades rurais	Coleta de material reciclável	Lavação carros e Oficinas	Atividades administrativas	Vendas ou atendimento	Atividade de cozinhar	Tráfico de drogas	Mendicância	Exploração sexual comercial	Contagem de Indicadores por região	Participação Percentual por região
	Distrito Industrial	-	-	-	-	-	16,7%	-	-	16,7%	-	-	-	2	16,7%
	Centro	11,0%	7,2%	1,3%	5,2%	3,6%	2,8%	0,5%	0,8%	13,8%	0,9%	0,5%	2,5%	2	16,7%
	Zona Rural I	6,2%	4,6%	1,4%	11,1%	3,3%	4,9%	-	1,6%	12,2%	2,2%	0,5%	2,2%	3	25,0%
	Rocio I	9,8%	9,8%	1,6%	1,6%	2,8%	2,8%	-	0,4%	21,6%	3,1%	0,4%	2,0%	3	25,0%
	Colônia Francesa	10,3%	6,5%	1,9%	1,9%	1,9%	2,8%	-	2,8%	8,4%	0,9%	0,9%	1,9%	3	25,0%
	Rocio II	14,6%	6,5%	0,5%	0,5%	3,2%	3,8%	-	2,7%	15,1%	2,2%	0,5%	2,7%	4	33,3%
	Zona Rural II	11,4%	10,1%	1,3%	6,7%	3,4%	5,4%	-	-	15,4%	2,0%	1,3%	2,7%	5	41,7%
	Jardim Christine	12,9%	7,4%	2,0%	0,6%	5,6%	2,2%	0,2%	1,0%	15,7%	2,0%	0,4%	2,8%	6	50,0%
	São José e Regina Vitória	10,1%	8,8%	1,8%	0,9%	8,3%	2,6%	0,0%	1,8%	16,7%	3,5%	0,4%	3,1%	7	58,3%
	Vila Rosa	16,7%	8,0%	2,3%	6,6%	3,4%	4,3%	0,6%	0,9%	14,8%	2,9%	0,4%	2,4%	8	66,7%

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2022

Representação gráfica da matriz social, por Região Geográfica

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro	4	Jardim Christine	7	Rocio II	9	Zona Rural I
2	Distrito Industrial	5	Vila Rosa	8	São José e Regina Vitória	10	Zona Rural II
3	Colônia Francesa	6	Rocio I				

10. RESULTADOS DA PESQUISA QUALITATIVA DE FORMA LÚDICA COM CRIANÇAS

Para atender as exigências do Edital de Tomada de Preços Nº 003/2019-SEMAS a coleta de dados da pesquisa com crianças e adolescentes foi desdobrada em duas etapas:



Este desdobramento foi necessário em virtude da pesquisa ser autodeclaratória, o que significa que o entrevistado precisa ter a maturidade intelectual para:

- I) ouvir a pergunta,
- II) assimilar e interpretar conceitos complexos de trabalho, prática das atividades e tempo em dias e horas,
- III) refletir e responder de forma coerente e condizendo com a sua realidade diária.

Na Etapa 2 o questionário individual aplicado na Etapa 1 deu lugar à um roteiro de pesquisa lúdica em grupo com apresentação complementar com imagens e vídeos sobre diversas profissões (como bombeiro, médico) misturadas com as atividades investigadas no questionário (como vender, coletar lixo e material reciclado, lavagem de carros, entre outras). Foi divulgado aos alunos que eles participariam de uma atividade sobre trabalho e profissões e em nenhum momento foi mencionado qualquer assunto sobre trabalho infantil com eles.

A apresentação e o roteiro da pesquisa foram compartilhados com os professores e a coordenação das escolas, que foram orientados sobre a importância de sua participação dando suporte aos pesquisadores, haja visto que em virtude da convivência diária acabam por conhecer o histórico e a realidade das famílias, assim como conhecem o histórico do aluno.

A pesquisa qualitativa com abordagem lúdica exploratória, realizada com grupo de crianças, com caráter participativo e dinâmico, promoveu um sentimento de entusiasmo e pertencimento entre os alunos, por estarem realizando algo diferente na escola. A utilização desta metodologia também favoreceu a interação das pesquisadoras com as crianças participantes, evidenciando o quanto elas anseiam por ser ouvidas, por querer falar e contar suas histórias (muitas vezes falando ao mesmo tempo).

Este formato tem por objetivo facilitar a expressão oral das crianças em relação as imagens que lhes são apresentadas (relacionadas a profissões, atividades e trabalhos), exigindo dos pesquisadores muita sensibilidade para, além de estabelecer vínculos de confiança com os investigados, conduzir as

perguntas de forma a investigar indícios de situações irregulares de trabalho, afastando as atividades realizadas de forma socializadora¹².

Participaram da pesquisa em formato lúdico 685 alunos – todos matriculados nos 1º e 2º anos da rede municipal de ensino de Palmeira e presentes nos dias de sua aplicação – sendo 47,4% do sexo feminino e 52,6% do sexo masculino. 70,2% residentes na região urbana e 29,8% na rural.

Tabela 27: Sexo dos entrevistados na pesquisa lúdica

Sexo	Citações	(%)
Feminino	325	47,4%
Masculino	360	52,6%
Total geral	685	100,0%

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2022

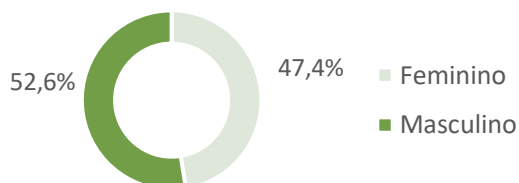
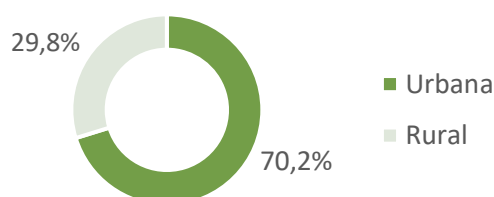


Tabela 28: Região da escola

Região da escola	Citações	(%)
Urbana	481	70,2%
Rural	204	29,8%
Total geral	685	100,0%

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2022



Iniciou-se a dinâmica falando sobre futuro. Primeiramente foi explicado o conceito de futuro e depois foi questionado: I) se eles já sabiam o que gostariam de “ser quando crescer” e II) se conversavam sobre o assunto em casa. 34,2% (quase 1/3) dos entrevistados relatou não conversar sobre o futuro em casa e 84,1% disseram já saber o que quer ser quando crescer. As profissões de médico, veterinário, fazendeiro, policial e bombeiro foram as mais citadas entre eles.

Tabela 29: Se sabe o que quer ser no futuro

O que ser quando crescer	Citações	(%)
Já sei	576	84,1%
Nunca pensei	81	11,8%
Já pensei, mas ainda não sei	28	4,1%
Total geral	685	100,0%

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2022

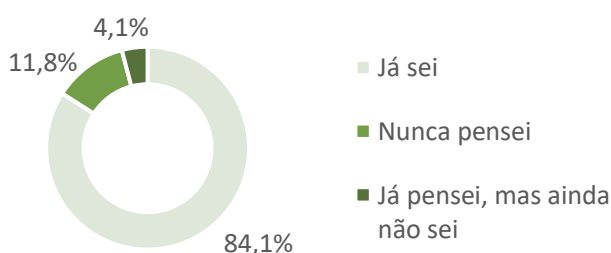
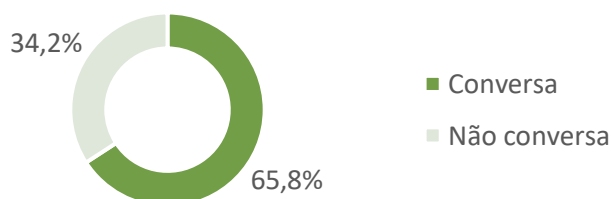


Tabela 30: Conversa sobre futuro em casa

Conversa sobre futuro	Citações	(%)
Conversa	451	65,8%
Não conversa	234	34,2%
Total geral	685	100,0%

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2022



¹² Para classificação das situações de trabalho como irregular ou socializadora foram utilizados critérios muito parecidos com a pesquisa dos adolescentes, exceto pela quantidade de horas e dias, já que este é um conceito muito abstrato para a idade dos entrevistados. Ainda por sua idade nenhuma situação é passível de regularização, sendo todas consideradas irregulares. Os demais critérios serão apresentados por atividade.

Não há como falar de futuro, profissão e trabalho sem antes falar sobre a escola e a importância de estudar. 96,9% dos entrevistados acreditam que estudar é importante para o futuro e 95,2% disseram gostar de ir à escola. Quando questionados sobre o motivo de não gostar (4,7%) os entrevistados responderam que não gostavam de acordar cedo ou que preferiam fazer outra coisa.

Tabela 31: Gosta de ir a escola

Gosta de ir à escola	Citações	(%)	
Gosta	652	95,2%	
Não gosta	30	4,4%	
Não sabe	3	0,4%	
Total geral	685	100,0%	

Fontes: Paine! Pesquisas e Consultoria, 2022

Tabela 32: Estudar é importante para o futuro?

Estudar é importante para o futuro?	Citações	(%)	
Acredita que sim	664	96,9%	
Acredita que não	15	2,2%	
Não sabe	6	0,9%	
Total geral	685	100,0%	

Fontes: Paine! Pesquisas e Consultoria, 2022

As atividades esportivas, culturais e de contraturno desempenham um papel fundamental nas políticas de combate e erradicação do trabalho infantil. Apenas 22,9% dos entrevistados responderam fazer alguma atividade (alguns particulares e outras em projetos sociais oferecidas pela rede de atendimento).

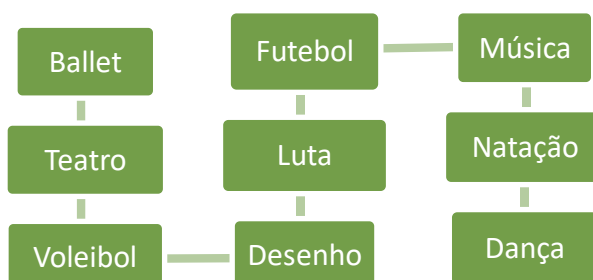
Desdobrando os números por região da escola, dos 157 que fazem atividade, apenas 21 (13,4%) estavam matriculados em escolas da região rural, o que demonstra a dificuldade do município em oferecer esse tipo de serviço para a comunidade rural.

Tabela 33: Participa de atividades esportivas e culturais por região urbana e rural

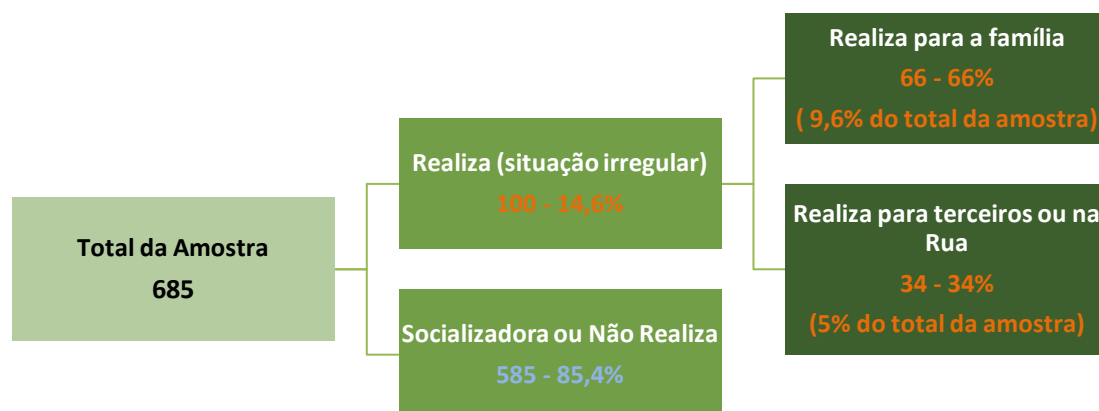
Região	Participa		Não Participa		Total	
	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)
Urbana	136	86,6%	345	65,3%	481	70,2%
Rural	21	13,4%	183	34,7%	204	29,8%
Total geral	157	22,9%	528	77,1%	685	100,0%

Fontes: Paine! Pesquisas e Consultoria, 2022

Abaixo estão listadas as atividades mais citadas entre os entrevistados quando questionados se gostariam de participar e em qual.



O quadro abaixo traça um panorama geral da pesquisa. Do total de entrevistados 14,6% estão em situação irregular de trabalho, dos quais 9,6% realizam a atividade para a família e 5% para terceiros ou na rua. Os critérios utilizados para esta classificação serão apresentados por atividade.



Analisando os dados por tipo de atividade a coleta de materiais reciclados é a que tem maior número de citações (30) e maior incidência para terceiros ou na rua. Já no contexto familiar destacam-se os afazeres domésticos (21) e o cuidar de crianças (17). Assim como na Etapa 1 da pesquisa quantitativa censitária, os entrevistados poderiam ter respondido realizar mais de uma atividade. Entretanto, como a pesquisa foi realizada em caráter qualitativo, os pesquisadores tiveram a liberdade de investigar e conversar com os alunos, fazendo perguntas abertas e fechadas, e também conversando com os professores. Desse modo, foram identificados 3 casos em que a mesma criança respondeu afirmativamente para duas atividades (cuidar de crianças e afazeres domésticos).

Tabela 34: Panorama geral das situações irregulares de trabalho por atividade

Atividade	Entrevistados	Realiza (família)		Realiza (na rua ou para terceiros)		Total em situação Irregular de Trabalho		
		Cit.	(%)	Cit.	(%)	Cit.	(%)	(%) total ent.
Afazeres domésticos	685	21	31,8%	0	0,0%	21	21,0%	3,1%
Cuidar de crianças	685	17	25,8%	2	5,9%	19	19,0%	2,8%
Trabalhos manuais e artesanato	685	4	6,1%	3	8,8%	7	7,0%	1,0%
Trabalho rural	685	11	16,7%	0	0,0%	11	11,0%	1,6%
Coleta de material reciclado	685	8	12,1%	22	64,7%	30	30,0%	4,4%
Lavação, oficina ou ajudante	685	2	3,0%	1	2,9%	3	3,0%	0,4%
Vendas ou atendimento	685	3	4,5%	6	17,6%	9	9,0%	1,3%
Atividades em escritório	685	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Total geral	-	66	100,0%	34	100,0%	100	100,0%	14,6%

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2022

Considerando o número de citações por região¹³ a Rocio e Zona Rural 1 são as que apresentam maior incidência nas situações irregulares realizadas para a família, com respectivamente 11,9% e 11,8%. Já a região Centro tem maior incidência para “realiza na rua ou para terceiros” (8,7%).

Tabela 35: Panorama geral das situações irregulares de trabalho por região

Região	Total Entrevistados	Realiza para família		Realiza na Rua ou para Terceiros		Socializadora ou Não Realiza	
		Cit.	(%) Total Ent.	Cit.	(%) Total Ent.	Cit.	(%) Total Ent.
Centro	231	19	8,2%	20	8,7%	192	83,1%
Colônia Francesa	55	4	7,3%	4	7,3%	47	85,5%
Vila Rosa	128	13	10,2%	4	3,1%	111	86,7%
Rocio I	67	8	11,9%	5	7,5%	54	80,6%
Zona Rural I	85	10	11,8%	0	0,0%	75	88,2%
Zona Rural II	119	12	10,1%	1	0,8%	106	89,1%
Total geral	685	66	-	34	-	585	-

Fontes: Paineis Pesquisas e Consultoria, 2022

Um dos pontos que mais chamou a atenção durante a aplicação da pesquisa foi a postura de alguns professores (poucos) que ainda têm a imagem de trabalho infantil como algo positivo, perpetuando o mito de que “trabalhar não faz mal a ninguém” reforçando a importância de traçar um plano de ação para treinar e capacitar a rede de atendimento (incluindo professores e coordenadores), promovendo debates sobre o direito de crianças e adolescentes, em especial sobre o trabalho infantil e a proteção do trabalhador adolescente, para que estes atuem como multiplicadores, prontos a identificar possíveis situações irregulares, conscientizar as famílias e a comunidade, e quando necessários encaminhar o caso ao Conselho Tutelar.

¹³ Para fins de territorialização foi considerada a região da escola tendo em vista que a pesquisa lúdica foi aplicada em grupo e que não foram pegos dados pessoais dos alunos. As Regiões Rocio II, Jardim Christine, São José e Regina Vitória, Distrito Industrial não têm escolas com 1º e 2º ano do Ensino Fundamental.

AFAZERES DOMÉSTICOS EM SITUAÇÃO IRREGULAR DE TRABALHO

Critérios utilizados para situação irregular de trabalho:

- Cozinhar sem a supervisão de um adulto (todos os dias ou apenas alguns dias da semana);
- Realizar atividades de lavar, passar, e limpar a casa no lugar dos responsáveis;
- Histórico de desempenho escolar e situação de vulnerabilidade da família (com professores).

A maior parte dos entrevistados afirmou ajudar nas tarefas da casa arrumando a cama, ajudando a cozinhar, entre outras tarefas. No geral, mostravam-se felizes em poder ajudar, principalmente na parte da cozinha, falando com orgulho o que sabem preparar.

Na pesquisa com crianças 3,1% realizam atividades domésticas de forma irregular, segundo a amostra de entrevistados. Todos os casos de situação irregular são realizados para a família e duas crianças realizam concomitantemente a atividade de cuidar de crianças. Na pesquisa quantitativa censitária este indicador é de 12,0%.

Região	Total Entrevistados	Citações	(%)
Colônia Francesa	55	3	5,5%
Zona Rural II	119	5	4,2%
Centro	231	8	3,5%
Vila Rosa	128	4	3,1%
Rocio I	67	1	1,5%
Zona Rural I	85	-	-
Rocio II	-	-	-
Jardim Christine	-	-	-
São José e Regina	-	-	-
Vitória	-	-	-
Distrito Industrial	-	-	-
Total geral	685	21	3,1%

Pesquisa Quantitativa Censitária

Indicador: 12,0%

Regiões com as maiores taxas

Vila Rosa: 16,7%

Rocio II: 14,6%

Jardim Christine: 12,9%

Zona Rural II: 11,4%

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2022

Nota: em 5 (cinco) regiões não houve citações desta atividade

CUIDAR DE CRIANÇAS MENORES OU IDOSOS

Critérios utilizados para situação irregular de trabalho:

- Cuidar de criança ou idoso SEM supervisão de um adulto por mais de 1 hora (descartando situações em que o responsável fica ausente por um curto período de tempo para arrumar a casa, pegar algo no vizinho, tomar banho, etc.).
- Histórico de desempenho escolar e situação de vulnerabilidade da família (com professores).

Durante a pesquisa foi questionado aos entrevistados aqueles que tinham irmãos menores ou ajudavam a cuidar de crianças para fazer a primeira separação da turma para então investigar se há a supervisão de adulto, pois no geral, as crianças mostravam-se felizes em auxiliar no cuidado de irmãos ou primos mais novos.

Na pesquisa com crianças 2,8% realizam atividades domésticas de forma irregular, segundo a amostra de entrevistados. Em apenas 2 casos a atividade é realizada para terceiros (vizinho e tios), os demais são dentro do ambiente familiar, e duas crianças realizam concomitantemente a atividade de cuidar de crianças. Na pesquisa quantitativa censitária este indicador é de 7,3%.

Região	Total Entrevistados	Citações	(%)
Rocio I	67	4	6,0%
Vila Rosa	128	5	3,9%
Zona Rural II	119	4	3,4%
Zona Rural I	85	2	2,4%
Centro	231	4	1,7%
Colônia Francesa	55	-	-
Rocio II	-	-	-
Jardim Christine	-	-	-
São José e Regina	-	-	-
Vitória	-	-	-
Distrito Industrial	-	-	-
Total geral	685	19	2,8%

Pesquisa Quantitativa Censitária

Indicador: 7,3%

Regiões com as maiores taxas

Zona Rural II: 10,1%

Rocio I: 9,8%

São José e Regina Vitória: 8,8%

Vila Rosa: 8,0%

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2022

Nota: em 5 (cinco) regiões não houve citações desta atividade

ATIVIDADES MANUAIS E ARTESANATO

Critérios utilizados para situação irregular de trabalho:

- Realizar atividade manual de artesanato, costura, bordado, manicure, culinária (fazer bolos, docinhos) para terceiros na informalidade ou para auxiliar a família em seu negócio (formal ou informal).
- Foram excluídas as crianças que afirmaram bordar ou fazer artesanato por hobby ou que apenas auxiliavam a mão no reparo das peças da casa.
- Histórico de desempenho escolar e situação de vulnerabilidade da família (com professores).

Na pesquisa com crianças 1,0% (7) realizam atividades domésticas de forma irregular, segundo a amostra de entrevistados. Dos 7 casos, 3 são realizados para terceiros e os outros 4 para a família (na preparação de marmita, bolos e doces e confecção de tapetes para vender). Na pesquisa quantitativa censitária este indicador é de 1,6%.

Região	Total Entrevistados	Citações	(%)
Centro	231	5	2,2%
Zona Rural II	119	1	0,8%
Vila Rosa	128	1	0,8%
Rocio I	67	-	-
Zona Rural I	85	-	-
Colônia Francesa	55	-	-
Rocio II	-	-	-
Jardim Christine	-	-	-
São José e Regina	-	-	-
Vitória	-	-	-
Distrito Industrial	-	-	-
Total geral	685	7	1,0%

Pesquisa Quantitativa Censitária

Indicador: 1,6%

Regiões com as maiores taxas

Vila Rosa: 2,3%

Jardim Christine: 2,0%

Colônia Francesa: 1,9%

São José e Regina Vitória: 1,8%

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2022

Nota: em 7 (sete) regiões não houve citações desta atividade

COLETA DE MATERIAIS RECICLADOS

Critérios utilizados para situação irregular de trabalho:

- Realizar atividade de coleta de latinhas, materiais reciclados ou outros resíduos sólidos para terceiros (galpão), família ou por conta própria.
- Excluídos os casos que a família faz a separação de latinhas em casa para vender (socializadora).
- Todos os casos em que a criança afirmou sair para realizar a coleta de materiais da rua (acompanhada ou desacompanhada foram consideradas irregular).
- Confirmado histórico de desempenho escolar e situação de vulnerabilidade da família (com professores).

Na pesquisa com crianças 4,4% (7) realizam atividades domésticas de forma irregular, segundo a amostra de entrevistados. Dos 30 casos, 22 são realizados na rua e os outros 8 para a família (sem ser socializadora). Na pesquisa quantitativa censitária este indicador é de 4,3%.

Região	Total Entrevistados	Citações	(%)
Rocio I	67	5	7,5%
Centro	231	17	7,4%
Colônia Francesa	55	4	7,3%
Vila Rosa	128	3	2,3%
Zona Rural II	119	1	0,8%
Zona Rural I	85	-	-
Rocio II	-	-	-
Jardim Christine	-	-	-
São José e Regina	-	-	-
Vitória	-	-	-
Distrito Industrial	-	-	-
Total geral	685	30	4,4%

Pesquisa Quantitativa Censitária

Indicador: 4,3%

Regiões com as maiores taxas

São José e Regina Vitória: 8,3%

Jardim Christine: 5,6%

Centro: 3,6%

Vila Rosa: 3,4%

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2022

Nota: em 5 (cinco) regiões não houve citações desta atividade

LAVAÇÃO OU OFICINA MECÂNICA

Critérios utilizados para situação irregular de trabalho:

- Realizar atividade de lavação de carros na rua, no sinaleiro, em casa para a família ou para terceiros.
- Excluídos os casos em que a criança afirmou ajudar a lavar o carro da família, considerado como socializadora).
- Realizar atividade de manutenção de carros.
- Confirmado histórico de desempenho escolar e situação de vulnerabilidade da família (com professores).

Na pesquisa com crianças 0,4% realizam atividade de lavação ou manutenção de carro de forma irregular, segundo a amostra de entrevistados, sendo 1 para terceiros e 2 para a família. Na pesquisa quantitativa censitária este indicador é de 3,6%.

Região	Total Entrevistados	Citações	(%)
Vila Rosa	128	2	1,6%
Centro	231	1	0,4%
Rocio I	67	-	-
Colônia Francesa	55	-	-
Zona Rural II	119	-	-
Zona Rural I	85	-	-
Rocio II	-	-	-
Jardim Christine	-	-	-
São José e Regina	-	-	-
Vitória	-	-	-
Distrito Industrial	-	-	-
Total geral	685	3	0,4%

Pesquisa Quantitativa Censitária

Indicador: 3,6%

Regiões com as maiores taxas

Distrito Industrial: 16,7%

Zona Rural II: 5,4%

Zona Rural I: 4,9%

Vila Rosa: 4,3%

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2022

Nota: em 8 (oito) regiões não houve citações desta atividade

VENDAS OU ATENDIMENTO

Critérios utilizados para situação irregular de trabalho:

- Realizar atividade de vendas para a família (em casa ou negócio familiar) na rua ou para terceiros.
- Excluídos casos em que a família possui pequeno negócio familiar e a criança acompanha sem ter responsabilidade, horário a cumprir ou que prejudique horário de estudo, lazer ou de tarefas.
- Confirmado histórico de desempenho escolar e situação de vulnerabilidade da família (com professores).

Na pesquisa com crianças 1,3% realizam atividade de vendas ou atendimento, segundo a amostra de entrevistados. Dos 9 casos 6 são realizados na rua e 3 para a família. Na pesquisa quantitativa censitária este indicador é de 1,1%.

Região	Total Entrevistados	Citações	(%)
Rocio I	67	3	4,5%
Colônia Francesa	55	1	1,8%
Vila Rosa	128	2	1,6%
Centro	231	3	1,3%
Zona Rural II	119	-	-
Zona Rural I	85	-	-
Rocio II	-	-	-
Jardim Christine	-	-	-
São José e Regina	-	-	-
Vitória	-	-	-
Distrito Industrial	-	-	-
Total geral	685	9	1,3%

Pesquisa Quantitativa Censitária

Indicador: 1,1%

Regiões com as maiores taxas

Colônia Francesa: 2,8%

Rocio II: 2,7%

São José e Regina Vitória: 1,8%

Zona Rural I: 1,6%

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2022

Nota: em 6 (seis) regiões não houve citações desta atividade

TRABALHO RURAL

Critérios utilizados para situação irregular de trabalho:

- Realizar atividade de trabalho rural como alimentar animais, plantar, colher, capinar e afins, para terceiros ou para a família.
- Excluídos casos em que a criança participa da rotina rural familiar acompanhado os pais por espontânea vontade, sem ter responsabilidade, horário a cumprir ou que prejudique horário de estudo, lazer ou de tarefas.
- Confirmado histórico de desempenho escolar e situação de vulnerabilidade da família (com professores).

Na pesquisa com crianças 1,6% realizam trabalho rural de forma irregular (todos para a família), segundo a amostra de entrevistados. Nas escolas da região rural a maior parte dos entrevistados afirmou gostar de participar da rotina familiar acompanhando os pais no trabalho rural, porém sem ser considerado situação irregular de trabalho em si. Poucos foram os casos (11) em que o trabalho (quantidade de horas e assiduidade) foi considerado prejudiciais e irregulares, na maior parte por embonecar fumo. Na pesquisa quantitativa censitária este indicador é de 4,5%.

Região	Total Entrevistados	Citações	(%)
Zona Rural I	85	8	9,4%
Zona Rural II	119	2	1,7%
Centro	231	1	0,4%
Vila Rosa	128	-	-
Rocio I	67	-	-
Colônia Francesa	55	-	-
Rocio II	-	-	-
Jardim Christine	-	-	-
São José e Regina	-	-	-
Vitória	-	-	-
Distrito Industrial	-	-	-
Total geral	685	11	1,6%

Pesquisa Quantitativa Censitária

Indicador: 4,5%

Regiões com as maiores taxas

Zona Rural I: 11,1%

Zona Rural II: 6,7%

Vila Rosa: 6,6%

Centro: 5,2%

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2022

Nota: em 7 (sete) regiões não houve citações desta atividade

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração desta pesquisa social no município de Palmeira, de forma científica e cartográfica, permitiu uma ressignificação no âmbito dos direitos da criança e do adolescente para a gestão municipal e para os colaboradores do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, uma vez que, identificou com precisão os territórios com maior incidência de situações de trabalho infantil.

É certo que os direitos fundamentais previstos pela Constituição Federal e reforçados pelo ECA, possuem caráter de universalidade, indivisibilidade, interdependência e complementariedade (Mendes, 2008). Por isso, a estruturação do questionário das pesquisas de percepção, tiveram por objetivo investigar a fundo o tema do trabalho infantil no Município, priorizando a participação de crianças e adolescentes para – não só investigar as situações e números de trabalho infantil – mas para ouvi-los, para que a partir de seus interesses, dificuldades e necessidades participem de forma ativa e consultivamente nos processos de formulação, deliberação, monitoramento e avaliação de políticas públicas a eles direcionadas, em consonância com a Resolução 191/2017 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

Na pesquisa quantitativa de modalidade censitária realizada com as crianças e os adolescentes do 3º ano do ensino fundamental a 3ª série do ensino médio, 96,4% dos entrevistados, realizam alguma atividade e 21,9% não realizam nenhuma atividade.

Dos que realizam alguma atividade, destaca-se que 57,5% desenvolvem atividades socializadoras – com cunho educativo de socialização e responsabilização da criança e do adolescente – e que 3,2% possuem algum tipo de vínculo empregatício formalizado (atividade regular) e 35,7% dos entrevistados se apresentam em situação de trabalho irregular, aqui se aponta a investigação e a intervenção de trabalho social do Sistema de Garantia de Direito.

O foco principal deste Diagnóstico, foi identificar por território as situações de trabalho infantil. Extraí-se da análise da pesquisa quantitativa, que 35,7% do total de entrevistados está em situação irregular de trabalho, a maior parte se encontra na faixa etária de 7 a 13 anos com o percentual de 66,4% (859), uma vez que, o trabalho nesta faixa etária é tido como irregular pela legislação vigente. Aprofundando a análise, em 35,7% do total de 1.294 citações de trabalho irregular, poderá haver a regularização, e em 28,3% das situações mapeadas existe indícios¹⁴ de serem caracterizados como trabalho infantil, pois são realizadas em circunstâncias proibidas pelas normas e legislação vigente, e não passível de regularização. Se projetar os casos de situações proibidas identificados sobre a amostra, têm-se um

¹⁴ Ressalta-se que a análise foi realizada de acordo com as respostas e declarações das crianças e adolescentes entrevistados, representada no Panorama Geral das Situações de Trabalho, na página 60.

percentual de 8,8% (319 casos) de crianças e adolescentes identificadas na pesquisa em situação de trabalho infantil (circunstância proibida).

Quando desdobradas tais situações por tipo de atividade, constata-se que as maiores incidências se encontram em atividades de cozinhar e afazeres domésticos.

Quanto aos aspectos territoriais, constata-se que as regiões com maior incidência de atividades de trabalho irregular são: Vila Rosa com 66,7%, São José e Regina Vitória com 58,3% e Jardim Christine com 50%. No subcapítulo 9.6, são apresentadas as situações por região e por tipo de atividade, de modo a mapear as áreas que apresentam números e indicadores sociais mais críticos por atividade, propiciando a identificação das localidades com crianças e adolescentes expostos às situações de fragilidades, vulnerabilidades, riscos e de trabalho infantil, de modo que se possa traçar seu perfil, para que os órgãos competentes possam direcionar, de forma assertiva, estratégias e ações para combatê-las.

Por outro lado, a pesquisa lúdica aplicada em grupo com crianças do 1º e 2º ano do ensino fundamental, mostrou que 14,6% da amostra, realiza alguma atividade de trabalho em situação irregular não passível de regularização, já que nesta idade qualquer forma de trabalho é proibida. Não há como somar os dados das duas pesquisas e analisá-las em conjunto, haja visto que ambas possuem metodologias de coleta diferentes, todavia possuem os mesmos critérios para classificação da situação.

Segundo a amostra, a atividade com maior incidência na pesquisa lúdica com as crianças, é para coleta de materiais reciclados (4,4%), que na pesquisa quantitativa é o quarto colocado (4,5%), pois devido a idade, para não ficarem sozinhas em casa, acabam por acompanhar os pais.¹⁵ As atividades de afazeres domésticos (3,1%), cuidar de crianças (2,8%) e trabalho rural (1,6%) na pesquisa lúdica, estão projetadas na pesquisa quantitativa entre as que apresentam maiores percentuais, apontando uma trajetória que se mostrará crescente acompanhando a idade.

Outros pontos importantes evidenciado pela pesquisa lúdica foram a falta de cobertura do serviço de contraturno para as comunidades rurais, a importância de realizar treinamento e capacitação sobre o conceito de trabalho infantil para os professores e também estreitar laços de comunicação entre o SGDCA, já que os professores conhecem os históricos das famílias, as crianças quem possuem dificuldade escolar, sofrem negligência e outras vulnerabilidades.

Assim, este Diagnóstico cumpriu com seu propósito, o de expor um retrato do Município por território quanto às situações de trabalho infantil, para que sejam direcionadas assertivamente ações e políticas públicas capazes de promover a transformação social necessária para que a tão sonhada doutrina

¹⁵ Para a coleta de materiais reciclados foram considerados como irregular todos os casos em que a criança realiza a atividade na rua, independentemente de estar ou não acompanhado de um adulto

da proteção integral – que norteia os escritos normativos e legislativos – possa ser efetivamente incorporada à realidade social das crianças e adolescentes.

De imediato, percebeu-se a importância em não só aproximar o poder público, os Conselhos de Direito e a Sociedade Civil a conhecer a realidade das crianças e adolescentes do Município, mas de mobilizar todos os envolvidos a unir forças e trabalhar em conjunto – no discutir, pensar e formular estratégias, ações e políticas públicas de modo mais embasado e focado nas reais necessidades das famílias de Palmeira e do fortalecimento da Comissão de Acompanhamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – pois a concretização da transformação social torna-se possível por meio da articulação e da prática de ações resultantes do pensar coletivo, sem prejuízo da responsabilidade constitucional que foi dirigida a todos – família, sociedade e Estado.

Socialmente, o grande desafio está no rompimento do senso comum que legitima o trabalho infantil e mascara as situações de exploração como benéficas. Em seu discurso em um Seminário da Escola da Magistratura, a Ministra Kátia Arruda do Tribunal Superior do Trabalho¹⁶ refuta três dos principais argumentos utilizados para a defesa da cultura do trabalho infantil. O primeiro, que defende que é melhor a criança trabalhar do que roubar. O segundo, de que trabalhar educa o caráter e o terceiro, de que trabalhando a criança aprende um ofício. Parafraseando a Ministra, tais afirmações são “um falso dilema, porque exclui a hipótese correta: estudar”. O trabalho infantil afasta as crianças da escola, acarreta a defasagem educacional, sustenta na exploração, não trazendo perspectiva de crescimento, e muitas vezes servindo de base para o trabalho escravo.

Para os municípios que apresentam alta concentração de trabalho infantil é previsto cofinanciamento por parte do governo federal, repassado mensalmente aos municípios para o PETI. O recurso deve ser utilizado para as atividades previstas nos eixos que compõem as Ações Estratégicas, respeitando o tamanho e porte do município. As normativas do PETI apontam que as ações devem ser realizadas com a participação de todos os setores das políticas públicas, sempre que houver identificação de trabalho infantil.

Desse modo, os projetos e programas já em andamento, executados pela rede socioassistencial, e ofertados pelos entes públicos e organizações da sociedade civil nas áreas da cultura, esporte, assistência social, educação, saúde e profissionalização, são estratégicos para a proteção social de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. Outra fonte de recurso possível é aquela captada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), por meio do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, assim como do Conselho Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal da Assistência Social.

¹⁶ Seminário na Escola Judicial do TRT-RS

Semelhante a uma orquestra que precisa ser regida para estar melodicamente afinada e harmônica, percebe-se que o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente de Palmeira atua de forma integrada, não somente para manter um serviço em consonância com as demandas, mas para que toda a estrutura da rede de atendimento atue efetivamente no reconhecimento de suas potencialidades e no seu fortalecimento, e sobretudo nas fragilidades e necessidades das famílias residentes no Município.

É necessário ter em conta, também, que as sugestões aqui realizadas possuem o objetivo de iluminar e estimular as diversas áreas e responsáveis pelo sistema de garantia de direitos, no entanto, não se tem a pretensão de esgotar as possibilidades. E, ainda, tem-se a ciência de que nem sempre é possível ao município, pelos mais diversos motivos, a execução das ações sugeridas, mesmo que sejam reconhecidas como necessárias. Sabe-se também que é possível que os apontamentos e as recomendações aqui realizados já sejam do conhecimento e estejam no planejamento da gestão e das equipes da rede de apoio de Palmeira, no entanto, pela natureza do diagnóstico, não se pode deixar de aqui registrá-los.

Assim, a finalização deste Projeto com a entrega do volume único que compreende o Diagnóstico Social de Palmeira/PR com foco no Trabalho Infantil, avança em mais uma etapa de trabalho, pois espera-se que a partir dele, haja desdobramentos de ações, pesquisas e estudos de modo a aprofundar o conteúdo que a realidade contextualizada neste caderno exige e requer do Sistema de Garantia de Direito, do poder público e da sociedade civil.

12. RECOMENDAÇÕES

- Manter o grupo intersetorial com os atores sociais que compõe o Sistema de Garantia de Direito da Criança e do Adolescente em parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para discussão necessária quanto a inserção de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social ou expostas a situação de trabalho infantil, nos programas e projetos ofertados no município voltados as atividades culturais, esportivas e profissionalizantes, tanto por instituições governamentais e não governamentais;
- Fortalecer o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), principalmente quanto ao Fundo da Infância e Adolescência (FIA) para captação de recursos e investimentos em projetos que promovam a garantia de direito e acesso a atividades contraturno que promovam a prevenção das situações de trabalho infantil;
- Orientar os conselheiros municipais de direito no fomento a campanhas junto a pessoas físicas e jurídicas para destinarem parte do imposto de renda para o FIA, conforme preconiza a lei;
- Capacitar continuamente os profissionais que atuam na rede de atendimento do município quanto a erradicação do trabalho infantil, de forma a romper o senso comum da legitimação a exploração do trabalho, para que os mesmos possam multiplicar esse conhecimento as famílias e sociedade;
- Fomentar campanhas nas escolas, CRAS, CREAS, Unidades de Saúde e demais equipamentos públicos existentes no município, quanto aos malefícios do trabalho precoce e da importância de se trabalhar a garantia de direitos, como o acesso à educação, cultura, esporte, lazer e profissionalização;
- Realizar o levantamento das principais dificuldades em relação à contratação de aprendizes, pelas Empresas sediadas em Palmeira e nos municípios do entorno, e pensar estratégias conjuntas para superá-las;
- Investir na articulação com os órgãos fiscalizadores das empresas que tem potencial para vagas de aprendizagem no município, com objetivo do cumprimento e quantidade dessas vagas, conforme legislação vigente, devido ao baixo percentual apresentado na pesquisa quanto à demanda e oferta de vagas;
- Criar fóruns de discussão sobre aprendizagem com as Empresas do município, objetivando apresentar vantagens da contratação do aprendiz e discutir questões relacionadas ao perfil do adolescente;
- Sensibilizar e fomentar a compreensão por parte das empresas para superação da dificuldade de inserção dos adolescentes e jovens em situação de maior vulnerabilidade ou risco nas vagas de aprendizagem;

- Estabelecer e/ou manter diálogo com MTE para levantamento de dados quanto ao número de vagas ofertadas e de quantas deveriam ser ofertadas pelas empresas do Município;
- Observar que, a contratação de aprendizes pode ser extensiva as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
- Propor legislação para contratação de aprendizes na esfera municipal, observando prioridades para esta contratação com critérios estabelecidos para tal contratação.
- Ampliar a inserção de adolescentes (14 a 17 anos) nos Programas de Aprendizagem;
- Ampliar a fiscalização das empresas no cumprimento das cotas de aprendizagem para o aumento do percentual da população beneficiada do programa.
- Utilizar o banco de dados do Cadastro Único – CECAD como ferramenta da Secretaria de Assistência Social em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, para acompanhar as famílias que apresentam situações de violação de direito, compreendendo as questões de trabalho infantil;
- Garantir a participação das crianças e adolescentes nas Conferências Municipais (Assistência, Saúde, Educação, entre outros) para o empoderamento e protagonismo dos seus direitos e consciência sobre cidadania e participação social;
- E, finalizando, sobretudo, recomenda-se ao município que faça extenso uso dos dados apresentados neste diagnóstico e que os atualize periodicamente para seu uso no planejamento de ações ao enfrentamento do trabalho infantil no município.

13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acessado em: 15 de agosto de 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)** Brasília, DF, 2019.

BRASIL. Decreto nº 3.877: Institui o Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal. Brasília, 2001b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3877.htm [acessado em 25 junho 2021].

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm [acessado em 15 de agosto de 2021].

BRASIL. **Portaria MDSA nº 318, de 12 de dezembro de 2016**. Estabelece normas gerais para o funcionamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/24655254/do1-2016-12-14-portaria-n-318-de-12-de-dezembro-de-2016-24655232. Acessado em: 15 de agosto de 2021.

MC/SNAS – Ministério das Cidades e Secretaria Nacional de Assistência Social. **Fluxo para Identificação do Trabalho Infantil (texto para consulta pública)**. Brasília, 2018. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/consulta_publica/Fluxo%20para%20Identificacao%20de%20Trabalho%20Infantil%20para%20Consulta%20Publica.pdf. Acessado em: 15 de agosto de 2021.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social. **Caderno de Orientações Técnicas para o aperfeiçoamento da gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI**. Brasília, 2018.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **CNJ Serviço: O que faz um conselho tutelar?** Brasília: 2016. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/83767-cnj-servico-o-que-faz-um-conselho-tutelar>. Acessado em: 30 de julho de 2021.

Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acessado em: 13 de agosto de 2021.

Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm. Acessado em: 13 de julho de 2021.

Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8625.htm. Acessado em: 07 de agosto de 2021.



painel
Pesquisas e Consultoria
Uma empresa do grupo 3 Elemento.

Idealização:



Apoio:



Programa de Erradicação do
Trabalho Infantil - PETI